

resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 82 , 1º semestre de 1998

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 82, 1º semestre de 1998

Ano 25, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Hélio Vítor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Primeiro Secretário Henrique Archanjo Ferrari
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Padronização / Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva / Diego Lins dos Santos

Endereço para correspondência:
Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2009 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores. –
Ano 1, nº 1 (jun. 1974) -. - Brasília, Ministério das Relações Exteriores,
1974 –.

126p.

ISSN 0101 2428
Semestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores



Departamento de Comunicações e Documentação

CDU: 327 (05)

SUMÁRIO

DISCURSOS

Sessão plenária sobre “Brazil: the making of a continental giant”

Exposição do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão plenária sobre “Brazil: the making of a continental giant”, no “World Economic Forum”. Davos, Suíça, 30 de janeiro de 1998 7

A Economia Brasileira no Contexto de Progresso da América Latina

Discurso do Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Governo da República Federativa do Brasil – “A Economia Brasileira no Contexto de Progresso da América Latina”. Miami, 6 de fevereiro de 1998 11

Almoço oferecido ao Professor Romano Prodi, Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana

Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião do almoço oferecido ao Professor Romano Prodi, Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana. Brasília, 04 de março de 1998 17

Cerimônia de comemoração dos 190 anos da criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na cerimônia de comemoração dos 190 anos da criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Brasília, 11 de março de 1998 19

Pronunciamento do Embaixador Luiz Felipe Lampreia na IV Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, na IV Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio. São José da Costa Rica, 19 de março de 1998 20

Cerimônia de Encerramento da II Cúpula das Américas

Palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso na Cerimônia de Encerramento da II Cúpula das Américas. Santiago do Chile, 19 de abril de 1998 23

Cerimônia de Anúncio da Criação de Novas Áreas Protegidas em Parceria com o Banco Mundial e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF)

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Anúncio da Criação de Novas Áreas Protegidas em Parceria com o Banco Mundial e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Palácio da Alvorada, Brasília, 28 de abril de 1998 25

Lançamento da BrazilTradeNet

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do lançamento da BrazilTradeNet. Brasília, 30 de abril de 1998 29

Cerimônia de Abertura da XVI Sessão Plenária do Interaction Council

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Abertura da XVI Sessão Plenária do Interaction Council. Rio de Janeiro/RJ, 3 de maio de 1998 30

Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Tcheca, Jaroslav Sedivy, ao Brasil

Discurso proferido pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, durante almoço oferecido em homenagem ao Chanceler Sedivy. Sala Rio de Janeiro do Palácio Itamaraty, 7 de maio de 1998 39

Encontro Internacional do Turismo no Nordeste

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Encontro Internacional do Turismo no Nordeste. Salvador, Bahia, 8 de maio de 1998 41

Cerimônia de Abertura da Conferência Mundial da Organização da Aviação Civil Internacional

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Abertura da Conferência Mundial da Organização da Aviação Civil Internacional. Rio de Janeiro/RJ, 11 de maio de 1998 49

X Fórum Nacional “As perspectivas da situação mundial e a política externa do Brasil”

Exposição do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, no X Fórum Nacional “As perspectivas da situação mundial e a política externa do Brasil”. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1998 51

Cerimônia de Comemoração dos Dois Anos de Existência do Programa Nacional de Direitos Humanos

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Comemoração dos Dois Anos de Existência do Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 13 de maio de 1998 61

Audiência com a Comissão de Representantes da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil

Palavras do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Audiência com a Comissão de Representantes da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil. Palácio do Planalto, 13 de maio de 1998 65

Sessão comemorativa do cinquentenário do Sistema Multilateral de Comércio

Discurso do Senhor Presidente da República na sessão comemorativa do cinquentenário do Sistema Multilateral de Comércio. Genebra, 19 de maio de 1998 67

| | |
|---|-----|
| Abertura da Reunião do Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa Agrícola | |
| Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Abertura da Reunião do Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa Agrícola. Palácio do Itamaraty, Brasília, 25 de maio de 1998 | 71 |
| Almoço oferecido pelo Senhor Roberto Robaina, Ministro das Relações Exteriores da República de Cuba | |
| Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, em almoço oferecido pelo Senhor Roberto Robaina, Ministro das Relações Exteriores da República de Cuba. Havana, 25 de maio de 1998 | 75 |
| Cerimônia de Assinatura de Atos Referente à Semana do Meio Ambiente | |
| Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Assinatura de Atos Referente à Semana do Meio Ambiente. Palácio do Planalto, Brasília, 3 de junho de 1998 | 77 |
| Sessão Especial sobre Drogas da Assembléia Geral das Nações Unidas | |
| Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Sessão Especial sobre Drogas da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 8 de junho de 1998 | 81 |
| XX Aniversário do Conselho Argentino para as Relações Internacionais | |
| Exposição do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no XX Aniversário do Conselho Argentino para as Relações Internacionais. Buenos Aires, 16 de junho de 1998 | 83 |
| Almoço comemorativo do Dia do Diplomata | |
| Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em almoço comemorativo do Dia do Diplomata. Palácio Itamaraty, Brasília, 17 de junho de 1998 | 88 |
| Cerimônia de Assinatura da Medida Provisória de Criação do Conselho Nacional Antidrogas | |
| Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Assinatura da Medida Provisória de Criação do Conselho Nacional Antidrogas e da Secretaria Nacional Antidrogas e Assinatura do Decreto de Regulamentação. Palácio da Alvorada, Brasília, 19 de junho de 1998 | 93 |
| Cerimônia de Comemoração dos 90 Anos de Imigração Japonesa | |
| Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Comemoração dos 90 Anos de Imigração Japonesa. Centro Agrícola de Rolândia-PR, 20 de junho de 1998 | 95 |
| Cerimônia de Abertura do Seminário Internacional de Modelos e Políticas de Desenvolvimento | |
| Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Abertura do Seminário Internacional de Modelos e Políticas de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1998 | 97 |
| Cerimônia de Assinatura de Atos Relativos ao Ministério do Meio Ambiente | |
| Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Assinatura de Atos Relativos ao Ministério do Meio Ambiente. Navegantes-SC, 26 de junho de 1998 | 101 |

| | |
|----------------------------------|-----|
| ATOS INTERNACIONAIS | 103 |
|----------------------------------|-----|

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Notas para a exposição do Senhor Presidente da República na sessão plenária intitulada “Complementing the market economy”, no “World Economic Forum” (tradução para o português do original em inglês). Davos, Suíça, 31 de janeiro de 1998 | 105 |
|---|-----|

ARTIGOS

“Brasil: opção pela ONU”

| | |
|---|-----|
| Artido do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal do Brasil e no Estado de S. Paulo, 4 de março de 1998 | 109 |
|---|-----|

“O Euro e a Moeda Única do Mercosul”

| | |
|--|-----|
| Artido do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no jornal Gazeta Mercantil, 6 de abril de 1998 | 110 |
|--|-----|

“Brasil e Índia: Liderança em Desenvolvimento”

| | |
|--|-----|
| Artido do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no jornal O Estado de São Paulo, 3 de maio de 1998 | 112 |
|--|-----|

“O País e os desafios da OMC”

| | |
|--|-----|
| Artido do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 17 de maio de 1998 | 113 |
|--|-----|

“O Brasil diz não à proliferação”

| | |
|--|-----|
| Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no jornal O Globo. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1998 | 115 |
|--|-----|

ENTREVISTA

| | |
|---|-----|
| Entrevista do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia - “Cuba não está disposta ao diálogo”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1998 | 119 |
|---|-----|

| | |
|-------------------------------|-----|
| ÍNDICE REMISSIVO | 123 |
|-------------------------------|-----|

Sessão plenária sobre “Brazil: the making of a continental giant”

Exposição do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão plenária sobre “Brazil: the making of a continental giant”, no “World Economic Forum”. Davos, Suíça, 30 de janeiro de 1998

No ano 2000, o Brasil celebrará os 500 anos do seu descobrimento. Os brasileiros terão, de fato, muito para celebrar - e não me refiro apenas ao futebol, é claro.

De fato, os eventos no Brasil ao longo dos últimos anos trouxeram um sentimento de renovado otimismo ao País. Após muitos anos de incerteza, previsões cinzentas e escasso progresso na área social, o país está novamente avançando, graças à consolidação do regime democrático e aos resultados alcançados no plano econômico. Para compreender o porquê disso, é necessário estar familiarizado com alguns dos fatos mais relevantes no Brasil dos últimos anos.

Dessa forma, o que apresentarei aqui são os fatos específicos sobre um país específico. Entre parênteses, assinalo que em uma economia globalizada, onde é freqüentemente necessário analisar eventos que ocorrem em lugares distantes, um dos desafios mais difíceis com que se deparam os tomadores de decisões (tanto no setor público como no privado) é a necessidade de evitar generalizações enganosas, que tendem a diluir as distinções, tornando mais difícil a compreensão das características próprias da economia de cada país ou de cada região. Por exemplo, a noção de “mercados emergentes”, ainda que seja útil em alguns

contextos, pode ser enganosa se levar os analistas a perder a noção das importantes diferenças entre situações tão diversas quanto as da América Latina, da Ásia ou da Europa Oriental, para não mencionar situações específicas de países.

Com respeito ao Brasil, graças ao êxito alcançado com o “Plano Real”, a estabilidade econômica está firmemente estabelecida. A inflação está abaixo de 5% ao ano, em nítido contraste com os níveis de 30% e até 40% ao mês, aos quais o Brasil estava acostumado até 1994. 1997 foi o quarto ano consecutivo de inflação em declínio e o quinto ano de crescimento sem interrupção.

De fato, a estabilidade trouxe condições favoráveis para o crescimento em taxas consideravelmente mais altas do que as registradas antes de 1993. Em 1997, a economia brasileira cresceu cerca de 3,5%. De 1994 a 1997, a economia cresceu uma média de 4,2% ao ano (o que está acima da taxa média para a América Latina no mesmo período: 3,4%). Em razão da tendência histórica de redução das taxas de crescimento demográfico (de 2,9% em 1960-69 para 1,3% em 1994-97), essas cifras se refletem em um aumento médio de 2,8% na renda per capita no período 1994-1997 (em contraste com a taxa média de 0,1% no período 1980-1993).

Esse aumento, por sua vez, reflete-se em um incremento do consumo de bens e serviços por amplos setores da população brasileira, inclusive - e isso é particularmente digno de nota - muitos brasileiros pobres, os quais, após o Plano Real, tiveram acesso a bens e serviços que, anteriormente, só podiam sonhar em possuir. Isso é importante em termos sociais, mas também em termos econômicos: nosso mercado de consumo é hoje muito mais forte do que há cinco anos.

O que é ainda mais importante, porém, é que os fundamentos da economia brasileira são hoje muito mais sólidos, o que contribui para que o crescimento econômico possa se fazer de forma sustentada, e não de forma errática, como ocorreu tantas vezes no passado.

O déficit fiscal se está reduzindo de forma consistente. De janeiro de 1996 a outubro de 1997, o déficit do setor público caiu de 7,85% para 5,11% do PIB. Em resposta às recentes turbulências nos mercados financeiros internacionais, na sequência da crise na Ásia, aceleramos o ritmo do ajuste fiscal, com a adoção de 51 medidas de austeridade, que deverão resultar em um ganho fiscal de cerca de US\$ 18 bilhões em 1998.

Ademais, propostas importantes para a reforma da administração pública e da previdência social encontram-se nos estágios finais de deliberação no Congresso e deverão ser aprovados em breve. Isso trará uma contribuição valiosa para uma solução de longo prazo para a questão fiscal no Brasil.

Tudo isso se está fazendo com o pleno apoio do Congresso Nacional, o que reflete o fato de que a sociedade brasileira compreendeu a necessidade de proteger o Real e preservar a estabilidade econômica. Isso mostra como as instituições democráticas brasileiras estão revelando estar à altura da tarefa de definir políticas econômicas coerentes.

Além de estar em melhor situação econômica, o Brasil de hoje é também mais aberto ao exterior. A tarifa média sobre importações reduziu-se de 52% para 12%. Em consequência, o comércio internacional do Brasil tem-se desenvolvido de forma

contínua nos últimos anos. Nosso volume de comércio com o mundo hoje (US\$ 114 bilhões) é mais de duas vezes maior do que era em 1990 (US\$ 52 bilhões).

Esses indicadores econômicos podem dar uma visão geral da melhora na situação macroeconômica no Brasil. Mas ainda há algo mais. Uma das principais razões para ser otimista com relação ao Brasil é o fato - talvez menos óbvio, mas de forma alguma menos importante - de que a "economia real" também esta mudando de forma significativa. Essa mudança resulta de um conjunto de fatores que estão estimulando uma profunda reestruturação do sistema produtivo. Entre esses fatores, destacam-se:

a) A abertura ao comércio internacional, com a redução de tarifas, o que tornou mais fácil o acesso de produtos estrangeiros no Brasil. O crescimento das importações é evidência disso.

b) A estabilidade econômica e monetária, que tornou mais difícil para as empresas transferir para outros o custo da ineficiência através de aumentos de preços ou beneficiar-se de mecanismos tradicionais como os da taxa de câmbio, dos subsídios ou incentivos. Quanto mais forte a moeda, maior é a necessidade de uma autêntica competitividade, por oposição à competitividade precária que se baseia na inflação ou na assistência governamental.

c) A privatização, que se está efetuando em escala sem precedentes e está promovendo a competição em diversos setores-chave da economia. Até outubro de 1997, o programa de privatização gerou mais de US\$ 20 bilhões de receita. No período 1998-1999, mais de US\$ 60 bilhões são esperados.

Essas mudanças produziram um novo ambiente para os negócios no Brasil, um ambiente que é mais competitivo e no qual a necessidade de padrões mais altos de qualidade e de eficiência tornou-se um imperativo para os empresários, assim como a mão-de-obra mais qualificada tornou-se um elemento essencial. Temos um "novo jogo".

Nesse ambiente radicalmente transformado, as empresas estão confrontadas com um "choque

de competitividade”, que lhes impõe a necessidade de adaptar-se de forma criativa. Os estudos mostram que o estão fazendo com êxito. Não é um processo simples ou linear. Há muitas vezes vencedores e perdedores, há idas e vindas, mas a tendência geral é evidente para quem está familiarizado com o que ocorre no Brasil: a eficiência e a qualidade estão melhorando e existe um enfoque inteiramente novo, uma nova mentalidade por parte tanto de empresários quanto de trabalhadores.

Isso se reflete no fato de que os aumentos de produtividade (cerca de 7% em média, por ano, desde 1990) têm sido um fator importante na promoção do crescimento econômico no Brasil.

Paralelamente a esses desdobramentos, a ênfase que o Governo está atribuindo à educação, e sobretudo à educação fundamental - o esforço de trazer cada criança para a escola e de equipar escolas e professores adequadamente, como uma prioridade nacional - tornará possível, com o tempo, melhorar o nível de qualificação da força de trabalho. Estamos dedicando recursos consideráveis a esse esforço e não duvidamos, em nenhum momento, que ele vale cada centavo. A competitividade no setor privado está se beneficiando, além disso, de outros dois elementos:

a) A redução do chamado “custo Brasil”. Os resultados nessa área são impressionantes (exemplos: hidrovias, portos, redução da carga tributária, construção de novas estradas, etc.).

b) O fato de que uma boa parte das importações brasileiras nos últimos anos foi composta de bens de capital, que são essenciais para elevar os padrões de qualidade e para tornar mais barata a produção.

Quando consideramos todos esses aspectos conjuntamente - a constante melhora da situação macroeconômica e a verdadeira “revolução” que está transformando a estrutura de produção no Brasil - , não podemos senão concluir que o Brasil está plenamente preparado para enfrentar os desafios de uma economia crescentemente globalizada e para ingressar no século XXI como um dos principais

atores na economia mundial.

Um dos efeitos dessas transformações é a força crescente das exportações brasileiras. Os resultados de nossa balança comercial em 1997 desmentiram as previsões pessimistas de alguns analistas. O déficit foi de US\$ 8,5 bilhões (contrastando com previsões que iam até US\$ 16-17 bilhões).

Outro efeito é o da crescente confiança dos investidores, tanto nacionais como estrangeiros. Esta é uma questão-chave. O Plano Real deu novo impulso à confiança dos investidores, o que se traduziu em um aumento acentuado nos montantes de investimento estrangeiro direto no Brasil. Foram cerca de US\$17 bilhões em 1997, o que representa um aumento de 70% com relação à cifra de 1996 (US\$ 9,9 bilhões) e um aumento de 800% com relação a 1994 (US\$ 2,2 bilhões). Esses números são a expressão da credibilidade que chegamos a merecer através do trabalho duro.

Orgulha-nos poder afirmar que mantivemos a nossa palavra e que o Brasil de hoje merece, sem dúvida, o tipo de confiança que se outorga àqueles que não somente preenchem as expectativas, mas conseguem superá-las.

A questão da confiança esteve presente em nosso espírito quando respondemos de forma decisiva à recente crise nos mercados financeiros mundiais. O Brasil sentiu os efeitos da crise, mas nossa resposta veio sem demora e com determinação. Atuamos no sentido de preservar a confiança dos mercados e de afastar qualquer tipo de dúvida com respeito à nossa intenção - e à nossa capacidade - de defender as conquistas do programa de estabilização.

É clara a decisão da sociedade brasileira: prosseguir no caminho da estabilidade e do crescimento econômico, com padrões cada vez mais elevados de justiça social. Poderá haver obstáculos, maiores ou menores. Não estamos isolados no mundo e há fatores que escapam ao nosso controle e à nossa vontade. Dessa forma, o custo e o ritmo dos avanços poderá ser influenciado por circunstâncias externas.

No entanto, qualquer que sejam as circunstâncias, uma coisa é certa: não haverá desvios nem retrocessos. O apoio que recebo em meu País está relacionado com a confiança que os brasileiros em mim depositam para manter essa rota. Não há dúvida

de que farei isso. Como já afirmei antes, não há alternativa, para o Brasil, senão a de mostrar-se à altura dos desafios e oportunidades históricos de nossos tempos.

Muito obrigado.

A Economia Brasileira no Contexto de Progresso da América Latina

Discurso do Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Governo da República Federativa do Brasil – “A Economia Brasileira no Contexto de Progresso da América Latina”. Miami, 6 de fevereiro de 1998

Senhoras e Senhores,

Gostaria de agradecer à “Business Week” por esta oportunidade de trocar opiniões com os representantes da comunidade de negócios americana, agências multilaterais e governos latino-americanos sobre as perspectivas da economia brasileira e latino-americana. As dificuldades econômicas enfrentadas recentemente por alguns países do sudeste da Ásia e seus efeitos em escala mundial demonstraram, mais uma vez, a importância de um intercâmbio aberto de informações sobre as perspectivas que se apresentam às diferentes economias nacionais, assim como a necessidade de fortalecimento do diálogo não apenas entre governos e instituições internacionais, mas também com a comunidade financeira e de negócios.

Pretendo apresentar algumas idéias sobre três assuntos fundamentais. Em primeiro lugar, discutirei o bem sucedido processo de reestruturação política e econômica que teve lugar na América Latina, de forma geral, e no Brasil, em particular, durante as décadas de 80 e 90, especialmente após a restauração da democracia em toda região. Em segundo lugar, farei referência a um dos principais sub-produtos e, atualmente, importante fator da reforma econômica e “détente” política na América Latina: a marcha acelerada da integração comercial

e de investimentos no continente. Finalmente, farei alguns breves comentários sobre as perspectivas futuras para o Brasil face à instabilidade econômica gerada pela turbulência que se verificou nas economias dos países asiáticos.

A América Latina passou por uma revolução pacífica e silenciosa na última década. A região sofreu profunda transformação, tanto política quanto econômica, cujas características principais podem ser resumidas como se segue:

- não obstante a predominância do autoritarismo e da incerteza no passado, prevalecem atualmente a democracia e a estabilidade;

- entre os países antes distanciados pela desconfiança e pelo medo, típicos de regimes autoritários, um novo clima político cria e, subseqüentemente, é criado pela integração, que deixou de ser meramente retórica, para ser realidade;

- entre as economias até pouco tempo atrás controladas e dirigidas fortemente pelo Estado, há bem sucedidas e muito difundidas experiências de privatizações e reforma do setor público;

- numa região fechada para o comércio mundial no passado, estamos agora nos beneficiando da abertura e do aumento da competição;

- embora nos anos 80, a chamada “década perdida”, o mundo associasse a América Latina com

crises de dívidas e estagnação econômica, atualmente ela é vista como um destinatário preferencial para investidores internacionais: a entrada de capitais estrangeiros, que em 1995 foi de US\$ 26 bilhões, cresceu, em 1997, para US\$ 73 bilhões, dois terços dos quais correspondentes a investimentos diretos;

- em economias nas quais a inflação frustrava qualquer projeto de desenvolvimento nacional ou planejamento corporativo, a estabilidade dos preços começa a assegurar uma distribuição mais equitativa da renda, trazendo novos segmentos da população para o mercado consumidor; a taxa média de inflação na região caiu de 337% em 1994, para 11% em 1997.

A conseqüência de todas essas mudanças é uma nova América Latina. Tais transformações exigiram ação política e austeridade econômica, mas foram levadas a efeito em clima de crescente confiança e apoio da opinião pública, além de, ao contrário do que sucedeu em outras décadas, sem nenhum risco à estabilidade e à maturidade das instituições políticas. A principal virtude do bem sucedido processo de reformas da América Latina é a combinação da sempre crescente abertura política com o desenvolvimento de um ambiente cada vez mais transparente, ordenado e moderno, propício para as atividades econômicas. A reestruturação econômica, paralelamente ao aperfeiçoamento das instituições democráticas, explica os resultados surpreendentes já alcançados e a atmosfera de confiança em relação ao futuro da região.

Um dos fundamentos da transformação histórica da América Latina encontra-se na integração acelerada de suas economias. Como resultado da implementação de programas nacionais de liberalização do comércio e do clima político favorável, permitido pela restauração da democracia, foram tomadas diversas iniciativas visando ao estabelecimento de uniões aduaneiras e áreas de livre comércio, fomentando o comércio de mercadorias e serviços em toda a região.

O Mercosul, terceiro maior pacto comercial

do mundo, é o exemplo mais marcante na América Latina, que se destaca pelo seu quadro institucional, além do rápido e contínuo crescimento. O comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai cresceu em aproximadamente 400% entre 1990 e 1997, alcançando um total acima de US\$ 19 bilhões. As trocas entre o Brasil e seus parceiros do Mercosul cresceram a uma taxa média de mais de 20% em relação a cada um dos últimos seis anos. Nesse mesmo período, as empresas brasileiras e argentinas investiram mais de US\$ 1 bilhão no estabelecimento de cerca de 350 joint ventures.

Houve progresso evidente também na forma como o Mercosul tem alcançado suas metas. Um programa de redução contínua, automática e abrangente de tarifas levou à liberalização de 95% do comércio dentro do grupo e, com a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC), em janeiro de 1995, criou-se a União Aduaneira. Em 1999, os obstáculos residuais ao comércio interno estarão removidos. Exceções transitórias à Tarifa Externa Comum desaparecerão de acordo com cronogramas específicos, concluindo a convergência total para a TEC no ano 2001.

Ao lado de suas notáveis realizações no que tange ao comércio e investimentos, o Mercosul representa muito mais do que uma iniciativa governamental no âmbito econômico. Ele se enraizou no interior das sociedades envolvidas e abrange áreas como educação, cultura, meio ambiente, justiça e defesa do consumidor. Desenvolveu também uma ampla agenda externa, incluindo os acordos de livre comércio estabelecidos com os dois países associados - Chile e Bolívia.

A abordagem externa e o amplo leque de negociações com parceiros diversificados indicam ser o Mercosul um exemplo de "regionalismo aberto", no qual a integração do grupo, ao contrário de se opor, na realidade, favorece grande envolvimento no sistema de comércio global. Isso se confirma pelas estatísticas relativas ao comércio dos membros com os não-membros, que cresceu mais de 150% desde

1991. De 1990 a 1996, as importações da União Européia e dos Estados Unidos para o Mercosul aumentaram 246% e 195%, respectivamente.

O processo hemisférico representa um nível diferente de integração, com o qual estamos também fortemente comprometidos. O Brasil apoia o ponto de vista, consensual da reunião ministerial de Belo Horizonte, de que a ALCA não pode ser considerada um substituto dos acordos regionais mais aprofundados. É nossa opinião que a ALCA e o Mercosul devem manter dinâmicas distintas e de apoio mútuo, como tem acontecido até o momento: o Mercosul tem sido fortalecido por sua participação, como uma unidade, nas discussões da ALCA, e os avanços em direção à ALCA têm sido impulsionados pelas contribuições e propostas do Mercosul.

A integração hemisférica não pode, no entanto, representar um fator de desestabilização para as economias regionais devido à exposição excessiva e repentina a novos e mais altos níveis de competição estrangeira. O gradualismo e o respeito pelas diferentes condições nacionais são dois princípios que devem guiar as negociações. O futuro da ALCA depende de sua capacidade de oferecer resultados equilibrados, com benefícios iguais para todos.

A consulta e a interação constante junto a diferentes grupos sociais tem sido uma característica fundamental da participação do Governo brasileiro no Mercosul e nos processos hemisféricos. Os congressistas, trabalhadores, empresários, organizações de consumidores e a comunidade acadêmica têm oferecido sua contribuição à definição de nossos pontos de vista e objetivos. Isso conferiu legitimidade ao nosso processo de tomada de decisões e continuará a fazê-lo na medida em que avançamos em direção à Reunião da Cúpula Hemisférica em Santiago, no próximo mês de abril.

Agora farei alguns comentários sobre a economia brasileira e as razões pelas quais o Brasil enfrentou de forma tão eficaz as recentes turbulências financeiras internacionais. Apresentarei informações e dados que demonstram a solidez da base da

economia brasileira.

Em virtude da bem sucedida implementação do programa de estabilização, conhecido como o “Plano Real”, a estabilidade econômica está firmemente estabelecida. Enquanto tentativas anteriores para controlar a inflação não lograram chegar ao primeiro aniversário de sucesso, o ano de 1997 foi o quarto ano seguido de inflação em queda com o “Plano Real”, e o quinto ano consecutivo de crescimento econômico. A inflação encontra-se a menos de 5% ao ano, em forte contraste com os níveis de 30% ou 40% ao mês, aos quais o Brasil tinha tragicamente se acostumado até 1994.

A estabilização não se vinculou à recessão. De fato, a estabilidade trouxe condições favoráveis ao crescimento a taxas consideravelmente mais altas do que aquelas registradas antes de 1993. No ano passado, a economia brasileira cresceu em torno de 3,5%. De 1994 a 1997, a economia cresceu a uma taxa média de 4,2%, mais alta do que a média da América Latina no mesmo período: 3,4%. Graças à tendência histórica de taxas decrescentes de crescimento da população (de 2,9% em 1960-69 a 1,3% em 1994-97), esses números refletem uma média de crescimento de 2,8% na renda per capita, no período de 1994 a 1997, comparada com a taxa média de 0,1%, no período de 1980 a 1993.

O efeito mais favorável dessas tendências econômicas é o aumento significativo no consumo de bens e serviços por variados setores da população brasileira, incluindo – e esse fato é particularmente digno de nota – muitos brasileiros pobres que, depois do advento do “Plano Real”, passaram a ter acesso a produtos sobre os quais eles anteriormente apenas sonhavam. Esse fato é importante tanto em termos sociais quanto econômicos, uma vez que o nosso mercado consumidor hoje é muito mais forte e atraente do que há cinco anos.

As “bases” da economia brasileira são também muito mais sólidas hoje, garantindo assim, que o crescimento econômico possa ser trilhado a um passo sustentado e não em forma de choques e

rompantes, como foi o caso muitas vezes no passado. O déficit fiscal, por exemplo, foi consistentemente reduzido. De janeiro de 1996 a outubro de 1997, o déficit do setor público caiu de 7,85% do PIB para 5,11%. Ademais, propostas importantes para a reforma da administração pública e do sistema de seguridade social estão sendo analisadas pelo Congresso e serão provavelmente aprovadas muito brevemente. Isso vai contribuir para se chegar a uma solução de longo prazo no que se refere ao déficit orçamentário no Brasil. Tudo está sendo feito com total apoio do Poder Legislativo, que reflete o fato de ter a sociedade brasileira se conscientizado da necessidade de proteger o “Real” e preservar a estabilidade econômica. Demonstra, ainda, como as instituições democráticas no Brasil estão à altura da promoção de uma política econômica sadia.

Além de corrigir os desequilíbrios do setor público, o Brasil tornou-se mais aberto à competição externa. Com o fim da crise da dívida, o Brasil não necessita produzir “megas” superávits de comércio e pode aumentar as importações para modernizar a sua indústria. A tarifa média de importações foi reduzida de 52% para 12% desde 1990. Como resultado, o comércio internacional brasileiro vem se desenvolvendo regularmente nos últimos anos. Nosso volume de comércio com o mundo hoje (US\$114 bilhões) é duas vezes maior do que era em 1990 (US\$ 52 bilhões). O Brasil mantém importantes fluxos comerciais com todas as regiões do mundo, com uma distribuição regular de trocas com os nossos principais parceiros comerciais.

As mais fortes razões para ser otimista sobre as perspectivas do Brasil encontram-se no fato – menos óbvio, mas, sem dúvida, não menos importante – de que a “economia real” também está mudando significativamente. Essa mudança origina-se de três fatores que estão gerando uma total reestruturação no sistema produtivo. O primeiro refere-se à anteriormente mencionada abertura do comércio, com a redução das tarifas. Maior competição significa produção de mais alta

qualidade. O segundo refere-se à estabilidade econômica e monetária, que tem tornado mais difícil para as empresas, a transferência dos custos da ineficiência para outros, meramente pelo aumento dos preços ou pelo lucro através de mecanismos tradicionais como a taxa de câmbio, subsídios e incentivos. Quanto mais forte for a moeda, maior a necessidade de competitividade verdadeira, em contraste com a competitividade artificial, com base na inflação ou assistência governamental. Finalmente, o terceiro fator refere-se ao programa de privatização, que foi levado a efeito em escala sem precedentes: até outubro de 1997, o programa gerou mais de US\$ 20 bilhões em receitas e em relação a 1998-1999, mais de US\$ 60 bilhões são esperados. A privatização está fomentando a competição em diversos setores-chave da economia.

A produtividade no setor público também está se beneficiando da redução do chamado “Custo Brasil”, a despesa excedente com a qual as empresas brasileiras têm que arcar, devido à fraca infraestrutura, com altas taxas ou custos de transporte não-competitivos. Tem-se alcançado progresso em várias áreas como hidrovias, portos, isenções de impostos, construção de novas rodovias e auto-estradas. Espera-se que o investimento em infraestrutura no setor privado alcance aproximadamente US\$ 190 bilhões ao longo dos próximos três anos. No que tange às telecomunicações, cerca de US\$ 43 bilhões terão sido investidos de 1995 a 1999. O setor privado também se beneficia do fato de que grande parte das importações brasileiras nos últimos anos compõe-se de bens de capital, essenciais para o aumento dos padrões de qualidade e para a redução dos custos de produção.

Além desses desdobramentos, a ênfase do governo na educação, especialmente educação de primeiro grau – empenho em trazer toda criança para a escola – tornará possível a melhoria da qualidade da mão-de-obra com o passar do tempo. Sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, estamos destinando recursos consideráveis para essa

finalidade.

A consideração conjunta de todos esses aspectos – o constante melhoramento do quadro macroeconômico e a verdadeira “revolução” que está transformando a estrutura de produção brasileira – leva-nos a concluir que o Brasil está preparado para enfrentar os desafios da economia crescentemente globalizada e entrar no século XXI como um importante parceiro na economia mundial.

A crescente confiança dos investidores, tanto nacionais como estrangeiros, demonstra que o governo brasileiro está no caminho certo. Os investimentos estrangeiros diretos no Brasil chegaram a US\$ 17 bilhões em 1997, o que representa um aumento de 70% em relação a 1996, quando esse total foi de US\$ 9,9 bilhões, e um aumento de 800% sobre o total de 1994, que foi de US\$ 2,2 bilhões.

A questão da confiabilidade foi uma preocupação central quando reagimos à recente crise

financeira dos mercados mundiais. O Brasil sentiu os efeitos da crise, mas nossa resposta foi rápida e decisiva. Aceleramos o ajuste fiscal, com a adoção de diversas medidas de austeridade que esperamos resultarem em ganhos fiscais de cerca de US\$ 18 bilhões em 1998.

Atuamos com a finalidade de aumentar a confiança do mercado e eliminar quaisquer dúvidas em relação à nossa determinação – e nossa habilidade – para defender as metas de estabilização do programa. A sociedade brasileira tomou uma decisão: devemos continuar a promover a estabilidade e o crescimento econômico com padrões crescentes de justiça social. O grande apoio da opinião pública, apreciado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, origina-se na confiança depositada nas ações do governo e na convicção de que o Brasil tomou o rumo certo.

Muito Obrigado.

Almoço oferecido ao Professor Romano Prodi, Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana

Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião do almoço oferecido ao Professor Romano Prodi, Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana. Brasília, 04 de março de 1998

É com satisfação que dou as boas-vindas a Vossa Excelência e à comitiva que o acompanha.

Esta primeira visita oficial de um Chefe de Governo italiano ao Brasil tem um significado especial.

Será oportunidade para reforçar objetivos e valores compartilhados. Porém, mais do que isso, vamos confirmar, com alegria, o profundo elo humano que faz de brasileiros e italianos uma grande família transatlântica, cuja força deriva em grande medida da presença de cerca de 23 milhões de descendentes de italianos no Brasil.

Hoje, abrimos uma nova etapa na história de uma amizade exemplar, fundada na comunhão de referências culturais, de sentimentos e, em especial, no tecido rico de laços pessoais. A presença italiana foi, e é, essencial para a formação da nacionalidade brasileira. Para ficar em um só exemplo, foi a sensibilidade de origem italiana que, em Pancetti, Volpi, Portinari e tantos outros, nos ensinou a olhar o Brasil moderno.

Esta é, também, a visita de um amigo, com quem compartilho pontos de vista e idéias fundamentais sobre como construir um futuro de crescimento, equidade e maior justiça social para nossos países.

Desde a visita do Presidente Orlando Scalfaro, em 1995, temos intensificado contatos e

aprofundado a nossa cooperação. Guardo ainda uma viva lembrança de minha bem sucedida visita à Itália, no ano passado.

Autoridades e empresários brasileiros e italianos vêm cruzando o Atlântico em um incessante movimento de aproximação, fortalecendo ainda mais as bases políticas e econômicas de nossas relações.

No Brasil, acompanhamos a experiência italiana com atenção. A exemplo do que estamos fazendo aqui, o Governo italiano, graças à condução firme e à vocação de estadista de Vossa Excelência, tem buscado com êxito conciliar os imperativos éticos da solidariedade social com a necessidade inadiável de reformas estruturais essenciais ao desenvolvimento econômico.

Senhor Presidente,

A atual conjuntura mundial oferece perspectivas favoráveis para os nossos países.

Temos assistido a uma crescente afirmação da Itália no plano internacional, compatível com a importância de sua economia e com sua dimensão cultural.

A Itália é um ator importante do processo de integração européia, que iniciou sua expansão a leste e avança rumo à União Econômica e Monetária, movimentos que terão reflexos profundos nas relações

internacionais nos anos vindouros.

O quadro brasileiro é igualmente positivo. A estabilização da economia é uma conquista de toda a sociedade brasileira. Graças às reformas que estamos promovendo, os fundamentos econômicos no Brasil são hoje sólidos e garantem condições para que o crescimento se faça de forma sustentada e com justiça social, no marco de uma economia aberta e competitiva.

Diante da crise dos mercados asiáticos, agimos com rigor e rapidez, deixando claro que não nos afastaremos do rumo traçado.

Estamos também engajados em um processo dinâmico de integração regional, e o Mercosul é hoje um elemento fundamental da projeção externa de seus membros.

Sua consolidação e seu aprofundamento são prioridades de nossa diplomacia. E o exemplo europeu nos mostra que a verdadeira integração deve ir além do comércio para atingir também as dimensões política, social e cultural na promoção de uma melhor qualidade de vida.

Senhor Presidente,

Há similaridades nas visões estratégicas de nossos países. Pela diversidade e amplitude de seus interesses, Brasil e Itália coincidem, por exemplo, na defesa de um sistema internacional aberto e democrático.

Compartilhamos o interesse no fortalecimento do multilateralismo, e das Nações Unidas em particular.

A crise no Iraque demonstrou inequivocamente que a ONU desempenha um papel insubstituível nas relações internacionais e continua a ser um símbolo da primazia do diálogo e do entendimento. Sabemos todos, no entanto, que é

preciso levar adiante, com determinação, seu processo de reformas.

Concordamos também em que a integração regional deve ser um fator de fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Daí a importância de aprofundarmos o relacionamento entre a União Européia e o Mercosul. Brasil e Itália devem estar na vanguarda desse processo.

Devemos atuar concertadamente também na preparação da Reunião de Cúpula entre a América Latina e a União Européia, que se realizará no Rio de Janeiro no ano próximo.

Nossos países vivem um momento de fortalecimento e amadurecimento de seu diálogo político e de seu intercâmbio econômico e comercial.

A Itália já é a quarta maior fonte de investimentos diretos no Brasil, e as relações econômicas apresentam excelentes perspectivas de ampliação, como terá podido constatar a delegação empresarial que o acompanha.

Há, igualmente, interesse comum em estreitar os laços de cooperação bilateral e buscar novas oportunidades de parceria entre empresas de ambos os países em setores de tecnologia avançada, por exemplo na área aeroespacial.

Senhor Presidente,

O Brasil quer seguir construindo com a Itália uma parceria que seja fator de bem-estar para os nossos povos e de aproximação para nossas respectivas regiões.

E é a essa promissora e desejada parceria que eu gostaria de erguer um brinde, com meus mais sinceros votos de saúde e felicidade a Vossa Excelência e ao povo italiano.

Muito obrigado.

Cerimônia de comemoração dos 190 anos da criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na cerimônia de comemoração dos 190 anos da criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Brasília, 11 de março de 1998

Senhor Ministro do Exército,
Senhores Chefes de Missão Diplomática,
Senhores Oficiais-Generais,
Meus colegas do Itamaraty,
Senhoras e Senhores,

A circunstância feliz de estarmos reunidos hoje para celebrar a passagem dos 190 anos da criação da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra leva-me a dizer umas poucas palavras sobre a política externa brasileira e a nossa presença na comunidade internacional.

A história nos permite afirmar, com convicção e orgulho, que o Brasil sabe e deseja viver em paz, pode e quer contribuir para a paz.

Não são muitos os países que podem invocar semelhante tradição de convivência harmoniosa e construtiva, especialmente uma nação com fronteiras tão extensas, compartilhadas com um número tão importante de vizinhos.

Esse é um dado objetivo, um elemento essencial em qualquer consideração que se faça sobre o lugar do Brasil na história.

Ao mesmo tempo, devemos levar em conta as implicações da boa convivência externa para o desenvolvimento social, econômico e político do Brasil.

Todos sabemos que, apesar dessa trajetória de paz e cooperação, não conseguimos ainda oferecer aos brasileiros acesso mais amplo e equitativo aos benefícios do progresso. Assim, cabe perguntar: onde estaríamos se tivéssemos sido obrigados a perder vidas humanas e recursos materiais além do que fomos obrigados a sacrificar nos conflitos dos quais participamos, seja para responder a agressões, seja para juntarmos nossa força à de outros povos na luta pela defesa da democracia e da liberdade?

É significativo, portanto, que as nossas organizações - o Ministério do Exército e o Ministério das Relações Exteriores - tenham sua origem em um mesmo órgão. Pois se o desenvolvimento do Brasil não teve de sofrer o ônus constante das guerras e das ameaças do exterior, isto se deveu tanto à obra empreendida pela diplomacia, na consolidação pacífica de nossos limites territoriais e na busca de uma atuação positiva no ambiente internacional, quanto ao sentimento de confiança ensejado pela certeza de que contamos com um Exército profissional e espiritualmente preparado para o combate, mas propenso historicamente à preservação da paz e, sobretudo, em profunda sintonia com a Nação.

Como não poderia deixar de ser, pois servem a um país que fala e age de modo coeso, as Forças Armadas e a diplomacia trabalham em permanente entendimento. Essa união se torna ainda mais imperativa em uma etapa da história na qual o emprego de meios militares vai deixando de ser necessariamente o oposto da solução pacífica e se transforma, em um número crescente de situações, em ferramenta vital na contenção de conflitos e na prevenção de verdadeiras tragédias humanas, como as que todos pudemos testemunhar ao longo desta década.

A presença das Forças Armadas brasileiras em operações de paz em diversos pontos do globo, por exemplo, é dimensão essencial da projeção externa de um Brasil preparado para desempenhar papel de maior peso nas relações internacionais.

Entre outros dados que nos credenciam para tanto, temos na diplomacia e nas Forças Armadas brasileiras uma tradição amplamente reconhecida de eficiência, seriedade, espírito público e dedicação ao desenvolvimento nacional.

Assim, não obstante os constrangimentos impostos pela realidade de um país em que os limitados recursos humanos e materiais do setor público são objeto de demandas múltiplas e

prementes, estamos prontos a servir e a participar da construção de uma ordem internacional mais equilibrada e favorável à realização das aspirações de justiça e bem-estar.

Senhor Ministro, Senhoras e Senhores,

Celebramos nesta cerimônia, diante do Corpo Diplomático e de nossos servidores mais graduados em Brasília, os laços profundos que unem duas das instituições fundamentais da Nação brasileira. Temos justificado orgulho de pertencer a essas instituições e de, por seu intermédio, servir ao Brasil.

Em nome do Itamaraty, de ontem, de hoje e de sempre, agradeço sensibilizado a iniciativa de outorgar a esta casa a insígnia da Ordem do Mérito Militar. Também em nome do Ministério das Relações Exteriores, registro com satisfação a decisão do Presidente da República de acolher a proposta de conferir ao Ministério do Exército a insígnia da Ordem de Rio Branco.

Estou seguro de que estas homenagens recíprocas simbolizam um passado de comunhão, e de que prenunciam um longo futuro de trabalho irmanado entre o Exército e a diplomacia do Brasil. Muito obrigado.

Pronunciamento do Embaixador Luiz Felipe Lampreia na IV Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, na IV Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio. São José da Costa Rica, 19 de março de 1998

Senhor Presidente,

Agradeço ao Governo e ao povo da Costa Rica a carinhosa hospitalidade e a competente organização deste encontro. O apego à democracia e à preservação do Estado de Direito são traços marcantes deste país e também valor fundamental da iniciativa da Área de Livre Comércio das Américas.

Em maio do ano passado, concordamos em recomendar a nossos Chefes de Estado e de Governo que o lançamento das negociações da ALCA se faça em Santiago, na II Cúpula das Américas, a realizar-se dentro de um mês. Para tanto, assumimos o compromisso de acordar, aqui em São José, os objetivos, enfoques, estrutura e localização das negociações.

Como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso em Belo Horizonte, uma Área de Livre Comércio das Américas, para ter êxito, deve ser “plausível economicamente e aceitável politicamente”. Essas condicionantes aplicam-se não só aos resultados das negociações, mas a todas as fases do exercício de conformação da ALCA.

Economicamente, somente faz sentido entabular negociações sobre uma área de livre comércio se cada um dos participantes tiver

expectativa de ganhos no mínimo iguais às concessões ou preferências que oferecerá aos demais parceiros.

No caso específico das Américas, onde convivem economias de tamanhos e estruturas tão díspares, essa condição é especialmente importante.

Essa condicionante econômica está diretamente ligada a outro requisito: a iniciativa de um acordo de livre comércio somente terá sucesso se for aceitável politicamente. Em sociedades democráticas, empresários, trabalhadores e consumidores devem necessariamente ser ouvidos e estar seguros das vantagens econômicas que serão auferidas com a iniciativa. A melhor garantia de que a ALCA será bem sucedida é o apoio amplo da sociedade civil.

Senhor Presidente,

Os princípios de consenso na tomada de decisões e de *single undertaking* são fatores essenciais para chegarmos a resultados equilibrados. A todo momento, cada uma das partes deve poder avaliar o balanço de direitos e obrigações acordadas.

A regra de coexistência dos acordos sub-regionais com a ALCA é outro dado fundamental nestas negociações. Como membro do Mercosul, o Brasil continuará a negociar em coordenação

permanente com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. A ALCA que queremos deve conviver em harmonia com os acordos mais profundos ou abrangentes de integração existentes no hemisfério, a exemplo do Mercosul.

Não tencionamos abrir mão dos acordos negociados no âmbito da União Aduaneira do Mercosul. Isso não significa que tenhamos uma política excludente. Ao contrário, a associação de outros países do hemisfério ao Mercosul demonstra que estamos sempre dispostos a abrir novos canais de entendimentos. No mesmo sentido, nossas tratativas visando à celebração de um acordo comercial com a União Européia são representativas da disposição de abertura do Mercosul.

Em outra vertente, os temas de comércio e meio ambiente e de comércio e padrões trabalhistas têm concentrado a atenção de nossos negociadores, sem que se tenha alcançado ainda consenso sobre a maneira de encaminhá-los no âmbito da construção da ALCA.

O Governo brasileiro entende que o livre comércio deve ser um fator de criação de empregos e de aumento dos níveis de bem-estar social de nossas populações. Assim, para nós, a relação entre comércio e trabalho tem um valor especial. Devemos dar precedência àqueles setores que geram maior número de empregos, no menor prazo. Por conseguinte, a agricultura e os produtos industriais mais intensivos em mão-de-obra, como o setor siderúrgico, serão uma das nossas prioridades nas negociações.

Quanto a comércio e meio ambiente, o Brasil continua comprometido com a busca de fórmulas equilibradas que possibilitem o desenvolvimento econômico, sem prejuízo da necessária preservação da natureza. Mas nosso empenho em adotar métodos de exploração auto-sustentável não pode prescindir de maior acesso, nos principais mercados consumidores, para produtos que resultem desse tipo de aproveitamento racional dos recursos naturais.

Senhor Presidente,
A ALCA pela qual o Brasil está disposto a

trabalhar leva necessariamente em consideração os princípios de equilíbrio e equidade, que se aplicam tanto aos ganhos que alcançaremos como às concessões que todos teremos de fazer.

Tomemos como exemplo a agricultura. Para o Brasil, este é um setor prioritário, pois responde por 32% do nosso PIB e por 36% de nossas exportações. É natural, portanto, que esperemos concessões importantes para nossos produtos agrícolas, sobretudo para aqueles em que somos mais competitivos.

As concessões nessa área devem ir além das tarifas. Devemos acordar uma redução importante dos subsídios que distorcem o comércio de produtos agrícolas. Queremos uma área de livre comércio na qual as distorções de preços sejam minimizadas, para que todos - produtores e consumidores - possam auferir vantagens.

No Brasil, aproximadamente 25% de nossa população ativa está vinculada à agricultura. Somente o setor de produção de carnes emprega em torno de 7 milhões de pessoas.

Em um momento de crescente preocupação com o desemprego, não é possível que as negociações internacionais de comércio deixem de lado esse setor. Estamos preparados, portanto, a iniciar negociações amplas e ambiciosas na área agrícola.

Em resumo, queremos uma ALCA com regras estáveis para todos, sem discriminação de produtos, sem setores protegidos indevidamente, sem subsídios que distorcem o comércio de produtos agrícolas, sem recursos abusivos a direitos *anti-dumping* e medidas compensatórias.

Enfim, a ALCA que queremos não deve ser apenas um acordo liberalizante na aparência, mas sim um acordo que proporcione verdadeira liberdade para o comércio.

Muito obrigado.

Cerimônia de Encerramento da II Cúpula das Américas

*Palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso na
Cerimônia de Encerramento da II Cúpula das Américas.
Santiago do Chile, 19 de abril de 1998*

Há momentos em que talvez fosse melhor calar. Depois do que ouvimos nas palavras inspiradas e inflamadas do Presidente Frei, confirmadas pelo Presidente Clinton, talvez devêssemos apenas aplaudi-los e pensar, no recôndito de nós próprios, sobre o significado do que foi dito e o significado do que estamos fazendo. Se ousar somar-me à voz daqueles que me antecederam, e de quem vai me suceder, é porque eu gostaria que nesse salão ecoasse e sobre cujo significado profundo talvez não tivéssemos meditado — de igualdade, de solidariedade e de liberdade — às teses que foram proferidas em Filadélfia, que se repetiram nas constituições de todos os nossos países.

De alguma maneira, o espírito que nos traz aqui é o espírito de criação de uma nova comunidade, é constitucional. E o que temos reafirmado é que esse novo espírito, que une as nossas nações no hemisfério, nasceu talvez de um impulso, ou de um sonho, que era econômico, que era de integração — e me apraz dizer isso aqui no Chile, na terra onde trabalhei com tantos chilenos e sob a inspiração de Prebisch, que lutava pela integração latino-americana — se o impulso foi econômico inicialmente dizia, pouco a pouco, sem abandonar a preocupação com a economia, que é fundamental, deixamos de falar apenas em taxas aduaneiras — em “aranceles”, “tariffs” — e passamos a falar uma linguagem que toca mais ao coração dos nossos povos: pobreza,

justiça, luta contra a impunidade, luta contra a droga, decência na administração pública, coisas concretas que realizam na prática, com um século de atraso, o que foi o sonho daqueles que fundaram, constitucionalmente, as idéias fundamentais da democracia, que são a expressão mesma, moderna, do mundo ocidental. Foi disso que se tratou.

De Miami a Santiago, se houve uma transformação, se houve uma evolução, foi nessa direção e foi no conhecimento recíproco. Se antes havia, talvez, alguma desconfiança de que a zona de livre comércio nas Américas talvez dificultasse o Mercosul ou, quem sabe, o Nafta fosse o caminho mais adequado — e que nós nos somássemos ao Nafta — ou quem sabe o Caricom um pouco à margem, ou o Acordo Centro-Americano de Livre Comércio, cada um olhando para o outro para medir suas vantagens e desvantagens. De repente percebeu-se que não, que o que nós fizemos, no Mercosul e em todos os outros blocos regionais, são passos constitutivos para ver este grande espírito americano, que é a zona de livre comércio, compreendida como nós a compreendemos hoje, como uma zona de liberdade, de paz e, sobretudo, de igualdade concreta na educação, no atendimento aos mais carentes, na luta contínua contra a pobreza.

Pobreza que, se no século XVIII não entrava sequer no horizonte dos que formulavam as grandes idéias da democracia, hoje não pode ser

apenas uma declaração. Se no passado nossos países não tinham como combatê-la, porque não tinham sequer o desenvolvimento necessário, hoje, embora não tenhamos completado o ciclo do nosso desenvolvimento, combatê-la é um imperativo ético. Há pobres porque nós não estamos ainda moralmente comprometidos com a luta contra a pobreza. Já dispomos de recursos suficientes para, se estivermos juntos, lutarmos efetivamente contra a pobreza e nada... A história não nos perdoará se das nossas palavras não resultar um progresso efetivo das condições sociais de vida do nosso povo. E, por isso, são tão bem-vindas as palavras, como as que aqui foram proferidas pelo Presidente Frei, de que não queremos armamentos, não queremos competições. Queremos, sim, solidariedade, novas formas de solidariedade para que nós possamos usar os instrumentos racionais de que dispomos, e os recursos materiais de que começamos a dispor, para mudar, efetivamente, não o mundo em termos de idéias, mas a vida concreta da população mais pobre, nas áreas rurais, nas favelas, nos bairros mais desamparados, que ainda existem perdidos em toda esta nossa América; e esta nossa América, aqui, vai, realmente, da Patagônia às áreas mais geladas lá no norte do Canadá e do Alasca. Porque também na “Norte América” existem áreas de pobreza, áreas de carência e, portanto, também lá essa motivação, essa inspiração ética, há de movimentar as populações locais para que, em uma nova visão do que seja a vida em comum nesse hemisfério, nós

possamos efetivamente transformá-lo num lugar onde todos sejam bem-vindos, onde todos se sintam em família, em casa, com tranqüilidade.

Mas me apraz dizer, Senhores Presidentes, Senhores e Senhoras, que os progressos foram muitos. Não gostaria de alongar-me — já fui além do que era necessário —, mas gostaria de dizer, como um dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, que nada nos satisfará mais no nosso continente do que a finalização desse processo de tranqüilização entre o Peru e o Equador — e os presidentes do Peru e do Equador são merecedores dos nossos agradecimentos pela maneira corajosa como têm desenvolvido os trabalhos que vão nos levar a que possamos dizer, com toda tranqüilidade: este é um hemisfério onde não há questões de fronteira. Este é um hemisfério onde a paz não é uma palavra, a paz é um modo de viver.

E também não gostaria de deixar de dizer uma palavra, uma que seja, sobre as muitas dúvidas e indagações que ouvi pelos corredores. Por que não todos? Falta talvez ainda um país. E esse país que falta firmou aqui, em Valparaíso, um compromisso com a democracia. Esse país que falta tem um contrato social, preocupa-se profundamente com a educação e com a saúde. Por que não dar os passos da democracia, que são tão bem-vindos por todos, para que amanhã nós todos possamos dizer: “nuestra América es una sola, democrática y hecha de hermanos”.

Obrigado.

Cerimônia de Anúncio da Criação de Novas Áreas Protegidas em Parceria com o Banco Mundial e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF)

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Anúncio da Criação de Novas Áreas Protegidas em Parceria com o Banco Mundial e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Palácio da Alvorada, Brasília, 28 de abril de 1998

Meu caro amigo, Ministro do Meio Ambiente, Dr. Gustavo Krause,

Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram,

Senhores parlamentares,

Embaixadores,

Senhor Diretor do Banco Mundial, Dr. Nankani,

Senhor Presidente do Conselho Diretor do Fundo Mundial para a Natureza, José Roberto Marinho,

Senhores representantes das entidades dedicadas ao meio ambiente,

Senhoras e senhores,

O Ministro Krause disse que ele não é forte em números. E eu não sou forte em palavras. Depois do que ele disse fiquei aqui, espremido. E o pior: quando tentei assinar os decretos - os que acabei de assinar - quase não pude, porque ele assinou lá em cima, e nem deixou espaço para eu escrever o meu nome, quanto mais para dizer alguma coisa, depois do que ele disse aqui.

Eu só queria, portanto, acrescentar muito pouco. Para dizer que, em 97, quando estive no Reino Unido, anunciei que iríamos nos juntar à iniciativa lançada pelo WWF, no sentido da

preservação de, pelo menos, 10% das áreas florestais no Brasil.

Isso significa um esforço grande, porque temos, hoje, mais ou menos, 4% das áreas florestais preservadas. Temos, portanto, mais do que dobrar esse esforço. E este é o começo.

Os atos que estamos assinando hoje significam o começo de um processo mais longo. E o Ministro Krause já explicou que, para que se possa mudar as coisas de uma maneira realmente democrática e persistente, requer-se persistência e requer-se uma ação coordenada, continuada - diz ele que não tem nada de espetacular. E vivemos numa sociedade do espetáculo.

De modo que a dificuldade que se tem e como, numa sociedade do espetáculo, fazer alguma coisa não espetacular, mas que tenha um significado efetivo, para a melhoria de vida da população e, no caso aqui, da Humanidade: a questão da preservação do meio ambiente.

Os que se preocupam demasiado com o espetáculo acabam não fazendo nada, só o espetáculo. E o grande espetáculo imagino que sejam realmente as mudanças que, ao longo do tempo, se vão consolidando em benefício da população.

Claro que, aqui - já foi dito também pelo

Ministro Krause - não apenas estamos tomando iniciativas, no caso de preservação de uma parte da Mata Atlântica. Aliás, vi um vídeo muito interessante sobre esta região e as dificuldades que existem, para que algo seja feito. Como, também, lá no Norte, na zona de Roraima. E são áreas que têm um significado muito grande, do ponto de vista da biodiversidade, do ponto de vista da preservação. No caso da Região Amazônica, também de populações indígenas, porque são áreas lindas com os índios ianomami. E, portanto, ajudam também esta preservação. Então, são passos importantes. Mas são apenas alguns passos, que estão, digamos, se antecipando aos muitos outros que teremos que percorrer.

E isso não se vai fazer sozinho. O governo pode ter - e deve ter - iniciativas, deve estimular. Na medida dos seus mandatos constitucionais, tomar as decisões legais, com o apoio do Congresso, ou decretar, se for o caso. Mas precisamos de uma articulação crescente com a sociedade civil. E isso é um exemplo, aqui temos pessoas que representam organismos chamados ONGs - Organizações Não-Governamentais - que terão um papel crescente no mundo contemporâneo.

E quero chamar a atenção para um fato que, na singeleza dessa nossa reunião, esta expresso, também. É que hoje questões dessa magnitude transcendem fronteiras nacionais. Isso tem que ser adequadamente compreendido. Transcender fronteiras não significa abrir mão da soberania. Significa outra coisa. Significa que o Brasil, tendo a responsabilidade - como tem - pela preservação das suas florestas e do seu território, esta aberto às experiências internacionais e desejoso da participação de organizações internacionais, nesse processo que é nosso, de definição da necessidade da preservação do meio ambiente.

Aqui, estamos levando adiante programas que têm apoio do Banco Mundial, que têm apoio de governos do G-7 (grupo dos sete países mais ricos), e, portanto, que transcendem as nossas fronteiras. E que são sustentados pelas Organizações Não-Governamentais. E, digamos, uma parceria

importante, porque não é só uma parceria interna, mas uma parceria externa também, que diz respeito a organizações que não são nacionais.

E estamos compatibilizando tudo isso, com esse espírito que tão bem representa o Ministro Krause. E também é preciso dizer que, nessa vinculação - Banco Mundial, o PPG-7, Ibama, etc. e, agora, o WWF - que as forças do Estado brasileiro estão motivadas para isso, e colaborando.

Creio que a menção feita ao general Zenildo Lucena e ao Exército é muito importante. Porque, uma parte disso que esta aqui é área cedida pelo Exército brasileiro. Em outra época discutir-se-ia: "O que se vai fazer com a fronteira. Meu Deus do Céu! Tem índio lá. Mas o índio, então, atrapalha a fronteira. Vai ser transnacional". Isso acabou. Estamos fazendo áreas de preservação. Fizemos, recentemente, a maior demarcação de terra indígena já havida, foi recentemente, há quinze dias. Fui ao Chile e estava dizendo lá, me referindo a problemas aqui do Brasil e de lá: só a área reservada, no Alto Rio Negro, dessa feita, corresponde a, pelo menos, 10 milhões de hectares, o que é o dobro de terra agriculturada do Chile. Não agriculturável, mas agriculturada, que está sendo usada pela agricultura chilena.

Então, estamos tratando, aqui, com pedaços do território que são imensos. E isso, hoje, com uma concepção nova. Quer dizer, lá na fronteira, o fato de ter uma área preservada é positivo. É positivo para o meio ambiente. É positivo para os indígenas. E não atrapalha a defesa do território nacional, ate porque é área da União, continua sendo da União. E acabou essa preocupação antiquada de: ou é uma coisa ou é outra coisa. Não, é cooperação. Estamos trabalhando em estreita cooperação.

Acho que esse passo é importante e - repito - que é inicial, tem um significado muito grande. Quando tivermos convertido essa área toda em área de preservação, isso vai corresponder ao Estado de São Paulo. O Ministro disse, mais ou menos, o Reino Unido, não é isso? Quer dizer, é muita terra. Mas é importante que se faça. É muito importante que se faça.

E o que é mais interessante é que, se estamos nesse propósito de preservar 50 milhões de hectares até o ano 2000 no planeta inteiro e se o Brasil vai preservar não sei quanto por cento disso, uma boa parte disso, metade, mais ou menos, disso, é algo muito significativo e não é tão caro assim. Quando se olham os números, não é tão caro assim.

Não se trata de uma questão de recursos. Há uma obsessão, muitas vezes, por recursos: “Quanto custa? Quanto deu? Tem dinheiro? Não tem dinheiro?” É claro que dinheiro é importante, mas, em certos momentos, a questão é mais de organização, é mais de motivação e de colocar as coisas em conjunto e fazer com que as peças funcionem, para que possamos chegar aos resultados. E esse trabalho, de ourivesaria, como já foi dito aqui, é um trabalho que também leva tempo. É um trabalho que implica em motivar as pessoas, os grupos, as organizações para a convergência, para se chegar a um resultado concreto.

De modo que acho, para finalizar, que essa campanha do WWF, da terra viva no ano 2000 e algo que tem o nosso apoio, tem o apoio do governo brasileiro. Hoje mesmo, transmiti uma mensagem para o Banco Mundial sobre essa questão. Imagino que estejam realizando uma solenidade simultânea. E isso tem o nosso apoio. Vamos seguir adiante nessa direção. E, para isso, só precisamos manter vivo o mesmo espírito que tem presidido as ações dos que aqui estão, de compreensão de que estamos vivendo uma etapa nova no mundo em que essas questões passaram a ser centrais.

O Ministro Krause falou em desenvolvimento sustentável, que é um conceito novo e difícil. Mas ele é essencial, porque isso é novo, realmente. Só recentemente, há poucas décadas, nos demos conta de que os recursos são esgotáveis. A idéia que se viveu, que a Humanidade conviveu com ela, era a idéia da infinitude dos recursos naturais. Havia uma certa preocupação com o recurso de alimentação, malthusiana. Essa preocupação desapareceu: vai crescer mais depressa a população do que a capacidade de alimentar a população. Graças ao

desenvolvimento tecnológico, não se tem mais esse temor.

Mas, hoje, tem-se outro: é o de que certos recursos, que são renováveis, são renováveis dentro de certos limites. E temos que respeitar os limites da natureza, os limites até do espaço, os limites extraplanetários, que vão ser condição de possibilidade da perpetuação da Humanidade.

É o que tenho dito, em algumas ocasiões e vou repetir, para terminar mesmo, é que essa noção da finitude dos recursos, do risco que hoje existe do mau manejo dos recursos, pela contaminação que eles trazem de um país para outro, levou a uma nova visão, a uma nova percepção do papel do homem e da Humanidade.

E costume, porque é conveniente sempre atribuir a alguém, para dar um marco, essa mudança copernicana do pensamento, costume dizer que foi do Gorbachev. Por quê? Porque o Gorbachev, no famoso livro dele, “A Perestroika” - talvez não soubesse a amplitude do conceito -, ele disse: “Olha, não se pode mais pensar em bomba atômica, em guerra, por consequência, porque destrói tudo. Segundo, se destrói tudo, não dá para pensar só em termos de Estados”. Depois, ele diz: “E nem só de classe”. E ao dizer: “Destroi tudo. Não pode pensar em Estado, não pode pensar em classe”, são as bases de um novo mundo, em que a Humanidade passa a ser, de novo, o sujeito da História. Ao invés de ser a classe, ao invés de ser o Estado, ao invés de ser o indivíduo, passa a ser a Humanidade.

Isso, no passado, não tinha sentido. Ninguém estava pensando em termos de Humanidade, senão retoricamente. Hoje, ou integramos o conceito de Humanidade ao conceito de natureza ou não vamos ter condições de projetar futuro algum. E, se a amplitude de visão é essa, temos que modificar as nossas disposições de espírito, as nossas instituições, as nossas concepções, para que possa haver a convergência entre várias nações, entre várias instituições, entre várias organizações, entre o Estado e a sociedade civil, porque temos que funcionar num marco mais amplo, que é esse marco da Humanidade

e do meio ambiente.

Isso passou a ser, de fato, digamos, o centro de todas as coisas. E é por isso que, de vez em quando, me refiro ao fato de que vivemos um novo Renascimento, porque equivale a isso, equivale a recolocar o homem como o centro, mas o homem como Humanidade, e repensar é mudar a cabeça inteiramente, para pensar que, de novo, temos uma visão que, dessa vez, é verdadeira, é planetária.

E, na visão planetária, as florestas não são só

do Brasil. São brasileiras, vão continuar sendo. Mas as dos outros países interessam a nós, como as nossas podem interessar aos outros, o que não diminui a nossa responsabilidade, a nossa soberania, mas implica, sim, uma motivação adicional para que cuidemos delas, porque estamos cuidando da Humanidade. E a Humanidade é o conceito mais amplo que existe para que possamos pensar a existência do ser humano na Terra.

Muito obrigado.

Lançamento da BrazilTradeNet

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do lançamento da BrazilTradeNet. Brasília, 30 de abril de 1998

Senhores Membros do Comitê Empresarial Permanente,

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que faço hoje o lançamento do novo sistema de informação e inteligência comercial do Itamaraty – a BrazilTradeNet

A BrazilTradeNet, que todos os presentes terão a oportunidade de conhecer na apresentação que será feita a seguir, é um dos principais componentes do novo modelo de gestão da promoção comercial do Itamaraty.

O modelo anterior de promoção comercial, concebido no início dos anos 1970, sob o impulso inovador e criativo do então Conselheiro Paulo Tarso Flecha de Lima, carecia de profunda reestruturação, sobretudo para que pudesse corresponder, com maior efetividade, às necessidades atuais de uma economia mais exposta à competição internacional.

No novo modelo de gestão, para cujo desenho muito contribuiu consultoria realizada pela empresa Booz Allen and Hamilton, atribuiu-se especial prioridade à função “informação e inteligência comercial”. Quero registrar, a propósito, que a contratação da consultoria e todo o projeto de reestruturação do Departamento de Promoção Comercial se deram no quadro dos programas de cooperação que o Itamaraty vem mantendo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID), aos quais renovo meus agradecimentos.

Ficou demonstrado, ao longo do processo de consultoria, que, dentre as principais ações de promoção comercial, as atividades relacionadas com “informação e inteligência comercial” são capazes de produzir maior e mais rápido retorno dos recursos alocados. Evidencia-se, assim, a necessidade de proporcionar às empresas brasileiras, em particular às pequenas e médias, um sistema ágil, confiável e abrangente, que permitisse veicular, em escala global, oportunidades de negócios e investimentos, e outras informações comerciais de interesse para os exportadores brasileiros, efetivos e potenciais.

Foi nesse contexto que a equipe do Departamento de Promoção Comercial desenvolveu a BrazilTradeNet, com o apoio técnico da Booz Allen. O novo sistema incorpora, ainda, alguns instrumentos que foram desenvolvidos pelo DPR em cooperação com o “International Trade Center – ITC” da OMC/UNCTAD.

Trata-se de um sistema inteiramente automatizado de captação, disseminação e processamento de informações comerciais, que, com base nas mais modernas tecnologias, utiliza a INTERNET como veículo de transmissão de dados e informações. A BrazilTradeNet, à qual, a partir de hoje, passam a ter acesso empresas, entidades de classe e outras instituições, públicas e privadas, facilitará o contato entre exportadores brasileiros e

importadores estrangeiros, bem como entre investidores estrangeiros e empresários brasileiros interessados em captar recursos no exterior para atividades produtivas.

Para ter acesso às informações sobre oportunidades de negócios e a estudos e pesquisas de mercado, os usuários da BrazilTradeNet devem se cadastrar, diretamente no sistema, como será em breve demonstrado. O cadastramento e a utilização dos serviços oferecidos pela BrazilTradeNet são inteiramente gratuitos.

O lançamento do novo sistema, pelo Itamaraty, enquadra-se dentro dos esforços do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para aumentar, de modo significativo, as exportações brasileiras. Vem somar-se a iniciativas como a da criação, no âmbito do SEBRAE, da Agência de Promoção de Exportações – APEX. Aproveito esta oportunidade para destacar, entre as mais importantes contribuições que a nova Agência poderá prestar ao Governo, as ações de sensibilização do empresariado brasileiro para a importância estratégica da ampliação das exportações brasileiras, de acordo com as políticas e diretrizes que vêm sendo traçadas pela Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República. Nesse mesmo sentido, ressalto as ações de mobilização do empresariado que vêm sendo empreendidas pelo Ministério da Indústria, do Comércio e o do Turismo, em particular os Encontros de Comércio Exterior, que aquele Ministério tem promovido desde 1998, em todo o território nacional, com a participação do Itamaraty. Convergem esses esforços para os objetivos de ampliar o universo exportador brasileiro e conquistar novos mercados para os nossos produtos e serviços, de forma a assegurar uma inserção cada vez mais competitiva do Brasil no sistema econômico internacional.

No quadro desses esforços e iniciativas, o Itamaraty pretende que a BrazilTradeNet se transforme em ferramenta de uso diário por empresas, entidades de classe, Balcões de Atendimento do SEBRAE, “Trade Points”, Pontos Focais do SIPRI

e outras instituições.

É importante ter presente que, ao oferecer a BrazilTradeNet ao empresariado brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores assume a responsabilidade de manutenção, monitoramento e aperfeiçoamento do novo sistema. No entanto, o volume, a qualidade e a abrangência das informações que estarão disponíveis na BrazilTradeNet dependerão, em larga medida, das próprias empresas. Caberá a estas inserir na BrazilTradeNet suas ofertas de exportação e demandas de investimento. No exterior, o sistema será alimentado tanto pelos importadores e investidores estrangeiros, como pelos postos e Setores de Promoção Comercial do Itamaraty. A propósito, estou instruindo os postos no exterior a divulgar amplamente o novo sistema, inclusive mediante campanhas na imprensa e outros meios de comunicação.

Na data de sua inauguração, a BrazilTradeNet já dispõe de um volume razoável de dados e informações de interesse para os empresários brasileiros, que, desde hoje, poderão buscar e identificar, no sistema, empresas estrangeiras importadoras, oportunidades comerciais e de investimento (geradas no exterior), estudos de prospecção de mercado encomendados pelo Itamaraty e outros instrumentos de promoção comercial.

Ao finalizar, desejo insistir nesta característica do novo sistema: a da transferência, para os usuários, das principais responsabilidades no tocante à geração de informações que possam ser concretizadas em exportação ou captação de investimentos produtivos. A participação e adesão do empresariado são, portanto, fundamentais para o êxito desta iniciativa do Itamaraty, pois a BrazilTradeNet somente se consolidará como instrumentos de promoção comercial se for utilizada intensa e criativamente pelos empresários brasileiros, que constituem o público-alvo, por excelência, desta iniciativa do Ministério das Relações Exteriores.

Muito obrigado.

Cerimônia de Abertura da XVI Sessão Plenária do Interaction Council

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Abertura da XVI Sessão Plenária do Interaction Council. Rio de Janeiro/RJ, 3 de maio de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente Honorável do Interaction Council, Mr. Helmut Schmidt,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Interaction Council, Malcolm Fraser,

Senhor Presidente da XVI Sessão Plenária do Interaction Council, Senador José Sarney,

Senhor Governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar,

Senhores ex-Presidentes e membros do Interaction Council,

Senhoras e Senhores,

Tenho muito prazer em participar da abertura dos trabalhos desta sessão do Interaction Council. É uma honra para o Brasil acolher este encontro, que reúne personalidades expressivas de diversas regiões do mundo e, mais do que isso, reúne uma rara concentração de conhecimento e de experiência política.

Este é um foro privilegiado para refletir sobre os problemas contemporâneos e fico satisfeito, como Presidente do Brasil, de estar aqui presente, para lhes dizer, pessoalmente, do meu reconhecimento pelo seu trabalho.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para compartilhar com os senhores algumas reflexões sobre o momento histórico vivido pelo Brasil e pelo mundo em uma conjuntura marcada por mudanças tecnológicas e econômicas revolucionárias e pela

necessidade de identificar novos caminhos, novas formas para realizar os objetivos de justiça e equidade.

Quero acrescentar que as palavras do Sr. Fraser são palavras encorajadoras, porque vão nessa mesma perspectiva de assinalar as modificações que estão ocorrendo no mundo e a necessidade de uma reorganização que permita que se mantenha esses mesmos ideais a que me refiro, de justiça e de equidade.

Os membros desse Conselho conhecem de perto os desafios que a democracia enfrenta ou deve enfrentar para assegurar aos nossos países a capacidade de tirar o melhor proveito das enormes oportunidades do momento presente. Entre esses desafios, está a tarefa de promover, na sociedade e nas instituições, as transformações necessárias, não para nos opormos ao curso da História, mas para fazer com que as tendências atuais em nossos países e nas relações internacionais funcionem a favor dos nossos ideais e dos nossos objetivos.

E este é o desafio das reformas que está no centro da agenda política brasileira e que exige a nossa dedicação e lucidez. A arte da política significa, antes de tudo, a capacidade de inspirar, de ter a sensibilidade para compreender as necessidades profundas da sociedade em cada momento do seu desenvolvimento. Significa, também, oferecer caminhos. E caminhos viáveis para realizar as

aspirações de chegar ao bem comum, para trabalhar com um horizonte de uma utopia que seja paradoxalmente realista, como eu costumo dizer.

A vida política democrática não pode, jamais, prescindir da dimensão dos objetivos, dos ideais e valores que devem orientar os esforços da sociedade, no sentido do seu aprimoramento. Mas a referência a esses objetivos e valores torna-se ainda mais crucial, nos momentos de mudança social. E as coincidências históricas quiseram que o final do século XX, final do segundo milênio, fosse também um momento de profundas transformações nos modos de vida social e nos padrões de organização econômica.

Essas transformações já nos deram a certeza de que muitos dos esquemas ideológicos a que estávamos acostumados, esquemas que permearam a maior parte dos eventos históricos do século XX, não serão suficientes para responder as perguntas que faremos no século XXI. Mais do que nunca, as lideranças políticas democráticas devem ser capazes de ter a perspectiva de um projeto voltado para o futuro, o que supõe a busca de novos caminhos de pensamentos e de ideologia.

Às vezes - e isso é típico da época moderna - acredita-se que a formulação de ideais para a sociedade poderia ser substituída por um enfoque mais técnico, baseado estritamente num tratamento científico e exato dos temas da economia e das próprias relações sociais. Existe aí, naturalmente, o risco da tecnocracia, onde o conhecimento supostamente competente e isento se transforma, ele próprio, em uma forma de poder e, o que é pior, uma forma de poder que pouco se sujeita ao escrutínio público.

Parte importante de nossas tarefas como políticos é a de lembrar que isso não é assim e que, na realidade, a definição dos objetivos para a sociedade, para onde vamos, que rumos desejamos seguir, constitui uma das funções centrais do Estado e das instituições políticas em geral. No entanto, a formulação de valores e objetivos não pode ser feita, como já disse, com os olhos fixados no passado. Se

não formos capazes de entender as transformações da realidade no momento presente, estaremos condenados a buscar, por toda a parte e em vão, idéias e ideais antigos, em formas que já não fazem sentido.

É preciso, portanto, evitar o canto de sereia do saudosismo. Para pensar, nos dias de hoje, essa função do Estado, é indispensável que sejamos capazes de ir além das dicotomias tradicionais que opõem o Estado à sociedade civil ou o voluntarismo ético ao economicismo do mercado. Os desafios do tempo presente exigem uma reflexão criativa que permita reconciliar a participação nos processos de reestruturação econômica, orientados pela preocupação de competitividade, que é inelutável, no momento em que a economia se globaliza e as inovações técnicas transformam radicalmente o modo de produzir bens e serviços, com os ideais de equidade e de justiça, que são ainda mais inelutáveis.

As tarefas políticas do século XXI exigiram um pensamento capaz de superar a oposição abstrata do estatismo e do livre mercado, assim como a oposição absurda entre os objetivos da gestão macroeconômica eficiente e de justiça e de solidariedade. No Brasil, a estabilidade da moeda, alcançada com o Plano Real, trouxe melhorias significativas no padrão de vida dos brasileiros mais pobres. Longe de ser incompatível com uma política orientada para a justiça social, a estabilidade revelou-se, em realidade, o fundamento mais seguro para essa política.

Queria acrescentar que essa talvez tenha sido a dificuldade maior da proposição da política de reformas e da política de estabilização econômica e, sobretudo, monetária, num país como o Brasil. E essa experiência não é única do Brasil. Esse mesmo desafio foi compartilhado com todos os países em desenvolvimento, portanto, onde há bolsões de pobreza, de miséria, diferenças de renda, diferenças regionais, com o objetivo de se voltar a uma economia estável, sem inflação e com políticas macroeconômicas que pudessem ser sustentáveis.

À primeira vista, a idéia sempre foi, talvez

por razões semelhantes ao que o Sr. Fraser mencionou sobre a visão antiga do Fundo Monetário Internacional de outra época, de que haveria uma incompatibilidade entre uma política que mantivesse níveis compatíveis de crescimento econômico, embora não os ideais, mas compatíveis com o esforço de estabilização, que mantivessem, portanto, alguns níveis de renda para a população mais pobre e, ao mesmo tempo, que pudessem controlar o orçamento, que pudessem controlar os déficits e que pudessem, por consequência, abrir um horizonte de estabilidade maior.

A idéia e a experiência histórica da qual deriva essa idéia era a de que haveria uma contradição entre as exigências do mercado e a possibilidade da manutenção de níveis de coesão social e de níveis de bem-estar da população. O esforço que tem sido feito - e quero dizer que, no caso brasileiro, com o apoio da sociedade, pela sua maioria, e do Congresso - o Presidente Sarney é testemunha e exemplo disso que estou dizendo - foi, precisamente, o de tornar compatível uma estratégia de controle inflacionário que não tivesse como consequência afetar diretamente a renda dos mais pobres.

O impacto inicial do plano de estabilização que nós aqui pusemos em marcha foi um impacto, antes, positivo para a população mais pobre, sendo variável o número de pessoas, segundo várias estatísticas, que foram integradas ao mercado de trabalho, pelo próprio fato da estabilização, mas o cálculo nunca foi menor do que 10 milhões de pessoas, numa população de 160 milhões. E todos os níveis, todos os indicadores de consumo, desde consumo de bens de alimentação, que, como se sabe, são os bens que constituem o principal objetivo daqueles que vivem dos salários mais baixos - há a famosa lei de Engel nessa direção, de que, basicamente, a renda dos mais pobres se traduz em alimentos -, o consumo dos alimentos cresceu enormemente nas camadas mais pobres do Brasil.

E, progressivamente, houve, também, uma expansão no consumo de bens de consumo duráveis, tipo geladeiras, ar condicionado e outros instrumentos

dessa natureza, para não mencionar automóveis, o que indica também que houve uma expansão que não foi apenas nas camadas mais pobres, mas houve uma expansão nas camadas de renda média.

Retomando o fio da meada, eu diria que o mercado livre é, talvez, o melhor mecanismo já imaginado pelo homem para estimular a eficiência na produção de riquezas. Ao mesmo tempo, contudo, o mercado não é capaz de oferecer soluções em temas que envolvem as perspectivas dos valores da ética. Ao contrário, o próprio funcionamento do mercado só produzira seus benefícios plenamente se suas atividades estiverem adequadamente reguladas por valores. Em primeiro lugar, porque, sem regras ou sem limites, as transações do mercado não teriam, sequer, o mínimo de previsibilidade necessário. Mas o problema é mais complexo. O mercado serve a uma sociedade, não pode escapar aos valores que definem a vida social no que ela tem de mais básico: os direitos fundamentais dos indivíduos e a aspiração de justiça e de solidariedade, que é inseparável da própria idéia de sociedade.

No Brasil, a privatização, por exemplo, está trazendo eficiência a vários setores, mas também nos obrigou a criar instituições reguladoras que se orientem pela perspectiva do que é melhor para o público. Esse é um outro ponto que é importante ter presente. É mais do que reconhecida, hoje em dia, a capacidade que tem o mercado, sobretudo, agora, o mercado globalizado, no que diga respeito a tudo que implique a maximização dos recursos em proveito dos objetivos, que, certamente, são os objetivos de aumentar a capacidade de acumulação nacional de riquezas. Mas também é indiscutível - repito - sobretudo nos países em desenvolvimento, que, se não existem políticas complementares e cuidados especiais para que essa forma nova de expansão do mercado, do mercado globalizado, possa adequar-se aos objetivos de justiça social e de solidariedade, dificilmente se logrará um desenvolvimento equilibrado.

E isso requer - o que é muito difícil - a manutenção de políticas públicas que sejam políticas

com um forte sentido universalizador. E nos países em desenvolvimento, ao se introduzir as políticas públicas que visem à universalização (acesso à educação a todos, acesso para todos à saúde, e por aí vai, acesso à terra, etc.), isso fere interesses. E não fere apenas os interesses das elites. Fere os interesses das classes que já estavam acomodadas no sistema anterior, inclusive de camadas médias, e que têm, agora, áreas de indecisão, áreas de incerteza, porque a competição pelos recursos passa a ser mais ampla. E, na medida em que o governo implemente uma política de extensão, por exemplo, - repito - da saúde e da educação, essa extensão não se pode fazer sem tomar em consideração a globalidade dos recursos. E, portanto, pode, eventualmente, alterar, em desmedro daqueles que já tinham alcançado algumas vantagens no momento anterior, as vantagens que vão ser asseguradas pelo momento futuro.

É famosa a frase de Maquiavel, em que dizia que, no momento das reformas, o político deve estar muito cuidadoso, porque, quando se começa a reformar, os que virão a beneficiar-se das reformas ainda não sabem disso e os que começam a perder com as reformas sabem, de imediato. E, portanto, nos temos que estar sempre atentos a essas dificuldades. Mas isso não diminui a nossa responsabilidade no que diz respeito a uma busca contínua de um padrão de crescimento e de desenvolvimento que seja capaz de compatibilizar as políticas macroeconômicas com as necessidades de democratização, de universalização portanto, dos bens que são postos à disposição da população.

Mencionei, aqui, o tema da privatização. Por que? Porque, além de ser um tema muito caro aos formuladores das novas políticas macroeconômicas, tem conseqüências práticas imediatas. E, obviamente, no caso dos países como o Brasil, se não houver, ao mesmo tempo em que se faz uma política de privatização, uma política da reconstrução do Estado, o que se vai criar são formas de competição privada, não necessariamente de benefícios para o conjunto da população. É preciso que se reforcem, portanto, as agências reguladoras, sem as quais há o risco

efetivo de que a privatização se transforme, não num instrumento do que nós almejamos, ou seja, de melhoria das condições de vida do povo, mas que se transforme, pura e simplesmente, num aumento da ineficiência.

Portanto, me parece que a contradição entre setor mercado e Estado ou setor interesse privado e interesse estatal deve ser modificada por outras formas de abordagem e que nos devamos, crescentemente, preocuparmo-nos com a reformulação do Estado, para que o Estado continue ativo. Não no que ele era ativo antes, na produção indireta, porque há outras forças capazes de o fazer, mas para que ele continue ativo naquilo que, eventualmente, possa estar adormecido, ou seja, na vigilância do interesse público. E essas formas de regulação, essas agências reguladoras devem se contrapor às tendências de mercado que são supostas de serem reforçadas pela privatização crescente.

No esforço de conciliar as tendências contemporâneas da economia globalizada com os valores éticos, um dos temas centrais, tanto para os países desenvolvidos, como para os países em desenvolvimento, é necessário que se dêem algumas respostas ao problema do desemprego. A questão do emprego converte-se, de certa forma, no núcleo central das preocupações sociais e da inspiração de equidade que deve orientar o Estado.

Não preciso acrescentar nada sobre esse tópico, porque os senhores vem de várias partes do mundo e sabem que, em todas elas, essa questão se transformou numa pedra de toque do desafio que nos vamos enfrentar no próximo século, ou seja, a de conciliar uma base tecnológica altamente economizadora de mão-de-obra, com a necessidade da sustentação, e mais do que sustentação, da dignidade das pessoas. E essa dignidade não será obtida simplesmente com a redistribuição, via Estado, de recursos, de impostos, mas tem que ser, também, uma dignidade que se recobra pela descoberta da funcionalidade do indivíduo na nova sociedade e, portanto, de uma ocupação que, embora possa não ser o emprego no sentido clássico, signifique o

reconhecimento do seu papel na construção da nova sociedade.

Em uma perspectiva mais ampla, trata-se de atualizar o ideal de um Estado do bem-estar social, tornando-o compatível com as realidades de nosso tempo. Essa tarefa é, particularmente, difícil em um país como o Brasil, que jamais teve um Estado que estivesse essencialmente voltado para o bem-estar social. Tivemos, isto sim, um Estado que eu costumo chamar “do mal-estar social”, distorcido pela ação de grupos minoritários e de interesses corporativos.

O processo de reforma do Estado responde a essa preocupação: tornar as estruturas decisórias mais permeáveis aos interesses e demandas da coletividade e menos permeáveis à manipulação por grupos minoritários; tornar o Estado mais próximo dos cidadãos, favorecendo a participação dos indivíduos e movimentos sociais na construção de um espaço efetivamente público; difundir e universalizar os serviços e políticas públicas, assegurando aos cidadãos igualdade de acesso e uma genuína capacidade de controle sobre os atos de governo. Em suma, aprofundar a democracia institucional, fazendo com que seja um caminho para democratização da sociedade. Radicalizar a democracia - esse é o sentido da ação política contemporânea.

Na transição para o século XXI, lidamos com novos modos de interação social, com novos modelos políticos, com formas não tradicionais de manifestação da sociedade, novas modalidades de julgamento e avaliação daqueles que atuam na arena política. Os ideais sociais não morrem, a demanda por equidade não é menor hoje do que foi nas lutas sociais do passado, é, talvez, mais complexa.

As facilidades de comunicação e transporte permitem a cada um comparar as suas condições de vida não apenas com as de seus vizinhos, mas com as de qualquer outro ser humano em sua cidade ou do outro lado do mundo. Ao mesmo tempo, a identidade dos indivíduos envolve aspectos novos. Ninguém se define apenas por sua inserção no sistema produtivo.

Em nossos dias, a linguagem da cidadania incorpora, necessariamente, os códigos específicos das identidades sociais diversas, majoritárias ou minoritárias, baseadas em questões como gênero, idade, cultura, etnia. A mesma cidadania, porém, exige que certos temas tenham respostas de caráter global, como é o caso na área dos direitos humanos ou do meio ambiente. A responsabilidade do cidadão é, crescentemente, projetada no espaço do mundo, e não mais, apenas, no do seu país. E não é por acaso que falo de responsabilidade.

O fortalecimento da cidadania é uma orientação fundamental do processo de transformação em que estamos engajados. Isso implica o esforço constante, intransigente e incansável de promoção e proteção dos direitos humanos. E ninguém ignora o quanto ainda falta fazer a esse respeito, tanto em países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos. Mas a verdadeira cidadania não pode basear-se, unicamente, na noção de direitos. As responsabilidades, os deveres são, também, indispensáveis.

O Primeiro-Ministro Tony Blair tem mencionado esse ponto, e com razão. O próprio Interaction Council formulou propostas a esse respeito que merecem ser examinadas com a devida atenção. É preciso resgatar a idéia de deveres, não no sentido em que alguns partidos de direita já o fizeram, com objetivo de restringir direitos, mas no sentido de promover, em cada cidadão, a consciência de que ele pertence a uma coletividade e que ele é responsável pelo efeitos de suas ações sobre essa coletividade.

A democracia, valor fundamental para todos nós, é o que nos permite avançar por esses caminhos de reforma e progresso social. É o que permite que novas idéias sejam testadas, diferentes propostas sejam discutidas e, eventualmente, incorporados ou rejeitadas.

Nossa responsabilidade, como políticos, aumentou. É mais grave, é mais ampla nos dias de hoje. A própria atividade política assume novas formas. Compreendemos que a democracia não é

um ponto final, mas um reinício permanente, nunca satisfeita consigo mesma, sempre buscando seu próprio aprimoramento. As mudanças a que aspiramos se fazem pela democracia e, ao mesmo tempo, contribuem para aprofundar a democracia. Talvez seja este o maior mérito do sistema democrático: o de ser um regime que, em sua imperfeição, encontra as oportunidades e as formas de aperfeiçoar-se. Isso exige o melhor do nosso esforço para dialogar, discutir, apresentar argumentos, enfim, para procurar convencer e formar maiorias estáveis que apoiem o processo de transformação. Esse é o desafio político das reformas. Não é fácil, mas é gratificante.

Queria acrescentar que, em todo o esforço em marcha no Brasil, de transformação do nosso marco jurídico-institucional, que abrange desde, como já mencionei, as privatizações, passa por uma reforma da administração, passa por uma reforma das estruturas do Estado na direção apontada, da criação de agências novas que permitam uma maior capacidade do Estado, de controlar as decisões que se dão no setor privado, que passam por esse esforço enorme de universalização do atendimento das questões fundamentais, do acesso à terra, à saúde, à educação e assim vai. Que contem, no seu âmago, o objetivo da retomada estável do crescimento econômico, que todo esse esforço tem sido feito e será feito no marco democrático. Isso significa um diálogo crescente com o Congresso e com a sociedade em geral. Isso significa tempo. Pode implicar alguma lentidão, mas a lentidão é compensada pela solidez dos resultados, porque são resultados que têm apoio, que têm o assentimento da comunidade, o assentimento da sociedade.

Recentemente, numa outra oportunidade, eu pude me expressar sobre essa matéria dizendo que a verdadeira revolução nas democracias existe quando existem modificações continuadas e que têm o consentimento ativo da sociedade. Reformas, para nós, significam isso: modificações contínuas com o apoio ativo da sociedade. Não significam apenas um resultado legal, a aprovação de uma lei ou mesmo

de uma mudança constitucional, e nós temos feito várias no Congresso, e é muito difícil fazer mudanças constitucionais. Cada mudança requer, para cada item, votações, nas duas Casas do Congresso, com a maioria de três quintos em cada uma das votações.

Temos obtido com esse processo, e apesar da necessária lentidão que ele implica, temos obtido avanços significativos em temas tão delicados quanto o da Reforma Administrativa e o da Reforma da Previdência que é, talvez, o mais alto desafio do mundo contemporâneo, de saber como as gerações vão se haver com o problema dos que deixam de trabalhar. Quem vai pagar por esse deixar de trabalhar? Será um pagamento feito pela geração atual e pelas gerações futuras? Em termos de uma repartição de renda, será uma capitalização feita por cada um que prevê o seu futuro? Será um misto entre essas duas vertentes? Temas que estão em discussão no mundo todo e que nós, aqui no Brasil, estamos à espera, ainda, de alguns poucos votos no Congresso, para darmos um passo fundamental na direção dessa transformação.

Pois bem, para mim o mais importante de tudo isso, além do que já mencionei, desse esforço de equilíbrio entre as políticas macroeconômicas, da necessidade imperiosa de cortar gastos para se manter o orçamento equilibrado e a inflação sob controle com um mínimo de condição de crescimento e de atendimento às necessidades sociais, a isso se soma, e é fundamental que tudo ocorra dentro de um marco da democracia, dentro de um marco da negociação consentida com o Congresso, o que nem sempre é sequer entendido pela sociedade, que se impacienta, com razão, pela lentidão de algumas transformações, que se impacienta, com razão, pela necessidade de negociações nem sempre nos moldes em que se gostaria que elas se procedessem, que fosse tendo em vista apenas o interesse público. Muitas vezes, há elementos que se introduzem nessas transformações que tem a ver com a dinâmica dos interesses político-partidários e que ferem a necessidade de rapidez e mesmo a expectativa de que tudo se processe num ambiente de maior

assepsia. Não obstante, creio que seja fundamental manter esse espírito de que as transformações se dêem dentro de um quadro absolutamente democrático.

Termino dizendo que, no caso do Brasil, alcançamos resultados importantes e continuamos a trabalhar na mesma direção, com a segurança de que estamos no rumo certo e de que as decisões que estamos tomando hoje terão impacto não apenas no presente, mas ajudarão a definir o perfil do nosso país, no século XXI e em nosso sexto século de existência, como um país mais justo, mais eqüitativo e sempre mais feliz.

Quero agradecer a presença dos senhores aqui. Quero agradecer a boa disposição do Senador Sarney de organizar este simpósio aqui. Ele sabe que sempre contou com o meu apoio. E me compraz dizer que esse apoio, hoje, se verifica pela presença dos

senhores aqui, retribuindo as nossas expectativas de que, com as suas experiências de líderes de países importantes do mundo e que são ativos na busca da continuidade de uma responsabilidade política que permita que existam pontos de referência que não sejam apenas os pontos de referência institucionais, mas os pontos de referência que se fazem, como é o caso aqui, pela própria sociedade civil, que recolhe a experiência histórica de alguns dos líderes mais importantes, para que eles dêem continuidade à sua vigilância no sentido de um mundo que, embora globalizado, embora sujeito a tantas limitações de natureza econômica, continue a ser um mundo no qual, como estamos querendo todos nós, os valores de eqüidade e de justiça se mantenham e que a democracia seja o marco a partir do qual nós possamos alcançar, progressivamente, esses valores.

Muito obrigado.

Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Tcheca

Discurso proferido pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, durante almoço oferecido em homenagem ao Chanceler Sedivy. Sala Rio de Janeiro do Palácio Itamaraty, 7 de maio de 1998

Senhor Chanceler,

Tenho hoje a grata satisfação de receber nesta Casa a visita do Chefe da diplomacia da República Tcheca, país com o qual o Brasil vem mantendo, ao longo de sua história e nas mais diversas circunstâncias, tradicionais laços de amizade e cooperação. Merece menção o fato de que este encontro ocorre em Brasília, símbolo da unidade nacional, resultado do projeto de um dos nossos mais reconhecidos homens de Estado - natural de Minas Gerais e descendente de tchecos - o Presidente Juscelino Kubitschek. Brasília é também o marco de nossa modernidade, emblema de nosso anseio de transformação e desenvolvimento, índice de um país em constante renovação e amadurecimento.

O Brasil percebe na República Tcheca uma nação herdeira de antigas e valiosas tradições, dotada de uma cultura tão rica quanto própria, e com uma posição estratégica na Europa dada sua localização no centro geográfico do continente. Em virtude disso, nosso país reconheceu o Estado tchecoslovaco independente, em 1918, acompanhou com grande interesse a formação da nova Tchecoslováquia, em novembro de 1989, quando esta adotou o caminho da democracia e mesmo a criação do Estado Tcheco, em 1993.

Segue, hoje, com a mesma expectativa os

esforços empreendidos por seu país, Senhor Chanceler, para se integrar definitivamente às estruturas euroatlânticas. O Brasil entende que a participação na OTAN e na União Européia servirão não somente para reforçar-lhe a segurança como para dar-lhe sua definitiva configuração estratégica e está convencido de que a República Tcheca terá, dessa maneira, todas as condições para dar uma contribuição ainda mais significativa para o progresso do continente europeu e mundial.

O Brasil encontra-se, hoje, como na época do Presidente Kubitschek, frente a um grande desafio, o de construir os alicerces do futuro, instituindo as reformas nos mais variados campos necessárias à modernização de nossas estruturas econômicas e sociais. Nesse contexto, creio poder dizer que o Brasil e a República Tcheca passam por processos semelhantes de abertura ao ajuste econômico e de liberalização competitiva do comércio internacional. Ademais, se, por um lado, nossos países procuram atualizar-se em relação à globalização, empenham-se, também, em projetos de integração regional capazes de lhes viabilizar a expansão externa necessária a suas economias na batalha da competição internacional.

No plano bilateral, as relações entre os nossos dois países vem alcançando níveis crescentes

de intercâmbio e cooperação. Certamente foram instrumentais para esse resultado, a visita do então Presidente-eleito Fernando Henrique Cardoso a Praga, em 1994, e, sobretudo, a honrosa visita a nosso país do Presidente da República Tcheca, Vaelav Ravel, em setembro de 1996. Não posso deixar, neste momento, de transmitir a Vossa Excelência os votos do povo brasileiro pelo pronto restabelecimento do Presidente Havel.

O comércio entre os dois países tem se intensificado desde 1993. As exportações brasileiras que montavam, em 1994, a US\$ 17 milhões, alcançaram, em 1997, US\$ 33,5 milhões com importante diversificação da pauta de produtos. É, contudo, nos projetos de investimento de empresas tchecas no Brasil que se percebe, com major clareza, o dinamismo crescente das relações econômicas. Destacam-se, dentre estes, a instalação das fábricas de caminhões Tatra (Skoda) em Simões Filho, na Bahia, e de pneus (Czech Rubber Company), em Barbacena, Minas Gerais. Cabe ainda mencionar a presença em nosso país da Skoda do Brasil, fornecedora de equipamentos para usinas hidrelétricas e do Grupo Prerovske Strojirna, que deve iniciar, ainda em 1998, a construção de nova fábrica de cimento em São Paulo. A intensificação

da troca de missões empresariais - lembro que uma importante missão se encontra neste momento em São Paulo - tem permitido a identificação pelos setores privados dos dois países de novas oportunidades de parceria.

Nos planos político, bilateral e multilateral, o Brasil e a República Tcheca têm, também, desenvolvido maior e melhor conhecimento e entendimento mútuos. Além da visita do Presidente Havel, cujo significado nesse campo foi primordial, as visitas a Praga do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty e, a Brasília, do Diretor-Geral da Seção Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros, permitiram a realização de amplas e profícuas consultas bilaterais. No campo multilateral, nossos países têm ampliado sua cooperação de forma positiva nos foros internacionais.

A presença de Vossa Excelência, Senhor Chanceler, e as conversações que mantivemos constituíram oportunidade ímpar de aprofundar o valioso diálogo entre nossos países e a coordenação entre as nossas Chancelarias. Com esta convicção, convido os presentes a brindarem à prosperidade do povo da República Tcheca, ao êxito de seu Governo e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Encontro Internacional do Turismo no Nordeste

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Encontro Internacional do Turismo no Nordeste. Salvador, Bahia, 8 de maio de 1998

Senhor Governador César Borges,
Senhor Presidente do Senado Federal,
Antônio Carlos Magalhães,
Senhores empresários do turismo,
Senhores Ministros,
Senhoras e senhores,

Em primeiro lugar, quero expressar a minha satisfação de estar aqui, na Bahia e neste evento, que reúne importantes líderes da área do turismo, não só do Brasil como do mundo. Acho que é um fato relevante e a minha presença aqui se deve ao apreço que o governo tem pela indústria do turismo. Fiz questão de vir aqui para demonstrar diretamente aos senhores e às senhoras o entusiasmo e o interesse do governo do Brasil pelo turismo.

E acho que também foi de bom alvitre escolher a Bahia para esse encontro, e este local, na Bahia. Porque, realmente, os senhores, que são pessoas afeitas à área do turismo, sabem valorizar, de imediato, o que significa dispor deste mar extraordinário, desta civilização baiana - se posso usar a expressão -, de convivência amena, agradável, de uma boa culinária e de uma infra-estrutura que já está à altura daqueles que vêm buscar alguns momentos, seja de repouso, seja de tranquilidade para o trabalho.

Temos, no governo do Brasil, mostrado empenho, como disse, no turismo. E isso não é sem razão. Há muitas razões para isso. Em primeiro lugar porque, do ponto de vista econômico, é uma

atividade cada vez mais importante. Basta dizer que até o ano de 1999 temos, previstos, investimentos da área privada que alcançam 5 bilhões de dólares ou de reais. O que mostra, já, uma certa magnitude do investimento.

Em segundo lugar porque o turismo requer ocupação, mão-de-obra. O turismo precisa de pessoas qualificadas e pessoas que possam se empregar com rapidez. E não só diretamente na hotelaria, mas no conjunto de atividades geradas por isso - restaurantes, hospitais, segurança e outros aspectos do lazer e da vida. E um dos grandes desafios do mundo contemporâneo é o do emprego.

Mais ainda, não é apenas emprego a questão. É empregabilidade, ou seja, haver pessoas com condições de serem empregadas. Portanto, requer um esforço grande no treinamento, na profissionalização, na melhoria de qualidade da mão-de-obra, o que significa aumento de renda para os brasileiros. Há, portanto, razões de sobra para justificar a importância que o governo atribui às atividades de turismo.

E, por essa mesma razão, temos alguns programas - não vou, aqui, cansá-los com a descrição dos programas, as outras pessoas, com competência maior do que a minha, para essa matéria, já devem ter feito as exposições, a começar pelo próprio Ministro do Planejamento, professor Paulo Paiva - mas basta referir que o Prodetur, que é um programa de incentivo ao turismo, que tem apoio do

Banco Interamericano de Desenvolvimento, deu uma contribuição já grande, de 400 milhões de dólares e 400 milhões vindos do governo. E o governo federal tem feito um esforço para suprir as necessidades dos governos estaduais, quando os governos não podem fazer a contrapartida desses recursos. E mais: já estamos com uma nova etapa desse programa - é o Prodetur número 2 - que, de igual modo, vai alcançar a soma de 800 milhões de dólares.

Isso mostra que realmente estamos, aqui, tratando de avançar. Temos uma agência que os senhores conhecem, que é a Embratur - Agência Brasileira de Turismo. Esta agência, também, que praticamente não tinha recursos orçamentários, hoje dispõe de cerca de 20 milhões de dólares. É quase nada, segundo o presidente, mas, para quem é Presidente da República e sabe da escassez de recursos significa um esforço considerável.

E temos aumentado esses nossos esforços, também, na direção de fazer com que o Brasil seja mais conhecido lá fora. O Embaixador Sérgio Amaral, que é o Secretário de Comunicação Social, juntamente com o Dr. Caio Pompeu Toledo, Presidente da Embratur, tem tido um desenvolvimento grande nessa direção e temos feito até mesmo um esforço de propaganda no exterior.

Mas queria lhes dizer - e, provavelmente, direi o que os senhores já sabem - que apesar de que, obviamente, nos interessa que venham turistas - e dobramos o número de turistas nesses anos de governo em que estou à frente do país. Passamos de 1 milhão e meio para cerca de 3 milhões de turistas, que vêm para o Brasil. Não é nada, ainda. Só na Ilha de Maiorca, quantos são? São 7 milhões e meio, acabei de saber. Doze? "Por Dios"! Mais ainda. Doze milhões só aqui mas, de qualquer forma, dobramos.

Agora, o fundamental é ter a consciência do que significa o potencial do mercado brasileiro. Porque aqui temos, pelo menos, 50 milhões de pessoas que hoje já possuem um nível de renda equivalente a de um país europeu e que têm condições de viajar, e que vão viajar cada vez mais.

Não só por lazer, mas também por negócios, também por cultura e por muitas razões que as levam a um deslocamento no espaço.

Então, realmente, temos que prestar muita atenção a isso. É temos que pensar o Brasil no contexto do Mercosul, no qual estamos integrados. É possível haver pacotes de turismo que impliquem uma relação do conjunto do Mercosul. Poderíamos até dizer que da Floresta Amazônica podemos chegar até a Patagônia, às terras geladas do sul da Argentina ou até a Antártida mesmo, o que não deixa de ter um fascínio muito grande para quem, vindo de longe, poderá encontrar aqui uma diversidade de situações muito grande.

Gostaria, ainda, antes de falar propriamente sobre a mensagem que quero lhes trazer, de acrescentar que, para que essa ação de turismo tenha realmente um efeito maior e maior capacidade de atrair, o governo tem se preocupado também com os aspectos histórico-culturais. O que leva um país a ter mais capacidade de atrair em termos de turismo não é apenas o fato de ter praias. É o fato de ele ter uma história e de essa história estar transformada, esteticamente, em monumentos, deixar traços de toda uma civilização.

E, sobretudo agora, em que vamos nos aproximando dos 500 anos do descobrimento do Brasil, em que queremos dar uma grande ênfase a esses 500 anos, temos que valorizar o que foi feito aqui histórico-culturalmente. Aqui, na Bahia - e, por acaso, o Senador Antônio Carlos Magalhães, que está aqui presente, quando era o Governador, deu o passo inicial; depois, os que o sucederam continuaram na mesma direção. Aqui está o ex-Governador Paulo Souto, que foi quem o sucedeu, o Governador César Borges, enfim, o conjunto dos governos da Bahia. Estamos vendo o que foi feito aqui, no Pelourinho, no centro da cidade de Salvador. E aqui mesmo, não muito longe daqui, há as Torres de Garcia D'Avila, outro monumento que precisa ser recuperado.

Enfim, temos que aproveitar também para mostrar que não se trata só das praias, mas que aqui existe algo específico, que é uma civilização que se

constituiu graças a uma mistura muito especial, que começou com os portugueses, que encontrou indígenas, que trouxe africanos, que, depois, trouxe imigrantes de todo o mundo - de todo o mundo, realmente -, dos japoneses aos alemães, aos poloneses, aos italianos, aos espanhóis, em que conseguimos fazer uma sociedade onde há uma convivência com tolerância - com tolerância. Não estou negando que haja dificuldades, até no relacionamento, muitas vezes. Mas é uma sociedade que desenvolveu uma característica de tolerância frente à diversidade. E queremos, nesses 500 anos, demonstrar tudo isso e mostrar como é possível, neste mundo que se globaliza: não há contradição entre a globalização, por um lado, e as especificidades culturais, históricas e as marcas próprias dos nossos povos, pelo outro lado.

Então, por todas essas razões, acho que o evento aqui realizado é um evento que tem importância, tem significado.

Mas a mensagem que queria lhes transmitir é a mensagem de um país que começa a ter mais confiança em si mesmo, começa a sentir orgulho, não pretensiosamente, não agressivamente contra ninguém, mas uma auto-estima, mais que um orgulho. E isso é importante para que as sociedades possam avançar. E essa auto-estima no Brasil deriva não só do que acabei de dizer - do fato de constituirmos uma civilização que tem a matriz européia - mas está nos trópicos e está sempre com pitadas africanas e indígenas, mas também porque fomos capazes de realizar uma civilização material, tecnológica, criar universidades, organizar um Estado, ter capacidade de decidir.

E, hoje, temos rumo. Esse rumo, o mais perceptível dele deriva do fato de termos estabilidade na nossa economia. Os que são estrangeiros sabem que o fato de a moeda ter um valor estável é alguma coisa que permite o planejamento, investimento, etc. Os que são daqui, sobretudo os mais pobres, tem a mesma percepção, de um outro ângulo. Sabem que o salário não vai ser corroído pela inflação e que, portanto, seu trabalho vale mais, devolve a dignidade

ao cidadão, ao ser humano. Não se trata só de uma manobra monetária, que já não é fácil, mas é mais do que isso. Tem um significado simbólico a estabilidade da moeda. Um significado de previsibilidade, de rumo, de possibilidade, portanto, de definir um futuro.

Isso creio que é fundamental que se entenda: que é um *asset*, uma vantagem que o Brasil tem e que não se vai perder. O governo está empenhado, e o demonstrou recentemente, na crise asiática, na manutenção do valor da moeda. Fez os esforços necessários, custosos. Custosos para o governo e para o povo, mas muito menos custosos do que seria termos deixado de defender a nossa moeda. E aí, sim, estaríamos numa situação muito grave. Conseguimos defendê-la. E, hoje, temos reservas. No fim de abril, tínhamos reservas mais altas do que as que tínhamos em outubro. Em outubro tínhamos cerca de 60 bilhões de dólares e chegamos a 52 bilhões, no auge da crise, e hoje temos 75 bilhões de dólares nas reservas.

Ou seja, mostramos a nossa capacidade de recuperação, e os níveis de taxas de juros voltaram aos níveis, praticamente, os mesmos de outubro. Em questão de mais tempo ou menos tempo, estaremos com níveis abaixo dos níveis de outubro. Pelo menos é o desejo do Presidente da República. Por isso mesmo, por termos rumo, começamos também a delinear uma série de programas, muitos na área social, de educação, que creio que é algo fundamental para um país. E, no caso do Brasil, isso significa um esforço muito grande, de colocar as crianças nas escolas, dar educação primária, acabar com o analfabetismo.

Só para lhes dar um exemplo vivo: fui recentemente - há uma semana ou duas, ao Ceará, que é um Estado do Nordeste, lá em cima - para visitar uma área de seca, e entrei numa escola. Na escola, estavam as crianças e perguntei como é que estava a matrícula, lá: 96% das crianças em idade escolar estão na escola. Nosso objetivo é chegar a 100%, mas nenhum país chegou. Os que mais chegaram ficaram em 98%, 99%. Já estamos com

96% das crianças em idade escolar nas escolas. Isso significa que são 34 milhões de crianças que estão em escolas.

Bem, não vou entrar mais em detalhes sobre educação, os problemas são inúmeros, os programas também. Mas a outra área que nos preocupa, a da saúde, da mesma maneira posso lhes dizer que estamos fazendo programas muito concentrados, muito focalizados nas áreas mais pobres, e os resultados são palpáveis.

A redução da taxa de mortalidade infantil, que é o índice mais evidente, mais imediato, do bem-estar da população mais pobre, cai drasticamente, nas áreas que tem sido focalizadas pelo Programa Comunidade Solidária, que é um programa que leva, por exemplo, a dobrar o número de refeições que o governo dá, gratuitamente, aos estudantes.

Devo lhes dizer que esses 34 milhões de estudantes, todos os dias, recebem comida. É um programa conjunto do governo federal, dos governos estaduais e municipais. Todos os dias recebem um prato de comida. E, nas zonas mais pobres, duas refeições por dia.

Também há vários outros programas, mas o dado sensível é a diminuição da taxa de mortalidade infantil que, nas áreas mais pobres, é muito elevada e que, num período de 2, 3 anos, caiu de 40 a 50%. Diminui drasticamente a taxa de mortalidade.

Bom, isso tudo também nos animou a tomar decisões que se incorporam à fisionomia física do país. E é o que quero lhes dizer e mostrar, para que vejam como as atividades dos senhores são essenciais e se complementam por outras atividades. E vão ser as atividades dos senhores induzidas a maior êxito, na medida em que tivermos êxito nessas outras atividades.

Aqui está um mapa, onde os senhores podem ver alguns esforços que o governo tem feito. Isso que está aqui, em vermelho, são estradas. Isso aqui é a duplicação de uma estrada, que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre, e vai na direção do Mercosul. Essa é a obra viária de maior porte, que está sendo feita, talvez, no nosso hemisfério

americano, neste momento. Porque isso aqui são 2, 3 mil quilômetros de estradas.

Bom, isso aqui se complementa - aqui no mapa não está - aqui está uma estrada que se chama BR-290, e uma outra estrada que vai ligar Uruguaiana, que é fronteira com a Argentina, e vamos fazer uma outra, mais tarde, para o Uruguai, para Jaguarão, integrando fisicamente o Mercosul.

Esta estrada que estão vendo aqui, isto que temos aqui - e, imaginem, isso aqui são milhares de quilômetros - tudo isso é estrada pavimentada - estava em péssimas condições. E estamos repondo as BRs-364 e 163 - essa aqui é a 163 - estamos repondo essas estradas em condições de tráfego. Isso tem importância, obviamente, econômica, mas também tem uma importância turística, a possibilidade de as pessoas se moverem de um lado a outro.

Também, resolvemos retomar programas que estavam esquecidos, pela inflação, pela desordem administrativa, pela impossibilidade de o Brasil tomar decisões. Que programas são esses? Revitalizar a rede de ferrovias. Privatizamos todas as ferrovias. As ferrovias do Brasil eram consideradas impossíveis de serem privatizadas, porque eram exemplo vivo da incapacidade gerencial do Estado. Estavam com déficit, ninguém andava de trem, o custo do transporte muito caro.

Pois bem, todas as ferrovias brasileiras - menos uma - foram já privatizadas, passaram a ser operadas pelo setor privado e com programas de investimento muito sólidos. Elas não estão todas aqui. Aqui, estamos apenas querendo mostrar este pedacinho, que é a chamada Ferronorte, que vai se encontrar com uma outra estrada-de-ferro, que vem para cá, que é uma estrada que vai ligar o porto de Santos e a Fepasa. E isso vai ser também privatizado, brevemente. E essa estrada aqui atravessa um rio e tem uma ponte, que é uma ponte muito bonita, de grande alcance, que vai permitir que a produção agrícola dessa região, de grãos de soja, etc., possa chegar ao porto de Santos e, depois, ao porto de Sepetiba.

Aqui também estamos fazendo o que - aqui não está no mapa - mas era um sonho antigo do

Norte, que é a continuidade de um trecho de uma ferrovia que anda por aqui, para ligá-la com este rio aqui. E assim vai. Há muita obra nessa direção.

Fizemos, ainda na parte de pavimentação: esta lá em cima, a BR-174. Aquilo liga Manaus, corta a selva, liga Manaus à Venezuela. Isso permite que a produção de Manaus, que tem uma zona de livre comércio, de livre investimento também, que tem muita produção, possa sair pelo Caribe.

Pois bem, além disso, de retomar as ferrovias, de privatizá-las, também tomamos a decisão de valorizar o que nunca havia sido valorizado suficientemente no Brasil, que são as hidrovias. O Brasil tem três sistemas de rios importantes paralelos e um transversal, que tem uma possibilidade de valorização econômica extraordinária. Vamos começar por esse que é transversal. É isto aqui. Isto aqui é o rio chamado Tietê. É um rio que tem a rara capacidade de, ao invés de despencar para o mar, para o lado de cá, vai para o interior.

Ele corre para o interior e lá se encontra com outro rio que se chama Paraná. Isso desemboca por aqui, sai em Montevideu e Buenos Aires. Isso já está feito. Com um pedaço que tem a represa de Itaipu, que dificulta o transbordo. Então, haverá uma intermodalidade, porque precisa de uma eclusa muito cara - mas faremos - para que isso seja completo. E isto é a zona mais rica do Brasil. Pega São Paulo, pega Minas. E, realmente, é uma zona muito rica. Isso já está funcionando. E barateou o transporte de carga de uma maneira muito forte.

Bom, o outro é esse sistema que está aqui, em azul. E o rio Madeira, que sai de Porto Velho, que é aqui, encontra-se com o rio Amazonas, lá em cima. Fizemos, aqui em Porto Velho, um porto graneleiro e outro lá, no rio Amazonas, um outro porto graneleiro também. Aqui não é de grande porte. São navios pequenos, são barcaças que vão até lá. Mas, aqui, perto de Manaus, há uma cidade onde há um porto graneleiro. E, aí, entram navios já transoceânicos. Isso cortou o custo do transporte de soja apreciavelmente. Vai afetar o mercado mundial, porque isso aqui é uma grande área de

produção de soja. E isso saía por aqui, por caminhões, por estrada de rodagem. Já sai, hoje, pela hidrovia.

Aqui há um outro sistema, Araguaia-Tocantins, que corta o centro do Brasil. E também dei ordem para que se fizesse a passagem, uma eclusa chamada Tucuruí, que vai permitir que isso aqui se ligue também com a rede de rios que levam até Belém. De toda maneira, já existe essa possibilidade dupla aqui. E há uma possibilidade de entrar também, aqui, por cima, pelo Maranhão, e sair por Itaquí, ganhando o oceano.

Então, temos um sistema hidroviário aqui, outro aqui e outro aqui, mais próximo da costa, que é o rio São Francisco, que sai de Minas e vem aqui, para a Bahia. Aqui há uma hidroelétrica. E vai se entroncar com aquela estrada-de-ferro que mencionei, que vai para Recife.

Então, estamos ganhando uma enorme mobilidade para mercadorias, pessoas e turismo. Em várias dessas zonas aqui tenho problemas, porque atravessam terra indígena, atravessam selva. Temos que respeitar o meio ambiente. Às vezes, leva-se muito tempo, mas é necessário, para que seja um projeto ecologicamente aceitável. E, às vezes, há objeções para o derranco, para tirar pedras dos rios, porque as pedras são úteis para a procriação de peixes. Então, temos que aprender a ver como é que se pode manter a procriação se aquelas pedras saírem. Nada disso é feito de uma maneira mecânica. Tudo isso requer compreensão do desenvolvimento auto-sustentável. E é o que estamos fazendo, mesmo que leve mais tempo fazendo alguma coisa que não agrida a natureza.

Enfim, há um grande projeto, como vocês estão vendo, de um grande esforço de integração, do ponto de vista físico, do Brasil, internamente, e ganhando sempre racionalização e, portanto, baixando custos. Estamos, ao mesmo tempo, refazendo todo o sistema de portos do Brasil. Terminamos o porto de Suape, em Pernambuco; o porto de Pecém, em Fortaleza; temos um porto excelente no Maranhão, Itaquí. Sem falar do porto de Recife, do porto de Salvador, porto de Vitória,

que é um porto importante.

Fizemos um porto importantíssimo aqui, em Sepetiba, que vai ser um *hub*, vai ser um porto para grandes navios e, depois, haverá o transbordo para navios menores, que vão fazer a navegação da costa. Esse é o principal porto do Brasil, o porto de Santos. E aqui não está, mas há o porto do Rio Grande, que também é um porto muito importante. E estamos interconectando, sejam as estradas-de-ferro ou de rodagem, sejam os rios, com esses portos.

Mais ainda, nessa mesma veia de refazer o Brasil, de criar uma grande integração, estamos, também, mudando as bases da nossa matriz energética. A nossa matriz energética era baseada na hidroeletricidade e no petróleo. Hidroeletricidade porque temos uma vantagem comparativa. E barata - barata a energia, mas não o custo do investimento - mas ela é limpa e tínhamos rios e quedas d'água. Só que ela esgota também. E a voracidade de energia no Brasil é imensa. Aqui se precisa de muita energia.

Bem, acrescentamos - o Ministro de Minas e Energia está aqui presente, ele é da Bahia também, parece que a Bahia está em todo lado, o Ministro Raimundo Brito pode me corrigir se estiver errado - mas acrescentamos ao nosso potencial de geração de energia hidroelétrica mais 40% - é isso?

Sobre tudo que foi feito no Brasil? Bom, então, em três anos pusemos mais 65% de tudo que, historicamente, foi feito no Brasil, em matéria de energia. Até o ano 2000, 2002, estará completado. É um esforço muito grande, de retomada de obras, concessão de serviço público - mudamos a legislação do Brasil, para que isso pudesse ser feito - e isso vai, de uma maneira avançada. Ainda assim, a energia hidroelétrica não vai ser suficiente. Então, a introdução do gás na matriz energética brasileira é muito importante.

Para isso, estamos construindo - não vejo por aqui - mas estamos construindo um gasoduto, que vem da Bolívia - aqui embaixo, aqui - e vai até o Rio Grande do Sul. São uns 3, 4 mil quilômetros - quantos quilômetros? 3.200 quilômetros de gasoduto. Isso está em marcha. Até o fim do ano será feito até São Paulo.

Isso permite - não vou entrar em detalhes - reforçar todo o nosso sistema de produção petroquímica, além do mais, além de mover as nossas empresas, as nossas indústrias, com energia mais barata, que é o gás. E limpa, também, substituindo o diesel.

Não desorganizamos a produção de álcool. Mas o programa do álcool é um programa mais caro, em comparação com outros programas. Caro quanto ao uso do álcool, como fonte de energia. De toda maneira, isso aí mostra claramente esse esforço.

Aquilo lá em cima, em cor-de-rosa, também, é que temos bastante gás aqui, e esse gás, que estava dentro da floresta, e não era usado. Agora vai estar sendo feita a ligação para Porto Velho, porque essa região toda tinha carência energética. E também para Manaus, lá em cima. Em um processo tecnologicamente complexo e difícil, mas já estamos fazendo. E aqui há muito gás.

E, além do gás da Bolívia, estamos discutindo o gás, também, com o Peru e, sobretudo cá embaixo, na Argentina, aqui em Uruguiana. Já fizemos um acordo com os argentinos. E já estamos, também, com a Argentina, comprando mais 1.000 KVA's de gás, recentemente, com a promessa mais 1.000. Isso está dobrando a produção, só desse Estado, aqui, com o gás que vem da Argentina.

Por que que estou mencionando isso? E não mencionei a eletricidade que também, aqui, estamos trazendo, lá da Venezuela. Estou mencionando isso para reafirmar o que disse há pouco, ou seja, que a integração com o Mercosul é um fato histórico irreversível. Porque estamos integrando o Brasil, fisicamente, a geografia da América do Sul.

E não é só o Mercosul *strictu sensu*, a Venezuela também. Bolívia, Argentina, Uruguai, Paraguai - temos uma hidrelétrica com o Paraguai. São fatos irreversíveis. O nosso espaço econômico não é mais o espaço só do nosso território. E isso é recíproco, também o espaço dos outros se amplia, aqui não há nenhuma visão de "só o Brasil". Não, não. Sabemos que temos um grande mercado, e que estamos abrindo o nosso mercado para os nossos

vizinhos, com o que damos uma força grande à produção dos nossos vizinhos.

Mas queremos isso, porque achamos que a prosperidade de uns não pode ser feita em detrimento da prosperidade de outros. Tem que ser feita uma recíproca, de tal maneira que haja uma sinergia.

O fato é que todo o nosso pensamento estratégico mudou. Se antes o Brasil tinha uma visão fechada sobre si mesmo, autárquica, ele imaginava um modelo de desenvolvimento e queria ser auto-suficiente em tudo. Por isso não tinha gás, achávamos que não tínhamos gás e não demos tanta atenção ao gás quanto ao petróleo, porque tínhamos algum petróleo.

Hoje, não. Hoje é um modelo estrategicamente aberto, em cooperação - como fizeram na Europa - com os nossos vizinhos. Assim como na Bacia do Ruhr, na Europa, ou o carvão, com o minério do carvão, estamos fazendo aqui, no nosso espaço da América do Sul, numa visão que é integradora desse processo todo. E estamos acrescentando grandemente a base sobre a qual se construiu, no passado, o nosso desenvolvimento.

Estamos preparando o Brasil para um grande salto. Era essa a mensagem que queria deixar. Isto aqui não só tem rumo, não só tem estabilidade econômica, mas tem um projeto de desenvolvimento, que não é mais o antigo projeto de um Brasil fechado sobre si mesmo, economia fechada, de um Brasil não competitivo, senão um projeto de um Brasil aberto, competitivo e que tem seus interesses inseridos no seu espaço geográfico da América do Sul, com irmandade e não com superioridade por parte de quem quer que seja.

E isso tudo vai significar um crescimento contínuo. A taxa pode variar. Em um ano 3, em outro ano 4, em outro ano 2,5, em outro ano 5. Depende de muitos fatores. Mas o caminho está traçado. O espaço econômico está aberto, geoeconômico está aberto. Existe determinação do governo. Existe rumo. Existem condições materiais. Existe vontade de fazer. E já plantamos. Aqui, estou dando um exemplo do que já plantamos. Isso tudo tem três

anos. Naturalmente, se acelerou em três anos. Plantamos no solo brasileiro. Isso não é reversível. Isso vai avançar. Isso vai avançar e creio que, num período de 10, 15, 20 anos - não sei -, com o conjunto de esforço que estamos fazendo, com o que eu mencionei em educação e saúde - tem outro campo que não quero mencionar, mas que poderia também, na parte de agricultura, na parte de acesso à terra, enfim, em muitas outras áreas, de reforma do Estado, reforma da Previdência -, um conjunto de ações, realmente, estamos preparando o Brasil para um novo futuro, no qual a sua população se insira melhor, tenha melhor condição de vida, possa viver com mais decência, tenha mais prosperidade.

Temos visão nacional. Não se trata, simplesmente, de um projeto ou um programa aqui, outro programa ali, sem que haja uma visão de conjunto, uma visão do país e de um país democrático, de um país próspero, de um país aberto e que precisa de investimento. Os senhores serão parte disso. Quanto mais investirem, não só terão mais proveito, como nos ajudarão também a mais depressa chegarmos aos nossos objetivos, o principal dos quais, já disse, é a melhoria de vida da população, a qualificação da população (educação, treinamento, salário, emprego). Isso precisa de um esforço conjunto. E, como a nossa matriz de desenvolvimento é uma matriz aberta, precisamos também do capital estrangeiro.

Isso não quer dizer que não tenhamos os nossos capitais em *joint-ventures* ou separadamente. Isto aqui é um país muito grande. Tem um produto bruto de 830 bilhões de dólares. No ano 2000, teremos um 1 trilhão de dólares. Somos a oitava economia do mundo. Temos uma renda per capita de 5 mil dólares. Existem, portanto, todas as condições para que esse projeto de Brasil seja uma realidade efetiva, em curto período de tempo.

Por fim, para não cansá-los, gostaria de dizer, como disse há pouco, numa conversa, que, por tudo isso, os brasileiros não aceitam mais a idéia da pobreza. Junto com esse esforço, com esse redesenho do Brasil, existe a convicção moral de que não

podemos aceitar mais os níveis de pobreza que ainda temos. E, por isso, temos que trabalhar ainda com mais afinco, para crescer mais depressa e, ao crescer, distribuir mais a renda, para que a população possa, com toda a tranqüilidade, ser parte desse grande envolvimento de auto-estima e dizer: “Bom, realmente acreditamos neste país”.

Acreditamos tanto que queremos muitos estrangeiros nele, que queremos, cada vez mais, estar juntos, trabalhando pelo Brasil, pelo Mercosul e trabalhando, se posso dizer, de uma maneira um pouco pomposa, por uma Humanidade na qual a convivência pacífica seja o rumo de todos nós.

Muito obrigado.

Cerimônia de Abertura da Conferência Mundial da Organização da Aviação Civil Internacional

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Abertura da Conferência Mundial da Organização da Aviação Civil Internacional. Rio de Janeiro/RJ, 11 de maio de 1998

Senhor Presidente do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional, Assad Kotaite,

Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, meu amigo Marcello Alencar,

Meu prezado Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Lélío Lobo,

Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram,

Senhor Secretário-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional, Renato Costa Pereira,

Senhores delegados,

Senhoras delegadas,

Senhoras e senhores,

É com satisfação que me dirijo aos senhores para dar-lhes as mais calorosas boas-vindas e dizer-lhes da honra que constitui para o Brasil sediar esta conferência mundial, para a implementação do sistema de comunicações, navegação e vigilância, assim como gerenciamento de tráfego aéreo.

Já muito cedo, em especial pelo pioneirismo de Alberto Santos Dumont, o nome do Brasil esteve associado a evolução e ao aperfeiçoamento da ciência aeronáutica. Isso é, para nós, motivo de orgulho. Desde o vôo do avião 14 Bis, no campo da Bagetelle, em Paris, no distante 23 de outubro de 1906, a história da aviação é, também, a história da

coragem, da ousadia, da capacidade de enfrentar desafios e do espírito empreendedor do homem, que nos impelem à busca incessante da perfeição e da descoberta do novo.

Em menos de um século da conquista do ar por Santos Dumont, a transformação do transporte aéreo no principal meio de comunicação entre os continentes, o avião passou do excêntrico ao imprescindível, do precário ao confiável, do temerário ao seguro, do exclusivismo à massificação. A intensificação das viagens aéreas levou, naturalmente, à necessidade de criar disciplinas e normas internacionais. Daí a assinatura da Convenção de Chicago, em 1944, e a criação da Organização da Aviação Civil Internacional, da qual o Brasil é membro fundador. A presença, na secretaria-geral da Organização, de um ilustre brasileiro, o Brigadeiro Renato Pereira, é sinal claro da importância que atribuímos à Organização da Aviação Civil Internacional, cujo trabalho o Brasil acompanha com interesse e com o qual procura sempre contribuir, com o melhor de sua capacidade, seja no conselho e na Comissão de Navegação Aérea, seja na assembleia geral e nos diferentes grupos de especialistas.

Com a organização desta Conferência, a OACI presta mais um serviço de primeira grandeza

ao desenvolvimento da aviação civil, ao fornecer as bases conceituais para a implementação do sistema CNSATM e, ao mesmo tempo, propiciar o encontro de empresários, especialistas e representantes de governos que discutirão questões cruciais, inclusive de ordem operacional, financeira e jurídica, para que aquele sistema seja posto em funcionamento da maneira mais adequada.

O bom êxito do trabalho dos senhores e das senhoras representará um passo essencial nos esforços internacionais para tornar a aviação civil cada vez mais prática, cada vez mais confiável e, sobretudo, cada vez mais segura, em melhores condições para atender as demandas crescentes que já se fazem sentir, tanto em termos quantitativos, como qualitativos. E isso às portas de um novo século, que reserva, sem dúvida, um papel de relevância ampliada para a aviação, como meio de transporte e de aproximação entre os povos.

Para que os esforços multilaterais, como este, possam atingir de um modo pleno seus objetivos, no entanto, é preciso que cada país cumpra diligentemente suas responsabilidades e faça com aplicação o seu dever de casa. O Brasil tem uma

tradição de excelência nessa área, que procura honrar e aperfeiçoar. E em vista de sua extensão continental e circunstâncias geográficas específicas, o país tem no avião um meio de transporte indispensável para vencer as distâncias e levar adiante a obra vital da integração nacional. Por isso, e para dotar de um máximo de eficiência e fluidez de segurança as operações aéreas em seu território, o Brasil tem se empenhado, constantemente, no aperfeiçoamento do seu sistema de controle aéreo e na modernização de sua infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

O Brasil está pronto a compartilhar sua experiência, nesse campo, com os demais membros da OACI e também com eles aprender. Pois é do esforço conjunto e em benefício de todos que resultarão os avanços concretos para a aviação civil. Avanços como a implementação do sistema futuro de navegação aérea, objetivo comum que nos reúne na cidade do Rio de Janeiro, como sempre acolhedora. A tarefa que os senhores tem pela frente é da maior importância para toda a comunidade internacional. Boa sorte, portanto, e pleno êxito em seus trabalhos.

Muito obrigado.

X Fórum Nacional “As perspectivas da situação mundial e a política externa do Brasil”

Exposição do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, no X Fórum Nacional “As perspectivas da situação mundial e a política externa do Brasil”. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1998

O final do século XX se aproxima e esse fato, aliado à circunstância de que se encerra também o segundo milênio da era cristã, tem dado lugar a reflexões como a que faz este ano o X Fórum Nacional, ao escolher como tema base “O Brasil e o Mundo no Limiar do Novo Século”.

Para um Ministro das Relações Exteriores, esse tipo de proposta de discussão não chega a ser exatamente novo. A mudança a registrar, porém, é que no Brasil, mais e mais, nos diversos setores da sociedade, as pessoas se reúnem e se mobilizam para refletir sobre a realidade internacional e sobre o que ela significa para o presente e o futuro de nosso país.

No caso do Fórum Nacional, deve ser ressaltado o fato de que uma de suas características principais é a participação de pessoas dos mais variados setores, das mais distintas tendências de pensamento. O pluralismo deste evento sem dúvida enriquece as discussões e dá maior peso às conclusões e propostas aqui formuladas.

É altamente positivo que o interesse pelos temas internacionais esteja aumentando. O Brasil – cujas dimensões continentais geram uma compreensível tendência à introversão, a concentrar-se nos seus problemas e desafios internos – demonstra ter agora maior consciência de que, por maior que seja uma nação, em termos de território, população ou produto, não existe hoje qualquer fórmula política ou econômica vencedora que não

passar por uma interação densa e favorável com o meio internacional.

Os tempos em que a auto-suficiência era uma meta a alcançar definitivamente ficaram para trás.

Nos encontros que venho mantendo pelo Brasil afora, nos mais diversos foros e instituições, tenho procurado apontar, no entanto, para o risco de uma atitude que tem acompanhado esse redespertar do nosso interesse pela cena mundial.

Essa atitude, que não é monopólio de alguns brasileiros, consiste em apontar a globalização como a fonte da maioria dos males.

Em grande parte, existe uma convergência das experiências das mais diversas nações do globo. O marco mais significativo dessa convergência, evidentemente, foi o fim da Guerra Fria e a superação de um quadro no qual, ao menos em tese, as sociedades e os indivíduos podiam escolher entre dois caminhos muito diferentes ou mesmo opostos: o capitalismo e o socialismo. Hoje, ao contrário, não parece haver alternativa eficaz à economia de mercado. Nesse sentido, está em curso efetivamente um processo de homogeneização.

Cabe uma ressalva, porém: a definição do que se entende por economia de mercado tem demonstrado considerável elasticidade. Bastaria aqui mencionar, a título de exemplo, a distância que separa os modelos dos EUA e da Europa continental e, de forma ainda mais nítida, os do ocidente desenvolvido

e da Ásia. Essas diferenças dizem respeito às relações entre estado e mercado, entre governo e empresa, entre os setores industrial e financeiro, e também a experiências distintas na área de política macroeconômica, política industrial, previdência social, emprego e assistência ao desemprego.

É inegável, obviamente, que, apesar de toda essa diversidade, em comparação ao mundo do conflito Leste-Oeste, as diferenças de modelo econômico são menos radicais.

E esta maior proximidade se faz acompanhar de transformações de sentido convergente também na esfera política. Cada vez mais o regime democrático, o respeito aos direitos humanos, a liberdade de manifestação e organização se transformaram, se ainda não em realidades concretas, pelo menos em parâmetros crescentemente universais. O mesmo se aplica, igualmente, a padrões de proteção social e preservação do meio ambiente.

O que vem ocorrendo até o momento, cabe reconhecer, é sobretudo uma tendência de aproximação, pois subsistem enormes diferenças entre modelos, experiências concretas e graus de sucesso nos diversos países, discrepâncias tão visíveis que me dispense exemplificar.

E se a era em que vivemos trouxe, de fato, convergência no âmbito econômico e político, certamente não apresenta evolução semelhante no que se refere às condições de vida das sociedades e dos indivíduos.

O nosso ainda é um mundo de gigantescas desigualdades, um mundo ainda marcado pelo contraste chocante entre a fome e a abundância, entre miséria absoluta e o desperdício consumista mais desenfreado.

Em resumo, o Brasil, uma nação que ainda sofre os efeitos de imensas desigualdades e injustiças sociais, faz parte de um mundo também ele profundamente desigual.

A comunidade internacional tem diante de si, e até hoje não foi capaz de resolver, problemas semelhantes, em escala ainda maior, aos enfrentados pela sociedade brasileira. Ou seja, no que se refere

ao nosso maior desafio nacional, a superação da pobreza e do subdesenvolvimento, o conjunto da comunidade internacional não tem, infelizmente, boas respostas a nos sugerir.

Isto não quer dizer que vários países não tenham realizado muito mais do que nós nesse terreno, e que suas experiências não nos sejam de grande utilidade. É o caso dos avanços empreendidos por algumas nações da Ásia, por exemplo, seja no campo da educação, seja na organização da posse da terra.

O fato, no entanto, é que até mesmo os países mais desenvolvidos enfrentam hoje dificuldades na área social, quer na forma de um desemprego que muitos deles, especialmente na Europa, não conseguem reduzir, quer na forma de crescentes disparidades de renda e qualidade de vida, naquelas outras nações avançadas que conseguem contornar o problema do desemprego à custa de maior insegurança e menores salários para os trabalhadores.

Não existe hoje, por conseguinte, para nenhum país, um horizonte sem dificuldades que possa justificar otimismo fáceis. Mesmo as sociedades mais ricas demonstram insegurança e preocupação quanto ao futuro.

Os progressos tecnológicos, e as possibilidades que eles oferecem de maior intercâmbio e aproximação dos povos, não implicam, necessária e automaticamente, um mundo mais harmônico. Embora as tendências dominantes apontem para uma comunidade internacional cada vez mais integrada, de sociedades cada vez mais abertas umas às outras, as dificuldades e incertezas que afetam essas mesmas sociedades poderiam aumentar o perigo de rumarmos justamente na direção contrária, de um certo nacionalismo, de protecionismos vários, de um ambiente contaminado pelo egoísmo e pela desconfiança.

E eu gostaria de mencionar um exemplo real. Quando o Brasil, e os demais países da América Latina se preocupam com o fato de o Congresso dos EUA não haver autorizado o 'fast-track' para o Executivo, não estamos pensando somente nas

dificuldades operacionais que isto representa no processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas, nem apenas na hipótese, que de qualquer forma rejeitaríamos, de termos de negociar com o Legislativo daquele país tudo o que previamente já houvéssimos acertado com o governo norte-americano. O que nos preocupa ainda mais é o fato que a decisão política de não conceder o ‘fast-track’ reflete um ambiente propenso a um certo grau de protecionismo, de nacionalismo econômico e até de xenofobia.

Essa propensão é evidentemente incompatível com as leituras mais favoráveis da chamada globalização.

Assim não podemos esperar extrair do meio internacional, e de nossa interação com esse meio, por melhor que seja, fórmulas acabadas para a superação dos desafios que temos pela frente. Tampouco devemos pressupor a fácil e rápida concretização de nossas necessidades de intercâmbio externo, seja em termos de comércio e investimento, seja de acesso a tecnologia e outros bens.

Isto não significa que o cenário internacional seja adverso aos nossos interesses, muito pelo contrário. Este mundo em que a democracia, a economia de mercado, a livre iniciativa, o respeito aos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a melhora na posição social da mulher, a observância dos direitos das minorias, em que todos esses valores avançam e se fortalecem, é um mundo que corresponde ao que também os brasileiros desejamos para o nosso país.

A evolução desses valores no cenário internacional tem servido e continuará a servir para reforçar o sentido das transformações que nós aqui dentro estamos empenhados em realizar.

Nessa dimensão específica dos valores, e das práticas políticas e econômicas, portanto, estamos vivendo um momento internacional que nos é benéfico.

Fique bem claro, por conseguinte, que não devemos cair na tentação seja de criar uma imagem falsamente cor-de-rosa da situação mundial e do que

ela significa para nós, seja de adotar uma atitude que só vê riscos e prejuízos.

Como tenho dito nos últimos meses – para contra-arrestar essa propensão a acreditar que hoje em dia não haveria mais espaço para caminhos próprios – a realidade internacional é bem mais complexa e variada. E se os contextos e as experiências não são uniformes, não pode haver um só caminho.

Acreditar nisso corresponderia a aceitar a noção de que os governos, as sociedades e os cidadãos nada teriam a fazer a não ser seguir passivamente supostos imperativos da economia global, de uma imaginada e rígida ordem mundial.

Não é assim. O ‘jogo’ das relações internacionais continua a ser político, no sentido de que existe não apenas a possibilidade, mas a necessidade de escolher rumos e estratégias próprios, e de negociar a construção dos arranjos internacionais que fortaleçam as chances de sucesso das opções que fizermos.

Como afirmou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, “seria um erro grosseiro enxergar a globalização como resultante exclusiva das forças de mercado. Os contornos dentro dos quais o mercado atua são delineados politicamente, num contexto em que o jogo de poder está presente inequivocamente”.

E assim eu chego ao papel da política externa, da diplomacia. Partimos do entendimento de que a dimensão internacional, embora não determine por si só os processos nacionais, condiciona cada vez mais a vida dos países. Assim, as sociedades se defrontam com quadros mais e mais complexos, porque aos problemas do âmbito interno se somam crescentemente os desafios ainda mais amplos enfrentados pela comunidade internacional.

Nesse ambiente, os governos continuam a ter lugar decisivo e a diplomacia é o principal instrumento de que as nações dispõem para delinear o contexto em que elas próprias interagem de forma mais intensa, por meio de uma gama cada vez mais variada de canais: comércio, investimento, viagens, televisão,

internet, telefone, fax, conferências, ONGs, etc.

Em última instância, os governos continuam a ser os atores centrais na definição das normas e dos mecanismos que ordenam esse intercâmbio.

Nessa tarefa de organizar e regulamentar as relações internacionais, nas mais diversas áreas, a principal missão da diplomacia é o estabelecimento de condições de convívio internacional favoráveis à realização dos objetivos do país que representa. No caso do Brasil, portanto, a meta principal é servir à causa maior do desenvolvimento.

A diplomacia presta esse serviço em várias frentes, que vão do trabalho clássico de representação e negociação bilateral, até a participação em foros multilaterais políticos e econômicos, passando pela promoção comercial, proteção consular e divulgação de nossa realidade.

Na atividade de negociação das normas que regem a convivência internacional, nos mais distintos temas e contextos, um dos propósitos essenciais da atividade diplomática – especialmente para um país com as características do Brasil – é a preservação dos necessários espaços de autonomia.

Isto tem a ver com o que disse antes. Vivemos em um mundo de incertezas, de crises velozes e abrangentes, um mundo em que a convergência no terreno dos valores não significa, necessária ou mesmo usualmente, uma maior aproximação no plano dos interesses concretos. Assim, quando uma parcela crescente do nosso cotidiano passa a ser afetada ou mesmo regulada por acordos e regimes internacionais, é essencial não apenas que esses arranjos não nos sejam desfavoráveis, e que de algum modo nos beneficiem, mas também que nossa inserção no meio internacional, assim como as regras e compromissos que regem essa inserção, não se façam à custa de um excessivo cerceamento da possibilidade de adotarmos as nossas próprias soluções e de darmos as nossas próprias respostas aos problemas e desafios que se apresentem interna ou externamente.

É óbvio que nenhuma nação do mundo, nem a mais poderosa delas, acalenta o sonho da autonomia absoluta. Afinal, uma das características

do nosso tempo é que a livre escolha de caminhos está sujeita a determinados limites.

A democracia, por exemplo, embora infelizmente em apenas parte do mundo, tornou-se um requisito para a boa convivência entre países. A comunidade internacional não aceita mais retrocessos nesse campo e o país ‘infrator’ torna-se objeto de forte reação.

O mesmo se aplica aos direitos humanos, cuja violação deixou de poder ser acobertada pelo argumento da soberania e também gera respostas internacionais. É verdade que as reações nesse terreno ainda estão sujeitas a matizes determinados por interesses políticos e econômicos.

No que se refere à preservação do meio ambiente, da mesma forma, consolida-se um padrão internacional, embora a sua formulação e aplicação também esteja sujeita ao conflito de interesses e influência.

Quando falo em comunidade internacional, não me refiro apenas a países e organismos intergovernamentais, mas igualmente às organizações não governamentais, que além de se manifestarem por suas próprias vozes, influem crescentemente nas posições adotadas pelos governos e foros multilaterais.

Como sabemos, há outras questões em relação às quais vão surgindo parâmetros mais claros, como a da não proliferação, do combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, ao trabalho escravo e à exploração do trabalho infantil.

Existem, ainda, os padrões econômicos. Além dos aspectos regulados por acordos internacionais, como os dispositivos da OMC, que impõem limites ao arsenal de instrumentos de política comercial e industrial, há os parâmetros ditados pelo mercado que funcionam como referências de desempenho, como, por exemplo, em matéria de inflação, equilíbrio fiscal, dívida pública, conta corrente, nível de reservas.

Todos sabemos o que acontece quando o mercado tem, ou julga ter, motivos para perder a confiança nesta ou naquela economia internacional.

Em outras palavras, a conquista e manutenção da credibilidade, seja na área econômica, seja na política

e social, são cada vez mais importantes. Manter essa credibilidade não significa abdicar de opções e caminhos próprios, mas certamente exige que essas escolhas se façam sem infração dos parâmetros políticos, econômicos, sociais e ambientais que mencionei. De modo geral, aliás, o respeito a tais parâmetros corresponde como disse aos valores e aspirações de nossa sociedade.

Além desses requisitos que dizem respeito à realidade do país, um comportamento internacional confiável e uma política externa respeitável são requisitos importantes para a preservação da credibilidade externa.

É essencial ter presente, portanto, que a defesa de margens para escolhas próprias não se confunde mais, como ocorreu no passado, com a noção de auto-suficiência. Muito pelo contrário: em nossos dias, autonomia passa necessariamente pela integração com outros países, e não apenas no âmbito regional, mas também por parcerias internacionais cuidadosamente construídas e aprofundadas. Passa, ainda, diferentemente do que se poderia intuir, por um mundo governado não por menos e sim por mais regras internacionais; sobretudo por decisões e acordos que atendam às nossas necessidades e interesses.

Cabe justamente à diplomacia trabalhar para que o país possa participar de forma ativa da negociação e implementação dessas regras, não de forma isolada, mas em alianças e parcerias com outras nações.

Para países como o nosso, por mais que o processo de regulamentação da vida internacional seja fortemente afetado pelas assimetrias de influência e poder, essa regulamentação é preferível a um quadro no qual, pela ausência de regras acordadas, se estabeleça naturalmente o princípio da 'lei do mais forte'.

Para o Brasil, que como dizia o Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro não tem 'excedente de poder', não interessa um ambiente desse tipo. Interessa sim um convívio organizado segundo normas claras, na qual seja reduzido o espaço para o

unilateralismo e os mais fracos também possam vencer disputas, como tem ocorrido na OMC desde a implantação do mecanismo de solução de controvérsias.

O Mercosul é outro exemplo relevante. Por um lado, os compromissos que assumimos limitam nossa capacidade de decidir unilateralmente – este é um resultado incontornável, e por vezes até desejável, do aprofundamento das relações internacionais. Assim, arranjos como o Mercosul e a União Européia restringem a autonomia individual dos países que deles participam.

Por outro lado, além dos benefícios que advêm desses processos nos campos econômico-comercial, político, social e cultural, eles aumentam nossa capacidade de agir de forma autônoma, e com maior peso, em nossas relações com o resto do mundo, e até mesmo aqui nas Américas.

A influência do Mercosul nas negociações da ALCA, por exemplo, é hoje sem dúvida uma das dimensões mais visíveis e comentadas do processo. Além disso, o Mercosul tornou-se uma referência, uma entidade com quem todos querem dialogar e buscar formas de entendimento e intercâmbio.

Durante o processo que podemos chamar de pré-negociação da ALCA, observadores e jornalistas internacionais têm apontado como uma das revelações do exercício o crescente peso relativo dos países do Mercosul, e especialmente do Brasil. Esse fato deve ser ressaltado, aliás, pois ajuda a esvaziar a noção, formulada por alguns críticos brasileiros, de que estaríamos participando dessa negociação a contragosto, a reboque da vontade de nações mais poderosas. Com o passar do tempo, os resultados já alcançados têm demonstrado que essa percepção não corresponde à realidade.

Prefiro não me estender mais, nesta ocasião, sobre a questão específica da ALCA. Trata-se de matéria que vem sendo acompanhada de perto pelas lideranças políticas, empresariais, sindicais e acadêmicas, e que tem recebido ampla cobertura em nossa imprensa. Trata-se, além disto, de tema em torno do qual se forjou um forte consenso na

sociedade brasileira, um consenso que é fruto da participação ativa dos mais diversos setores da vida nacional e do dado de que as posições por nós defendidas resultam desse debate interno e são reforçadas por esse alto grau de legitimidade.

Todos sabemos, no entanto, que o prestígio ascendente do Brasil não se limita ao nosso desempenho em exercícios como o Mercosul ou a ALCA. A rápida evolução da presença externa do Brasil baseia-se em diversos aspectos de nossa realidade atual. Primeiro, na consolidação e amadurecimento da democracia brasileira. Segundo, no êxito do programa de estabilização econômica – mantido, e até mesmo reforçado, diante do impacto da crise asiática – e no ritmo acelerado e seguro das reformas estruturais, especialmente na privatização. O aumento vertiginoso dos investimentos estrangeiros em nosso país traduzem concretamente a confiança externa em nossa economia. Terceiro, e esse é um fato que se tem tornado mais e mais evidente, no prestígio internacional da liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sei que o Ministro das Relações Exteriores talvez não seja a fonte mais isenta para apresentar esse ponto, mas estou certo de que todos aqui no Fórum têm acesso a avaliações variadas e independentes que apontam na mesma direção.

De qualquer forma, é fácil perceber que o Brasil tem hoje uma projeção no meio internacional muito mais positiva e relevante do que há quatro anos – e isto tem um efeito positivo inegável em nossa atuação diplomática, em nossa capacidade de influir nos cenários regional e mundial.

E o que vamos fazer com essa influência acrescida, embora ainda limitada?

A política externa de qualquer país – e o Brasil não é exceção – deve ter sempre em conta três indagações, cuja resposta norteia as diretrizes e a ação diplomáticas.

Em primeiro lugar, o que o Brasil deseja obter do seu relacionamento com o meio internacional? A resposta, evidentemente, não se pode resumir em poucas palavras. De modo geral, entretanto, parece correto dizer que, no caso do Brasil, como afirmei

antes, o objetivo principal é conseguir do intercâmbio externo elementos úteis à realização da meta prioritária do desenvolvimento, tanto em sua dimensão econômica e social, como também em áreas como direitos humanos, políticas públicas e meio ambiente. Em síntese, elementos que sirvam ao desenvolvimento na acepção mais abrangente do conceito. As parcerias externas são um complemento indispensável para os esforços de desenvolvimento, embora não tenha deixado de ser verdade que o fator determinante continuam a ser as boas políticas internas.

A segunda pergunta é como o Brasil deseja relacionar-se com a comunidade internacional? A resposta básica pode ser encontrada em princípios que tradicionalmente têm orientado a nossa política externa, como os da não intervenção, respeito à autodeterminação, não ingerência em assuntos internos, e solução pacífica de controvérsias. Ao invocar tais princípios, não quero dar a impressão de que os mesmos sejam hoje utilizados da mesma forma como no passado. Ao contrário, embora a essência esteja até hoje preservada, sua aplicação tem sido atualizada, como ocorreu, por exemplo, no campo dos direitos humanos, da democracia e do meio ambiente. Além desses princípios, a resposta à segunda pergunta envolve outras facetas de nosso comportamento internacional. Refiro-me à tradição de nos posicionarmos e relacionarmos de modo aberto, transparente, consistente, com genuíno ânimo de diálogo e cooperação. Tenho clara consciência de que o abuso retórico desgastou essas expressões. Insisto, porém, que, para a diplomacia brasileira, é motivo de orgulho – e de reconhecimento de parte de nossos parceiros – havermos sabido manter a coerência entre discurso e ação.

Por fim, a terceira questão: qual é o mundo que desejamos, e que queremos ajudar a construir? A resposta, tão ou mais complexa do que as anteriores, pode ser resumida em algumas poucas idéias-chave: paz, desenvolvimento e participação ampliada. Começando pela última, o Brasil almeja e trabalha por uma ordem internacional cujos

processos decisórios estejam mais abertos do que hoje a um número maior de nações, em especial de sociedades em desenvolvimento. Essa meta pressupõe, entre outras mudanças, a reforma dos organismos e procedimentos multilaterais. Queremos também um mundo em que todos os seres humanos tenham condições de viver com dignidade e de realizar suas necessidades fundamentais, um mundo no qual isto se faça concomitantemente com a concretização dos valores da democracia, do respeito aos direitos humanos, da preservação do meio ambiente. Como disse antes, é o que desejamos para nós e o que queremos para o mundo.

Gostaria de deter-me por um instante na questão da paz. Sei que essa também é uma palavra desgastada pelo emprego retórico. Sei, igualmente, que a circunstância de vivermos há meio século sem conflitos armados diretos entre os países mais poderosos militarmente serviu para amortecer a ameaça da guerra, para fazê-la parecer menos provável. E é óbvio, ainda, que o fim da Guerra Fria veio reforçar essa sensação.

Mas é preciso jamais perder de vista o valor da paz, e o preço catastrófico da guerra, não apenas para as partes diretamente envolvidas, mas para toda a comunidade das nações. É essencial avançarmos na construção de condições que afastem cada vez mais o espectro das conflagrações bélicas. A propósito, menciono três exemplos, entre inúmeros outros que poderia dar, da atuação do Brasil em prol desse objetivo maior: mais perto de nós, o esforço que estamos fazendo, como um dos garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, de 1942, para que Peru e Equador cheguem a acordo definitivo sobre o diferendo fronteiro que os separa e afastem de uma vez por todas a hipótese de choques armados entre eles. Esse será um passo decisivo na conformação de um ambiente harmônico na América do Sul. Um pouco mais distante geograficamente, a presença de forças brasileiras em operações multilaterais de paz nas Américas, na África e na Europa. E, finalmente, a participação decisiva de nossos delegados na negociação da resolução do Conselho de Segurança,

que pôs termo, no início deste ano, à mais recente ameaça de conflagração no Golfo Pérsico. São exemplos que confirmam a coerência entre os nossos propósitos e a nossa atuação, e vêm reforçar as credenciais do Brasil para um papel ainda mais ativo, com maiores responsabilidades, no cenário internacional.

Antes de concluir, quero referir-me a uma dúvida que tenho ouvido de alguns interlocutores. Eles perguntam: qual é a linha-mestra da atual política externa brasileira; essa linha-mestra existe ou nos limitamos a reagir aos acontecimentos e a concentrar nossas energias em questões mais palpáveis como o Mercosul, a ALCA e a OMC?

Eu gostaria de abordar aqui a própria natureza dessa dúvida. É compreensível que as pessoas desejem um rótulo para a nossa política externa, uma definição genérica que simplifique o seu entendimento. Infelizmente, se é que isto foi possível no passado – e eu creio que não – no mundo de hoje, diante da avassaladora diversidade e complexidade de nosso relacionamento internacional, qualquer tentativa de rotulação iria contribuir apenas para distorcer a percepção dos processos. Esse desejo de identificar um perfil ideológico, ou um pequeno número de prioridades absolutas, vai de encontro ao imperativo de que as realidades complexas sejam tratadas como tais, sem esquematismos e simplificações.

Quanto à noção de que talvez tenhamos uma política externa predominantemente 'reativa', cabe, antes de mais nada, recordar que, para qualquer país, diplomacia envolve ao mesmo tempo iniciativa e reação. Saber responder com eficiência, ao esperado e às surpresas, é uma das qualidades vitais da política externa, sobretudo nesta era de acontecimentos, muitos deles imprevisíveis, cujos efeitos se propagam com grande velocidade e abrangência. Dito isto, julgo que os fatos desmentem essa noção e comprovam que a política externa brasileira tem um amplo e expressivo acervo de iniciativas diplomáticas bem sucedidas.

Por fim, é evidente que a nossa política externa deve ter e tem prioridades. É igualmente verdadeiro, no entanto, que não nos interessa cristalizar

prioridades excludentes. Ou seja, embora naturalmente devamos empregar os meios humanos, políticos e materiais de que dispomos de forma criteriosa e seletiva, há que ter sempre em conta que a diplomacia de um país com as dimensões do nosso precisa atuar simultaneamente em todas as frentes, geográficas e temáticas, sem exclusões.

O importante é que as nossas prioridades e diretrizes de política externa correspondam, como correspondem hoje, aos interesses e aspirações da sociedade brasileira, que, mais e mais, se mobiliza para analisar e debater aspectos de nossas relações com o meio internacional.

O Fórum Nacional, há vários anos sob a liderança e inspiração de João Paulo dos Reis Velloso, tem sido um valioso propulsor desse debate. Desde o início, o Itamaraty vem participando ativamente dos trabalhos e reflexões aqui desenvolvidos. Trata-se de contribuição de peso para que, cada vez mais, a política externa brasileira tenha uma sólida base social.

Social em dois sentidos: primeiro, quanto à legitimidade que decorre do envolvimento da sociedade na definição de nossas posições e prioridades externas; segundo, quanto aos resultados – ao ter como razão precípua servir ao objetivo do desenvolvimento, os frutos da política externa deverão poder traduzir-se crescentemente em benefícios palpáveis para o cotidiano de nossa gente, especialmente daqueles aos quais ainda não conseguimos assegurar condições mínimas para a plena realização de seu potencial e de suas aspirações.

Para encerrar, parece-me útil recapitular os nossos objetivos centrais.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso faz uma política externa caracterizada por intensa ênfase na diplomacia presidencial, que visa a: Procurar obter, no relacionamento internacional, os melhores instrumentos para a realização da meta nacional prioritária que é o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Reforçar as principais parcerias do Brasil – a começar pelos Estados Unidos, a grande superpotência de nosso tempo, pela Argentina, pela União Européia e pelo Japão – assim como a busca de novas parcerias

como a África do Sul, a China e a Índia.

Apresentar o Brasil como país que está superando seus passivos e hoje se afirma pela estabilidade e robustez de sua economia, por sua democracia amadurecida, e por um comportamento de ‘mainstream’, isto é, sintonizado com a convergência internacional de posições em matéria de segurança, preservação ambiental, direitos humanos, e de combate ao crime organizado.

Atribuir principal prioridade à consolidação e aprofundamento do Mercosul rumo a um mercado único e à promoção da integração comercial, energética e viária com todos os países da América do Sul. Esta orientação não se volta contra ninguém, pois o que preconizamos é um regionalismo aberto.

Ter atuação construtiva mas firme na negociação da ALCA, que não vemos como uma inevitabilidade, nem como uma imposição, mas como um projeto que só terá valor e aceitação para o Brasil se for equilibrado, gradual e compatível com nossos interesses nacionais.

Fazer forte defesa do multilateralismo seja no reforço da ONU e de seu Conselho de Segurança, seja na aplicação das regras do sistema internacional de comércio centrado na OMC. Além disso, repudiar o unilateralismo como forma de imposição de poder de um país sobre os demais.

Desenvolver esforço para aumentar o peso relativo do Brasil nas principais instâncias decisórias do mundo.

Trabalhar pela promoção e consolidação da paz e da solução de controvérsias internacionais, da democracia e do respeito aos direitos humanos, particularmente em nossa região, em que podemos ter papel de maior influência.

O ‘tempo’ da política externa é necessariamente lento. Nossos objetivos estão corretos e devem continuar a ser perseguidos com determinação. Exclui-se, por isso, qualquer guinada brusca. Somente após vários anos do mesmo discurso, e da mesma prática, seremos percebidos internacionalmente como um país do ‘mainstream’, mas com especificidade. Daí ressalta justamente a

necessidade de continuidade em nossa ação externa, assim como em nossa política econômica e social.

Parece razoável dizer que a política externa tem sido bem sucedida nestes propósitos centrais. Creio que cada vez mais nos aproximamos do

objetivo expresso pelo Barão do Rio Branco ao assumir o Itamaraty em 1902: seja “o Brasil forte, unido e respeitado”.

Muito Obrigado.

Cerimônia de Comemoração dos dois anos de existência do Programa Nacional de Direitos Humanos

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Comemoração dos dois anos de existência do Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 13 de maio de 1998

Senhora Ruth Cardoso,
Senhor Ministro da Justiça, Renan Calheiros,
Senhores Ministros de Estado,
Senhor Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro,
Senhores parlamentares,
Senhor Secretário Nacional de Direitos Humanos, Dr. José Gregori,
Senhoras e senhores,

Tanto o vídeo que aqui foi exibido quanto as palavras do Dr. José Gregori e do Ministro Calheiros mostram o que foi feito nesses dois anos. As palavras tornam-se desnecessárias, diante de fatos. E creio que, talvez, o mais pungente tenha sido esse cadastramento agora, de alguém que esteve vivendo em situação de trabalho forçado. E a desapropriação dessa fazenda mostra bem o sentido da luta que travamos no Brasil pelos direitos humanos. É inaceitável.

É inaceitável que, na entrada do próximo milênio, ainda tenhamos o que fazer que estamos fazendo hoje, desapropriar terras porque os proprietários utilizam a sua força de proprietários para escravizar o trabalho. O fato de termos, hoje, podido fazer isso, nos alenta, mas não consola e não nos esmorece, porque sabemos das dificuldades e das imensas discriminações e abusos contra os direitos humanos que ainda existem no Brasil.

Mas me parece que é significativo e, aqui, o Dr. Paulo Sérgio Pinheiro mostrou, na sua fala, que parece inegável, hoje, que estamos caminhando. Isso que é importante.

Há poucos anos, neste país, não apenas havia os abusos, como os abusos eram objeto de silêncio. Silêncio por parte das autoridades. Mais tarde, as autoridades começaram a falar para fazer eco à voz da população. Hoje, não basta falar, é preciso fazer. Estamos fazendo. Estamos começando a atuar de forma aberta, chamando as organizações não-governamentais, pedindo a participação de todos, porque quando se trata de direitos humanos, não podemos colocar questões partidárias, não podemos colocar questões de diferenças de posição na estrutura da sociedade, nem nenhuma outra questão.

Direitos humanos, hoje, fazem parte da agenda da Humanidade, agenda internacional. Isso é alguma coisa significativa, é uma modificação que ocorreu aí. E é significativo, também, 50 anos depois da Declaração dos Direitos Humanos, que hoje seja consensual o que aconteceu no mundo contemporâneo. E que há certos temas que ultrapassam até as fronteiras, até a própria concepção de Estado, porque eles dizem respeito a alguma coisa que é mais sagrado do que tudo, que é a pessoa humana. Isso vale para a ecologia como vale para os direitos humanos.

Temos, hoje, no Brasil, a convicção tranqüila de que devemos atuar dessa maneira. E atuar dessa maneira incorporando crescentemente segmentos da população brasileira que estavam um pouco, ou bastante, à margem do processo nacional. Por isso, também, creio que foi feliz o Dr. José Gregori, ao mencionar o esforço na questão da valorização dos negros no Brasil, que é uma preocupação antiga de muitos de nós e minha, em particular, mas que hoje se faz algo mais presente, porque não se trata de uma preocupação, senão que de uma ação reivindicativa da população negra e inserida no contexto da sociedade, portanto legitimada pelo Estado nacional, pelo governo e pelo Estado, como uma parte essencial do processo de democratização.

O mesmo vale para as questões de gênero, que não foram abordadas, mas que serão, crescentemente, abordadas. As diferenças entre homens e mulheres não são aceitáveis quando dizem respeito a uma busca de trabalho, a chances e oportunidades para participar, de forma ativa, das decisões que dizem respeito à sociedade, e assim por diante. Vivemos, hoje, um outro momento da história universal e, em particular, da história brasileira.

Não podemos mais aceitar que prevaleçam regras antigas de hierarquia e de discriminação. Mas isso também foi ponderado pelo Ministro da Justiça, tudo isso se faz no contexto da lei. Só aqueles que não viveram os momentos de exceção se esquecem da importância das leis, se esquecem da importância do Estado Democrático de Direito. E o Estado Democrático de Direito exige obediência à lei e respeito à autoridade legítima.

Não se avança nos direitos humanos, não se avança no acesso à propriedade da terra, por exemplo, se não houver uma concepção correta de que as transformações tem que ser feitas dentro das regras que são mantidas na sociedade. As regras, muitas vezes, são injustas e têm que ser mudadas. Para isso se luta e para isso há o Congresso. E o Congresso Nacional, é inequívoco, basta olhar a exposição que está aqui, ao lado, não falhou ao abrir oportunidades novas para a questão dos direitos

humanos. Deu acesso à terra no rito sumário – foi uma modificação importante –, seja na questão dos crimes cometidos por policiais militares, seja, e espero que o Congresso aceite a nossa proposição, na transformação dos crimes contra os direitos humanos em crimes federais. Para que o governo federal possa agir mais eficazmente, e não apenas como é hoje, ser cobrado irresponsavelmente por aquilo que não é da responsabilidade dele. O Congresso está discutindo essa matéria e espero que, brevemente, possamos ter sucesso, também, nessa matéria.

Mas, é inegável, que estamos diante de um momento da sociedade, em que o Parlamento está em sintonia com a sociedade. Está mudando, estão mudando as regras. E se estão mudando as regras, também temos que entender que, sem elas, não há convivência democrática.

A democracia exige uma cultura de tolerância, de compreensão do outro, de respeito ao outro. Mas esse respeito ao outro, numa sociedade organizada, passa pela lei. Passa pela existência de regras que foram tomadas consensuais, que foram aprovadas, que foram legitimadas.

Este jogo difícil entre a demanda justa, a necessidade, às vezes, pungente de mudanças, o horror contra a agressão que se faz contra os direitos humanos, e ao mesmo tempo de respeito às regras, esse equilíbrio difícil, disse eu, é o que permite que a democracia seja um regime que acolhe as demandas e avance. Mas respeite a lei. As mudanças, as revoluções, a democracia existem enquanto processo contínuo de transformação. E esse processo é sempre um processo que é legitimado pelo consenso. Consenso não quer dizer unanimidade, mas quer dizer a formação de uma corrente de opinião que tenha a sustentação da maioria. E que a tendo, respeite a minoria.

São regras antigas, nada há nada a inovar. Mas é muito difícil colocá-las em prática. É o que estamos fazendo.

Termino, portando, agradecendo àqueles que efetivamente estão fazendo isso, a esses jovens que

aqui estão. Ao doutor Athos Bulcão, que veio trazer o prestígio do seu nome para esta solenidade, esta manhã. A Rosely Fischman, que tem sido uma lutadora. A todos os senhores, anônimos, muitos dos quais, que aqui se encontram, anônimos para mim, e que têm lutado, efetivamente, para a consecução desses valores. Ao doutor José Gregori, que tem demonstrado a sua capacidade imensa de aglutinar e também de ser rígido, quando necessário, diante dos abusos que eventualmente possam ocorrer. A vocês todos é que nós devemos a possibilidade de darmos

mais esse passo. Nós, do governo, o Ministro da Justiça, os demais Ministros que aqui estão, estaremos solidários. Às vezes precisamos ser acordados para que possamos atuar com mais energia. Às vezes vamos pedir ajuda para que a nossa energia não se perca no vazio, pela falta de correspondência no apoio mais amplo da sociedade. Mas eu tenho a certeza de que, juntos, faremos, sim, o que estava no final do lema aí imposto: o nome da democracia, nos dias de hoje, é liberdade e direitos humanos.

Muito obrigado.

Audiência com a Comissão de Representantes da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil

Palavras do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Audiência com a Comissão de Representantes da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil. Palácio do Planalto, 13 de maio de 1998

Eu queria, ao agradecer a visita de vocês aqui pois me deixou muito contente ver crianças que estão dispostas a lutar pelos seus direitos e trabalhando para que o Brasil seja melhor, queria dizer que hoje é um dia importante, por esta razão e por várias outras razões. Hoje, é dia 13 de maio. Nós acabamos de fazer uma comemoração, aqui embaixo, num programa de defesa dos direitos humanos. E sei que este movimento do qual vocês participam hoje é um movimento internacional, mundial. E acho que é muito importante. Tudo que foi dito aqui pelo Simão é o nosso sonho.

Acho que qualquer pessoa de boa fé e decente não pode querer outra coisa. E querer que haja trabalho para todo mundo, que haja escola, que as crianças não tenham que trabalhar, que haja uma vida melhor, mais decente, com respeito e dignidade. Difícil é fazer com que neste país tão grande, tão cheio de injustiças de séculos, as coisas aconteçam de repente. Não acontecem. Mas estamos lutando para que elas aconteçam. Isto aqui faz parte desta luta.

O fato mesmo de o Presidente da República estar com vocês, hoje, é para mostrar ao Brasil que há problemas e que o governo não pode fechar os olhos. O governo tem que estar disposto a ouvir os problemas e fazer o que for possível para resolvê-

los. Essa solução não vai depender só de mim, nem só do governo, nem só de vocês, depende de todo mundo, depende de um esforço da sociedade no seu conjunto.

O trabalho infantil, a exploração do trabalho infantil é uma coisa inaceitável. Li, outro dia, um dado em um jornal sobre a Inglaterra, em que havia alguns milhões de crianças trabalhando. Isso mostra que não é só um problema nosso, é um problema mais amplo do que só no Brasil. Mas aqui, que é o que nos interessa, não podemos continuar deixando as crianças trabalhando, pelo menos nos trabalhos piores, como o corte de cana, com o sisal, no sal, na carvoaria.

E o governo esta tomando medidas nessa direção. Já tiramos 35 mil crianças dessas condições. Temos um outro programa com mais quase 35 mil crianças também, de continuação na escola. Temos recursos para dobrar esse programa. E nós temos feito fiscalizações, pela primeira vez na História do Brasil. Nunca houve isso. Fechamos todos os trabalhos de carvoaria. Estamos fiscalizando. Agora mesmo, acabei de assinar, lá embaixo, um ato expropriando três fazendas, porque havia trabalho escravo nessas fazendas. Nunca houve isso no Brasil. Trabalho escravo sempre houve. Agora, estamos tomando as medidas. Não são suficientes, vamos

precisar de mais medidas.

Valorizar o professor. Pela primeira vez, fizemos um programa e, hoje, os professores primários do Brasil todo têm um salário mais elevado, um piso que foi difícilimo aprovar no Congresso. E, infelizmente, a oposição votou contra. Votou contra o aumento de salário do professor. Por que? Para ficar contra o Brasil ou para ficar contra mim. Não sei. Mas nós ganhamos. Ganhamos e agora já existe um piso de salário mínimo para professor nas áreas mais pobres do Brasil, que vai multiplicar por dois, três e, às vezes, quatro vezes o salário.

Não vai ser de repente, mas espero que vocês, quando forem adultos, já possam viver num Brasil melhor do que o Brasil que vocês estão vivendo

enquanto são crianças. E que os filhos de vocês, como os meus netos, possam viver num Brasil, aí sim, em que nós já não tenhamos mais que nos queixar dessas mazelas todas. Não se vai resolver isso num ano, em dois anos, em três, em um mandato. Não tem nada a ver com isso. Leva mais tempo. Mas o importante é que estamos caminhando. E é muito melhor caminhar juntos, sobretudo caminhar junto com as crianças, do que ficarmos, cada um, puxando a corda para um lado e não saindo do lugar.

Agradeço muito a vocês por terem me ajudado a ir para a frente.

Muito obrigado.

Boa sorte para vocês todos.

Sessão comemorativa do cinquentenário do Sistema Multilateral de Comércio

Discurso do Senhor Presidente da República na sessão comemorativa do cinquentenário do Sistema Multilateral de Comércio. Genebra, 19 de maio de 1998

É com prazer que participo desta comemoração dos 50 anos do GATT e da vigência do Sistema Multilateral de Comércio. O Brasil, como outros países amigos aqui representados, contribuiu para a criação desse sistema e tem participado, de forma atuante, em todas as etapas de seu desenvolvimento.

Nestes últimos quatro anos pós-Rodada Uruguai, a economia brasileira assistiu a profundas transformações. A estabilidade foi conquistada e começamos a trilhar o caminho do desenvolvimento com justiça social. No seu comércio exterior, o Brasil avançou com ousadia tanto no plano regional quanto no global. O Mercosul consolidou-se como um exemplo de integração aberta e, paralelamente, o Brasil aumentou de forma significativa suas importações de todas as origens. Esse aumento ilustra o quanto nossos parceiros souberam captar as potencialidades de nosso mercado. Ilustra também a determinação do Governo brasileiro de inserir o comércio exterior numa perspectiva de longo prazo, em que se busca o equilíbrio dinâmico e não o saldo comercial de momento.

Para que essas condições continuem a prevalecer é necessário, no entanto, que os produtos e serviços brasileiros desfrutem igualmente de melhores possibilidades de acesso aos principais mercados e de tratamento não-discriminatório. O

Brasil está hoje entre as dez maiores economias do mundo, com um parque industrial diversificado e uma agricultura competitiva, com vastas extensões de terra por onde se expandir. Essa abundância de fatores produtivos o qualifica para abastecer seus parceiros com uma variedade de produtos, nos mais diversos graus de beneficiamento. Somadas, nossas exportações e importações situam-se ainda na casa dos 13% do Produto Interno Bruto, cifra que dá bem a medida do quanto é possível crescer.

Mas para que esse crescimento ocorra é imperativo que a economia mundial continue em expansão e, para tanto, que o comércio internacional não sofra retrocessos em sua trajetória de liberalização. É imperativo resistir às demandas protecionistas dos grupos avessos à concorrência. E é imperativo que o multilateralismo, espinha dorsal do sistema que hoje celebramos, seja preservado integralmente, em letra e espírito.

O Brasil vê com preocupação a aplicação de leis comerciais de duvidosa compatibilidade com as normas multilateralmente acordadas. Medidas compensatórias ou anti-dumping não raro são desvirtuadas para a proteção de indústrias obsoletas. Em países desenvolvidos não é incomum constatar-se que, sob o manto de medidas de defesa comercial, uma eficiente burocracia governamental substituiu, com vantagem, a deficiente competitividade de certos setores.

Preocupam-nos, da mesma forma, as tentativas de estabelecer entraves ao acesso de nossos produtos a pretexto de garantir melhor proteção ao meio ambiente. A sociedade brasileira tem hoje aguçada consciência ambiental e o Governo a ela tem respondido com a adoção de políticas de grande alcance. Temos participado ativamente dos trabalhos do Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC, engajando-nos nos debates de maneira aberta e construtiva.

Quanto ao tema da relação entre comércio e padrões trabalhistas, não nos pareceria justo nem faria sentido, pela própria filosofia que inspira o GATT, buscar garantias de aperfeiçoamento das condições de trabalho por meio de medidas comerciais punitivas, que só fariam agravar a questão social. O tratamento multilateral dessa questão, de resto, já ficou equacionado por decisão ministerial adotada em Cingapura, em 1996.

A questão social, tão complexa e urgente, que atinge praticamente a todos os países, é um desafio fundamental para a cooperação internacional e exige ação ampliada e direta, nos foros apropriados.

No comércio agrícola mundial, o Brasil e outros tantos países continuam a assistir, com perplexidade, ao funcionamento do maior aparato de protecionismo e subsidiação já montado para a preservação dos interesses de um setor. Mais de 160 bilhões de dólares continuam a ser despendidos a cada ano por países desenvolvidos para impedir que sua agricultura se veja exposta às regras da concorrência. E mais: para impedir também que essas regras sejam observadas na competição em terceiros mercados.

Incomoda-nos que se continuem a criar slogans e a lançar mão de conceitos de duvidosa fundamentação antropológica ou ambiental para tentar justificar porque a agricultura não pode ser, como as demais, uma área em que se opere uma competição leal entre parceiros, para benefício de consumidores e contribuintes. Não penso que isso seja justificável nem que seja justo. Também nós,

países em desenvolvimento, sofremos a concorrência, por vezes até danosa, do produto importado e as pressões sobre o tecido social geradas pelo desemprego. E ainda assim procuramos fazer — com a imensa desvantagem de nos situarmos em patamares inferiores de renda, produtividade e capacitação tecnológica — aquilo que acreditamos ser necessário para avançar no sentido da liberalização do comércio. Também nós nos sujeitamos aos questionamentos do Legislativo e da opinião pública. A persistência do protecionismo e dos subsídios à exportação no comércio agrícola mundial constituem não apenas a maior anomalia a ser corrigida como também a mais desleal para com os países em desenvolvimento competitivos nesse setor.

O Brasil reitera sua adesão à primazia do sistema multilateral de comércio e vê com otimismo o futuro desta Organização. Orgulhamo-nos de ter sido uma das vinte e três partes contratantes originais do Acordo Geral de 1947, assim como nos orgulhamos de nossa contribuição para a construção do sistema e para o seu contínuo aperfeiçoamento.

Não posso deixar de destacar, entre os grandes avanços da Rodada Uruguai, o novo sistema de solução de controvérsias, ao qual cabe o papel fundamental de propiciar agilidade e isenção na defesa do direito de todos. Esse sistema deve merecer a confiança de todos os países, coibindo a eventual tentação de alguns de procurar, pela força, impor sua própria interpretação das regras.

Tendo saído fortalecido da Rodada Uruguai, o sistema multilateral de comércio deve zelar para que não se desvirtue o verdadeiro espírito do multilateralismo.

Negociações setoriais, rapidamente seladas entre alguns membros para extensão aos demais, não ferem a cláusula da nação mais favorecida. Afastam-se, porém, do princípio consagrado no Preâmbulo do Acordo de Marraqueche, que cria esta Organização, pelo qual se busca garantir que “os países em desenvolvimento (...) se assegurem de uma

parcela do crescimento do comércio internacional”. Embora tais acordos possam dizer respeito a setores dinâmicos, as negociações em separado tornam-se uma forma de preservar certos nichos obsoletos de proteção — como a própria agricultura — que continuam artificialmente à margem do eixo central do processo negociador.

Esta Organização tem diante de si uma agenda que decorre de acordos e entendimentos previamente celebrados e que estabelece um programa de negociações em certas áreas específicas. O Brasil não se furtaria a examinar a ampliação desse temário, no que já vem sendo denominado a “Rodada do Milênio”, sempre que tal ampliação não viesse a interferir no processo negociador já definido para a agricultura, nem visasse a incorporar apenas setores específicos de interesse de alguns países.

Esse exercício, de todo modo, não deveria ocorrer antes que estivessem implementados os compromissos acordados na Rodada Uruguai, pois isso prejudicaria o equilíbrio das concessões que ali se pactuaram.

A esta Organização cabe o papel de garante de um sistema que desejamos ver sempre mais forte e prestigiado. Como signatário original e parte atuante, o Brasil não deixará de contribuir para que isto aconteça. A força desse sistema dependerá, porém, da percepção por todos de que os benefícios devem ser equitativamente compartilhados. É imprescindível a

adesão irrestrita dos principais parceiros comerciais às regras acordadas e o cumprimento das decisões adotadas nas diferentes instâncias da Organização. E é fundamental a coragem política para resistir a pressões e trabalhar no sentido de um comércio mundial que não seja apenas o veículo de uma globalização seletiva e excludente.

Nestes cinquenta anos, o sistema multilateral de comércio propiciou importante aumento nas trocas internacionais. Possibilitou, assim, maior produção e geração de empregos.

Refletindo as intensas transformações do mundo contemporâneo, o sistema — vale dizer, hoje, a OMC — adquiriu vocação universal e responsabilidades ampliadas. Agora, seu principal desafio será contribuir, por meio de um conjunto de regras comerciais equitativas, para a correção das disparidades de desenvolvimento e bem-estar que continuam a afligir o mundo em que vivemos.

É preciso pensar grande, e entender que o comércio é uma ferramenta fundamental para que nossos países atinjam os objetivos maiores de paz, desenvolvimento e justiça social. A liberalização a que nos propomos somente fará sentido se nos aproximar desses objetivos. Somente terá sua justificação mais plena se contribuir para a superação das desigualdades, entre as nações e dentro delas.

Muito obrigado.

Abertura da Reunião do Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa Agrícola

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso na Abertura da Reunião do Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa Agrícola. Palácio do Itamaraty, Brasília, 25 de maio de 1998

Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros,

Senhor Presidente do Grupo Consultivo,
Senhor Alberto Duque Portugal, Presidente da Embrapa,

Senhores pesquisadores,
Senhoras pesquisadoras,
Senhoras e senhores,

É, realmente, com muita satisfação, que o governo do Brasil recebe esta reunião, aqui, no Palácio Itamaraty, do Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa Agropecuária.

E, para nós, é particularmente feliz, porque estamos comemorando os 25 anos da Embrapa. E a coincidência desses dois eventos, da presença de tão importantes especialistas, em matéria de desenvolvimento agrícola, de tecnologia agrícola, com o fato de estarmos comemorando os 25 anos da Embrapa realmente trazem a nós, brasileiros, um momento de júbilo, um momento de alegria.

Gostaria, apenas, de reiterar o que todos sabem, mas convém, como Presidente da República, que reitere. É cada vez mais central a percepção que temos, no Brasil e no mundo, de que agricultura é essencial para o desenvolvimento nos moldes em que o concebemos hoje em dia.

É essencial por várias razões, a primeira das quais é a mais óbvia, porque temos que alimentar as

populações, e temos que ter a preocupação com a segurança alimentar. Temos que entender que o bem-estar das populações, principalmente das mais pobres, depende diretamente da nossa capacidade de ofertar alimentos, de uma produção agrícola e agropecuária adequada.

E é fundamental, também, porque, no mundo de hoje, não apenas precisamos olhar para a questão da oferta de alimentos, mas temos que prestar muita atenção à distribuição desses alimentos, porque a pobreza depende, fundamentalmente, de alimentação mais adequada.

Aqueles que tiverem alguma noção de teoria econômica - eu não sou economista, como muitos outros que aqui estão, que tem mais experiência do que eu, nessa matéria - sabem que existe uma famosa formulação antiga chamada Lei de Engel (que não é o Engels, com "s", é outro, sem o "s").

Essa Lei de Engel diz o seguinte: que o grosso da renda da população mais pobre é consumido em alimentos. Quanto mais pobre, mais se gasta em alimento. Por consequência, quanto mais relativamente se baixam os custos dos alimentos, automaticamente se está melhorando o nível de renda dos mais pobres, dos que mais necessitam. Dai que a agricultura seja, efetivamente, central. Porque ela não apenas oferece os alimentos como oferece o principal instrumento, hoje, para nós, mais rapidamente, melhorarmos o nível de vida das

populações.

E eu acrescentaria um outro elemento, novo, nessa questão da centralidade da agricultura, no mundo contemporâneo, que é que nós, hoje, todos, estamos comprometidos com a visão do crescimento econômico, com a visão do desenvolvimento, não apenas em termos do progresso técnico e da justiça social - e já me referi a ela, com distribuição de renda - mas também estamos diretamente preocupados com a sustentabilidade do processo de desenvolvimento, ou seja, em respeitar as condições do meio ambiente.

E hoje é possível casar o progresso tecnológico, que aumenta a produtividade, aumenta a oferta agrícola e agropecuária, com uma preocupação genuína com a preservação das condições ambientais, com a utilização cada vez mais adequada dos meios que reproduzem com rapidez, mas que não danificam a natureza, evitando-se os agrotóxicos, naquilo que eles são danosos, aumentando a nossa capacidade de controles biológicos das pragas, e assim por diante.

Então, de alguma maneira, no mundo de hoje, a agricultura volta a ter uma importância, uma centralidade, como ela tinha nos teóricos do século XVIII e do século XIX. Só que, naquela época, eles viviam preocupados com a incapacidade relativa de a produção alimentar crescer tão rapidamente quanto a população. Malthus, hoje, ficaria um pouco decepcionado por sua incapacidade de prever o futuro, mas mais tranquilo, porque não veria a catástrofe iminente do crescimento da população sem que houvesse a oferta agrícola aumentada.

Isso não nos consola totalmente, porque essa oferta agrícola, para ser aumentada, vai de muito esforço, de muita coordenação, de muita competência. Mas, exatamente pelo fato de darmos tanta relevância à questão da agricultura é que o presidente da República tem que agradecer a vocês duplamente: aos membros do Grupo Consultivo, pela sua capacidade de assessoramento, desenvolvimento científico e à Embrapa, não só por isso, mas pela sua capacidade de relação direta e imediata com a

produção agrícola brasileira, com a revolução que proporcionou na nossa produção agrícola brasileira, em todos os sentidos. Em todos os sentidos, eu creio que o que temos visto acontecer aqui, no Brasil, com a ação da Embrapa, neste quarto de século, é muito significativo.

Não vou dar os dados, que vocês conhecem melhor do que eu. Mas a soja cresceu 360%, em 25 anos. Não é pouco. O milho, mais de 100%. O trigo, quase 150%. O feijão, um pouco menos. O consumo não aumentou também tanto nessa proporção. Frutas, nós triplicamos a produção de frutas no Brasil.

Nada disso aconteceria sem a Embrapa - nada. A capacidade que a Embrapa teve de adaptação de variedades, de adaptação da soja a esta região do Cerrado, as imensas potencialidades que nós estamos descobrindo, agora, na Amazônia, a utilização, não da floresta, mas de terras de baixios, que são terras úteis para a plantação de grãos. Tudo isso depende da adaptação de variedades às condições da natureza. E a Embrapa tem estado na vanguarda de tudo isso, como tem estado na vanguarda também da produção pecuária, no cruzamento de novas raças, como tem estado na vanguarda, ao chamar a atenção para a necessidade de prestarmos muita atenção à questão da biomassa, na questão da preservação dos genomas. Enfim, e uma enorme quantidade de avanços que devemos à Embrapa.

E sei, no caso da Embrapa, bastante diretamente, mas no caso do Grupo Consultivo, pelas informações de que dispõe, que nós, realmente, tivemos um apoio muito grande de todos vocês. E as conseqüências são óbvias. Até sempre se disse que o Plano Real, que deu a estabilização da economia, teve como um dos seus símbolos o custo do frango. Pode parecer ridículo que um plano sofisticado tenha como expressão o frango. Mas não acho ridículo, não. Acho essencial, porque isso mostra que deu bem-estar à população.

Mas não foi o Plano Real em si. Foi que houve, ao mesmo tempo, o aumento de produtividade. O preço do frango caiu de cinco reais

para um real por quilo, em 25 anos. E essa mesma modificação aconteceu em tudo. O arroz agulhinha, um e setenta e poucos para 60 ou 70 centavos, e assim vai. Em vários produtos houve o barateamento do custo. Houve uma oferta, portanto, mais favorável à população.

Isso tem conseqüência em tudo. Tem conseqüência no problema mais dramático que temos, hoje em dia, no Brasil, que é o do assentamento dos que não tem terra, que, por certo, hoje é explorado politicamente. E tem meu repúdio essa utilização política de um assunto dessa importância. Mas o assunto tem importância. E é verdade que os governos dormiram muito tempo e que só agora estamos, com mais energia, dedicando forças à reconstrução de uma economia que estava, realmente, bastante desamparada - e ainda está - mas que não vai avançar, se não houver uma tecnologia adequada para a produção da pequena propriedade rural, da propriedade familiar.

E a Embrapa também desenvolve esse tipo de metodologia para permitir a integração das populações mais carentes na produção rural. É certo que é preciso também de outros apoios. E o governo tem feito. Fizemos um programa chamado Pronaf, em que, pela primeira vez, na História do Brasil, se dá recurso para quem não tem quase nada. E estamos aumentando, fortíssimamente, os recursos do Pronaf e o número de famílias atendidas, que passou de trinta e poucos mil, quando criei esse programa, em 96, para quase 500 mil, no ano em curso, que vamos poder atender.

Mas tudo isso que se faz se perderá, se não houver um apoio tecnológico, se não houver um apoio entusiasta daqueles como os senhores, que são capazes de avançar. E claro: não é só a agricultura que vai resolver todos os nossos problemas. Mas ela é essencial. E é claro também que uma parte da possibilidade de a agricultura se transformar efetivamente em uma riqueza nacional depende de outros fatores, basicamente da infra-estrutura. Não me refiro só à silagem, à possibilidade de se guardar em melhores condições a produção, mas me refiro

ao transporte. E estamos, no Brasil, provocando - o tempo dirá - uma revolução nesta área. Pela primeira vez na História do Brasil, um sonho antigo, que era a utilização das vias fluviais como vias de transporte, passou a ser realidade. Então, hoje, nós podemos transportar a soja produzida em Mato Grosso, em Rondônia, pelo rio Madeira, depois pelo rio Amazonas e, do rio Amazonas, ele embarca para a Europa ou para onde seja, através de transatlânticos que chegam lá, ao porto de Itacoatiara, que foi adaptado para ser um porto graneleiro, como o foi o porto de Porto Velho, aqui no meio do Brasil, olhando para a Bolívia.

Quem for ao sul do Brasil, e irei agora, não sei quando, talvez esse fim de semana, para inaugurar uma ponte rodoferroviária que vai permitir a ligação da Fepasa, que é a ferrovia que liga aos portos de São Paulo e depois os portos de Santos e, mais tarde, de Sepetiba e do Rio de Janeiro - com o interior do Brasil, olhando para o norte. Sonho antigo, que foi realizado recentemente: estamos fazendo esse transporte ferroviário. Estamos fazendo com que haja intermodalidade nos transportes, para saia tudo mais rápido, mais eficiente e mais barato. Isso vai aumentar as condições do Brasil de produzir e de competir pelo mundo afora.

Não quero cansá-los, me atrasei um pouco. O Itamaraty é um dos mais belos palácios que nos temos aqui, em Brasília, o de que eu mais tenho inveja, de quem pode usar esse palácio. Mas não é adequado para tanta gente. Então, vocês estão em pé, eu não quero cansá-los demasiado.

Quero apenas lhes dizer que, além disso, além da alegria, genuína, de quem realmente acompanha essas questões agrícolas, que eu tenho de recebê-los aqui, ao Grupo Consultivo, de comemorar o aniversário da Embrapa, quero dizer, também, que o governo brasileiro está muito atento às nossas necessidades no plano internacional, no plano do comércio. Ainda recentemente, semana passada, eu estive na OMC, na Organização Mundial do Comércio, lá em Genebra, e fiz um discurso bastante claro, bastante forte para mostrar que não podemos

concordar com o que existe hoje no mundo, que é uma armação enorme de subsídios para os países ricos, que custam 160 bilhões de dólares para impedir que os países que precisam mais da exportação de produtos possam exportá-los.

E, ao mesmo tempo que desenvolvemos a Embrapa, que temos os Grupos Consultivos, que temos quem entenda esse mecanismo no mundo, temos que lutar, muito firmemente também, para evitar que o protecionismo se transforme num instrumento dos países mais ricos contra o desenvolvimento dos países mais pobres. E é na agricultura que vamos ter que dar essa batalha, e na pecuária que nós vamos dar essa batalha. Estamos avançando na pecuária, estamos conseguindo certas zonas já livres da aftosa. Estamos conseguindo competir com carne de boa categoria, de boa qualidade. A Cota Hilton, nós também estamos participando dela. Enfim, o governo esta ativo na promoção da produção agropecuária do Brasil, mas falta muito. Vamos lutar muito mais.

Finalmente eu quero lhes dizer numa palavra, realmente, o reconhecimento, em nome de

todos que conhecem a agricultura e a pecuária do Brasil, que os que são funcionários da Embrapa, os que são técnicos da Embrapa, os que são pesquisadores da Embrapa, são pessoas que merecem o nosso reconhecimento de brasileiros. O trabalho feito lá, por vocês, é extraordinário. E não há brasileiro hoje, informado, que tenha ligação com a agropecuária, que não seja um admirador e um devedor, na verdade, da Embrapa.

Nós nunca pudemos dar à Embrapa tudo o que ela merece. Em vários setores, desde o salário, até melhores condições de trabalho. Não porque não quiséssemos, mas porque ainda atravessamos momentos que não permitem ao Brasil reconhecer no trabalho de seus filhos, aquilo que eles merecem. Mas com o tempo isso virá. O reconhecimento, pelo menos simbólico, emocionado mesmo, do Presidente da República, a Embrapa já tem.

Agradeço a vocês todos, agradeço ao Grupo Consultor e me permito dizer que, hoje, o Brasil está de parabéns.

Muito obrigado.

Almoço oferecido pelo Senhor Roberto Robaina, Ministro das Relações Exteriores da República de Cuba

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, em almoço oferecido pelo Senhor Roberto Robaina, Ministro das Relações Exteriores da República de Cuba. Havana, 25 de maio de 1998

Senhor Chanceler,

Ao chegar a Havana ontem no final da tarde, comecei realizar uma grande e antiga vontade de conhecer este país.

Em contraste com os visitantes que aqui buscam climas, paisagens e hábitos diferentes dos que encontram em seus lugares de origem, eu venho para ver de perto, com meus próprios olhos, algo que já sabia por terceiros: que o Brasil e Cuba são mesmo muito parecidos, que temos mesmo muito em comum.

Por isto, quando me perguntam se minha presença aqui faz parte de um momento de reaproximação com Cuba, respondo ao mesmo tempo que não e que sim.

Não, porque o Brasil jamais esteve afastado de Cuba, porque as afinidades e semelhanças que nos unem nunca foram esvaziadas pela especificidade de nossas circunstâncias históricas.

Sim, no entanto, porque existe atualmente, de fato, uma nova possibilidade de relações mais densas e abrangentes, de um intercâmbio à altura de nossa vocação natural para dialogar e cooperar.

Minha visita oficial - atendendo a convite de Vossa Excelência, que mais uma vez agradeço - tem, portanto, o duplo propósito de demonstrar essa

expectativa favorável e de contribuir para que a mesma se concretize.

Senhor Chanceler,

A evolução do relacionamento entre Brasil e Cuba ocorre em um contexto mais amplo. De modo geral, esse contexto reúne elementos que reforçam o impulso de criar as condições para um convívio mais denso.

No plano mundial, com o fim da Guerra Fria, há quase dez anos, encerrou-se uma era na qual as divergências ideológicas, bem como as rivalidades e preconceitos a elas associados, se sobrepunham ao fato de que, na essência, entre os seres humanos existem muito mais semelhanças do que diferenças.

Assim, a crescente prevalência dos valores da democracia e do respeito aos direitos humanos não significa a vitória de um lado sobre o outro, mas o reconhecimento de que a liberdade e a integridade do indivíduo são aspirações universais.

É evidente que a convergência nas esferas da política e da economia não alcançou ainda a dimensão igualmente essencial das condições de vida das pessoas. O nosso é ainda um mundo de grandes desigualdades, marcado pelo contraste chocante entre a fome e a abundância, entre a miséria absoluta

e o desperdício consumista mais desenfreado.

Mesmo nos países mais ricos existem sérios problemas na área social, entre eles os elevados índices de desemprego.

O que mudou, porém, é que, mais e mais, os povos se dão conta de que o desafio de vencer o subdesenvolvimento e a injustiça social já não pode passar seja pelo cerceamento da liberdade, seja pelo caminho do isolamento e da auto-suficiência. Não há hoje qualquer fórmula viável que não exija uma interação densa e favorável com o meio internacional.

Nesse novo ambiente, as nações da América Latina fizeram uma escolha irreversível pela democracia, pela economia de livre mercado e pela integração regional cada vez mais ampla e profunda.

As desconfianças entre regimes autoritários, como as que havia entre o Brasil e a Argentina foram substituídas em pouco tempo pela amizade transparente e construtiva que os nossos cidadãos desejam. Não é por acaso que as relações brasileiro-argentinas, inclusive no terreno da energia nuclear, são apontadas como exemplo quando a comunidade internacional se defronta com a ameaça da corrida armamentista no sul da Ásia.

O Mercosul, e a multiplicação de diversas modalidades de associação econômico-comercial entre países da América do Sul e da América Central, são uma expressão viva dessa nova era.

Senhor Chanceler,

O Brasil tem dado demonstrações inequívocas de sua dedicação ao objetivo da plena reintegração de Cuba à comunidade das nações americanas. Nosso apoio ao pleito cubano de aderir à ALADI, endossado recentemente pelos demais integrantes do Mercosul, é exemplo do que estamos empenhados em fazer nesse sentido.

Condenamos a aplicação unilateral, com fins políticos, de sanções de natureza econômica e comercial. Coerentemente, o Brasil tem votado nas Nações Unidas a favor das resoluções que pedem a

suspensão do embargo imposto a Cuba.

No plano bilateral, adotamos medidas que ilustram nosso firme propósito de manter com Cuba um relacionamento mutuamente relevante e construtivo. Entre essas ações, decididas no mais alto nível do Governo brasileiro, eu ressaltaria a doação de vinte mil toneladas de cereais, como auxílio humanitário de emergência; a concessão de financiamento para importação de alimentos brasileiros, em resposta a solicitação cubana; e a participação de órgãos do nosso Governo no Programa Especial de Apoio à Recuperação Econômica de Cuba.

Minha visita, como disse, se dá em ocasião especialmente promissora para nossas relações. Além de significar a continuação do diálogo entre nossos dois Governos, oferece a oportunidade para avaliarmos as possibilidades de aprofundamento de nossos vínculos nos mais diversos campos.

A propósito, gostaria de mencionar o grande potencial que vejo para a intensificação do relacionamento bilateral nos terrenos do comércio e dos investimentos. Com o intuito de aproveitar esse potencial, vim acompanhado de um grupo de empresários brasileiros que aqui se encontram para identificar oportunidades concretas de negócios.

Estou certo de que, juntos, brasileiros e cubanos, temos muito por fazer. Em última instância, essa colaboração resultará em benefício para nossas sociedades, e para a maior integração das nações latino-americanas.

Eu venho a Cuba porque acredito nisto, e porque desejo que isto aconteça.

Senhor Chanceler,

Ao agradecer a hospitalidade generosa do Governo e do Povo cubanos, peço aos presentes que brindem comigo pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência, e pela amizade fraterna entre o Brasil e Cuba.

Cerimônia de Assinatura de Atos Referente à Semana do Meio Ambiente

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Assinatura de Atos Referente à Semana do Meio Ambiente. Palácio do Planalto, Brasília, 3 de junho de 1998

Senhor Vice-Presidente, Dr. Marco Maciel,
Senhor Presidente do Congresso Nacional e
do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães,
Ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos,

Senhores Ministros, numerosos, que aqui se
encontram,

Senhores Governadores que nos dão a honra
da presença,

Senhores Secretários de Estado,

Senhores líderes que aqui se encontram,

Senadores, Deputados Federais,

Senhor representante do Banco Mundial, Dr.
Roberto Schneider,

Senhoras e senhores,

O Ministro Krause explicou do que se trata,
a cerimônia em que nós estamos celebrando este
acordo, este convênio, com o Banco Mundial.
Convém chamar a atenção para o fato de que nós
levamos três anos, para a obtenção deste primeiro
acordo. E que há uma programação que nos vai levar
até o ano 2010, atingindo 1 bilhão de reais.

Isso mostra, por um lado, o interesse do
Banco Mundial em nós. Por outro lado, as
dificuldades de fazer mover as máquinas para que se
chegue a um resultado efetivo.

O Ministro Krause mencionou que o governo
federal está investindo no semi-árido 2 bilhões e
algumas centenas de milhões de reais. E mencionou,

também - o que me parece conveniente repetir - que
nós acrescentamos a capacidade hídrica, ali existente
e depositada, mais 33%, de 30 a 35% a tudo que se
fez na história do Brasil. Provavelmente, dados
semelhantes a estes podem ser vistos em várias outras
áreas de interesse do país.

Nesses três anos, nós fizemos o possível e o
impossível para reorganizar o país, reorganizar o
modo pelo qual se gerenciam os projetos, reestruturar
as fontes de financiamento - que não é uma tarefa
fácil - e chegar, finalmente, àquilo que tinha tido
chamado a nossa atenção desde os tempos da
comissão do Senador Carlos Wilson, sobre as obras
paralisadas no Nordeste. As obras estavam
paralisadas no Brasil todo. O Brasil dormia, às vezes
com pesadelo. Estamos, agora, despertando o Brasil.

Das obras que foram apontadas, creio que
60% foram retomadas, concluídas, muitas delas, não
sei o número exato. Algumas foram descartadas. Mas
algumas são obras centenárias. Algumas são obras
que vem do tempo de D. Pedro. O Brasil precisa é
disso, precisa despertar e continuar muito ativo,
continuar alerta, trabalhando, com persistência,
organização e continuidade. Por certo, essas obras
todas são bem-vindas.

Poderia acrescentar que nós irrigamos 160
mil hectares de terra. Irrigamos. Tudo isso contraposto
às necessidades do Brasil e uma gota d'água. Nós
estamos enfrentando problemas que foram legados

por gerações. O Nordeste todo sabe disso.

Infelizmente, não foi possível iniciar outras obras. Por exemplo, aqui vejo o Aluizio Alves, que é o grande inspirador da transposição do São Francisco. Está aqui presente o secretário de Políticas Regionais, e o anterior sabe disso, que no Tribunal de Contas tivemos processos de licitações parados por meses a fio. Retomamos, as obras estão licitadas. Quem sabe seja possível começar, agora na estiagem que existe no Nordeste, - pelo menos certas obras preliminares, numa antecipação do que possa vir a ser o futuro. Com os cuidados necessários com o meio ambiente, com os cuidados necessários para avaliar, efetivamente, o significado de tudo isso, mas num sinal claro de que o Brasil continua preocupado com a questão hídrica.

E por mais que se tenha feito, e por mais que nós tenhamos já em marcha - e há muita obra em marcha, os governadores estão aqui, sabem disso. Há muita obra em marcha, de adutoras, de represamento de águas, isso não vai nunca nos livrar de, de vez em quando, sofrermos as calamidades, como estamos sofrendo agora. Porque a água esta no depósito e tem a adutora, mas a água não chega lá no interior, no campo, onde a pessoa esta sofrendo da seca, efetivamente.

Essa situação obriga, portanto, que, permanentemente, nós tenhamos outro tipo de ação simultânea. A Sudene - e o Dr. Sérgio Moreira, recém-nomeado por mim, de uma forma direta, com o apoio do Vice-Presidente, meu, direto, para que nós possamos retomar na Sudene a iniciativa no Nordeste, para que o Nordeste possa cuidar de um conjunto de obras - a Sudene está, também, articulando-se para isso. Nos não podemos, pelo fato de que estamos prevendo que haverá água no futuro, esquecer de que não ha água neste momento. E, em vastas regiões do Nordeste, nós precisamos de ação imediata, e estamos tendo.

Muita gente até imaginava que talvez não fosse necessária a cesta básica. Vai ter cesta básica. Está tendo cesta básica. Porque quando, a pessoa tem necessidade, não adianta imaginar que é melhor

ter trabalho do que cesta básica. É melhor. Mas, enquanto não vem o trabalho, que chegue a cesta básica.

O trabalho está chegando, também, porque autorizei o governo federal, em articulação com os governos estaduais, para que começasse o alistamento, para que nós pudéssemos dar trabalho. Com uma inovação: além do trabalho, dentro de uma visão de dignidade do cidadão, vamos dar também instrução e capacitação. Lá, no Ceará, já ha um programa de alfabetização. Em outros estados, há programas de capacitação. Em todos os Estados há uma articulação em nível municipal. Poder-se-a dizer que custa muito tempo organizar as comissões locais, mas mais vale organizá-las, do que amanhã sermos acusados de estarmos, outra vez, introduzindo a indústria da seca. Esta não voltará. O Brasil, hoje, é um país decente e o controle da sociedade é necessário, para que a distribuição de cesta básica e o alistamento de trabalhadores seja feito com critérios, que não sejam, meramente, de interesse local, partidário, político, seja lá de quem for. Estamos fazendo, e vamos continuar fazendo o necessário para o atendimento, emergencial, do Nordeste.

Quero repetir uma informação, para que não pairesm dúvidas. Por volta do mês de outubro, alguns governadores nos alertaram sobre a seca. Fizemos reuniões aqui com técnicos. No mês de dezembro vieram novas informações técnicas, dizendo que pela configuração do El Niño, em contraposição à massa do Atlântico, dificilmente haveria seca. Estive reunido, anteontem, com o diretor do Inpe, que confirmou que, efetivamente, só no dia 9 de abril, é que se configurou uma situação, do ponto de vista técnico, em que se dizia que realmente a seca chegará lá. Por que digo isso? Porque é fácil dizer que o governo sabia e não atuou. Mas difícil é buscar o percurso para saber porque que atuou, quanto e como. E a seca que se instala, agora, efetivamente, seus efeitos, mais danosos dar-se-ão a partir da falta de colheita. Portanto, estamos agindo e organizando a distribuição de alimentos, para que não ocorram estes efeitos mais danosos, quando chegar o momento mais dramático. Mas não temos dúvida

de que nós precisaremos de muita solidariedade organizada no Brasil, do governo federal, do governo estadual, do governo municipal para com aqueles que vão ser alcançados e já estão sendo alcançados pelo flagelo da seca.

Estas obras todas, Senhores Ministros, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, senhores deputados, senadores, senhoras e senhores, são obras reestruturadoras, como disse o Ministro Krause. Era tudo que me pediam, quando comecei o governo. Que não voltasse a fazer ao Nordeste o que sempre foi feito. Obrinhas desgarradas umas das outras. Não as fiz. Fizemos obras reestruturadoras. Grandes açudes, grandes adutoras. Só em Alagoas há duas ou três adutoras. Repita-se o mesmo para o caso de Pernambuco. Lá, no Rio Grande do Norte, é a mesma coisa. Fizemos e estamos fazendo as obras reestruturadoras. Na Bahia e em todos os lados, a política do governo, na questão hídrica, foi uma política de seriedade. Só que o governo, sem perder este rumo - isso é um exemplo vivo, esse Pro-água e de hoje - não deixou de atuar, como está atuando agora, num momento agudo de um flagelo climático que ocorre.

Mas não vamos perder o rumo. O importante é continuar com as obras reestruturadoras. Porque são

elas que, efetivamente, permitem que se resolva, não a seca - essa não depende de obra - mas o problema real do Nordeste, que são os níveis de pobreza. São os níveis de pobreza. E só se melhoram os níveis de pobreza com investimento, com obras reestruturadoras e com os investimentos privados - que, por sorte, para o Nordeste, estão chegando. Estão chegando, abundantemente. E é só nós mantermos um clima de confiança no Brasil que estes recursos continuarão chegando, tantos os nossos, quanto os de fora. E, em conjunto, vamos lutar contra o maior problema, que é o da pobreza. E aprender a conviver, dominando onde possível a seca, mas aprender a conviver com ela, num patamar mais elevado, que é a disposição de melhores recursos, tanto públicos como privados, como, sobretudo, de melhor renda para os cidadãos. Por isso, essa reunião é bem-vinda, no dia de hoje, porque mostra essa conjugação de esforços e mostra que nós vamos, estamos trabalhando e continuaremos a trabalhar. E juntos, e muito solidários com povo que está sofrendo no Nordeste, vamos superando os obstáculos que se antepõem a um caminho de maior bem-estar e prosperidade para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Sessão Especial sobre Drogas da Assembléia Geral das Nações Unidas

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Sessão Especial sobre Drogas da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 8 de junho de 1998

O Brasil não cruzará os braços diante das drogas, um inimigo insidioso que ameaça o equilíbrio das famílias, a vida dos jovens e o tecido básico da sociedade.

O problema das drogas exige que sejamos claros e francos. É preciso clareza para compreender os fatores que o condicionam e franqueza para tomar sem hesitações as decisões necessárias para combatê-lo.

Vivemos em um mundo que se tornou pequeno. As distâncias e os acidentes da geografia deixaram, no mais das vezes, de ser obstáculos para a circulação de pessoas, de bens e de idéias.

Não faltam elementos positivos nessas novas circunstâncias, oportunidades de crescimento e prosperidade.

É fundamental, porém, que a crescente permeabilidade das fronteiras não funcione como um incentivo à disseminação de atos criminosos nem facilite sua impunidade.

Pessoas, bens, serviços, tecnologia e informação devem ter sua circulação facilitada. Não o crime. Não as drogas.

Desde a assinatura da Convenção de Viena contra o Tráfico Ilícito de Drogas, em 1988, alcançamos um novo plano na cooperação internacional.

No correr desta década, foi possível começar a ver a realidade com novos olhos. E poucos países terão escapado de uma surpresa negativa quanto à força

e à extensão do impacto do narcotráfico e delitos conexos sobre suas populações.

Com o tempo, chegamos todos à conclusão de que seria necessário tratar do problema de forma abrangente. Limitar a ação do Estado a um aumento da repressão provou-se insuficiente. Ficou claro que as ações de prevenção, a recuperação dos dependentes e a luta contra os delitos conexos eram também fundamentais.

A droga afeta e destrói o que o ser humano tem de mais precioso, a liberdade e a dignidade.

Se precisamos redobrar nossos esforços de prevenção, e se precisamos ser duros com o crime, com o tráfico, devemos ter igual empenho no tratamento e na recuperação do dependente de drogas, vítima do que é provavelmente a maior doença social de nosso tempo.

Quanto à prevenção, ela não deve ser apenas atemorização, mas antes a revelação de caminhos que facilitem ao jovem aceitar o desafio de ser senhor de si mesmo, diante de uma realidade muitas vezes difícil.

A guerra contra as drogas só será vencida se for conduzida em várias frentes simultaneamente. Nela, o êxito será medido, acima de tudo, pela capacidade de assegurar um futuro sem drogas à juventude de nossos países.

Sabemos hoje que a cooperação internacional é vital no combate a crimes de natureza transfronteiriça. De certa forma, todos os nossos

países são afetados pelas diferentes dimensões do problema do tráfico de drogas: a produção, o trânsito, a comercialização e o consumo.

Alcançamos uma linguagem comum, baseada no conceito de responsabilidade compartilhada. Isso é o que permite uma atuação mais coesa da comunidade internacional.

Estou aqui para assegurar-lhes que o Brasil continuará a honrar sua parcela de responsabilidade nesse esforço.

Temos participado com empenho das iniciativas regionais e multilaterais contra o narcotráfico. No âmbito bilateral, mantemos acordos de cooperação com todos os países da América do Sul e, cada vez mais, buscamos estabelecer parcerias com outras nações.

É fundamental, para nós, a estreita cooperação que mantemos com nossos parceiros no MERCOSUL.

No âmbito interno, o combate às drogas é objeto de uma aliança ampla entre todas as forças políticas da Nação, o que torna possível levar adiante a atualização das leis de combate ao crime organizado.

Foi aprovada legislação sobre lavagem de dinheiro, controle de precursores químicos, “tiro de destruição” para proteção de nosso espaço aéreo, registro e porte de armas, financiamento adicional para reequipamento de polícia, vigilância aérea da Amazônia e combate ao crime organizado em geral. Além disso, aumentamos os recursos disponíveis para a recuperação de dependentes de drogas e para as campanhas educativas de prevenção.

Estamos conscientes de que muito ainda resta por fazer, mas passos importantes já foram dados.

Estamos enviando uma mensagem clara a nossos jovens: a de que uma vida com drogas é escravidão, auto-destruição e morte. Qualquer tentativa de sugerir o contrário - qualquer glamourização do uso de drogas - é perigosa e enganadora. É mentira.

E estamos enviando uma mensagem igualmente clara aos que lucram com a ignomínia desse comércio: a de que não encontrarão no Brasil qualquer tolerância com suas atividades.

É nesse sentido que estou anunciando a proposta de criação de uma “Secretaria Nacional Antidrogas”, com a missão de definir a política nacional em matéria de drogas e coordenar todas as ações governamentais de prevenção, repressão e recuperação.

Senhor Presidente,

Desta Sessão Especial, esperamos um consenso que aponte caminhos e auxilie nossos países nessa luta comum. É no plano multilateral, e não na ação isolada ou unilateral, que encontraremos as respostas que buscamos para orientar a cooperação internacional na matéria.

A visão que estamos construindo dá-nos razões de esperança. Esta é uma ocasião cheia de promessas, um encontro com o destino que desejamos para as nossas sociedades e com o julgamento que a posteridade fará de nossa geração.

Muito obrigado.

XX Aniversário do Conselho Argentino para as Relações Internacionais

Exposição do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no XX Aniversário do Conselho Argentino para as Relações Internacionais. Buenos Aires, 16 de junho de 1998

É com especial alegria que participo hoje das comemorações do vigésimo aniversário do Conselho Argentino para as Relações Internacionais. Durante este período, o CARI tem sido, para a sociedade argentina, um instrumento valioso para compreender o que se passa no mundo e daí definir opções de política externa.

Como afirmei aqui em março do ano passado, esta instituição tornou-se referência obrigatória para todos aqueles que, vivendo ou de passagem na Argentina, pensam sobre as relações internacionais e sobre o presente e o futuro de nossa região. Isto se deve, em grande parte, ao trabalho do Embaixador Carlos Muñiz, este incansável servidor público que é também um grande amigo do Brasil.

O programa do seminário pede que o Chanceler Guido Di Tella e eu tratemos do tema – “O futuro da política internacional e suas implicações para a região”.

Nestes tempos de globalização, a relação entre a parte e o todo, ou entre o nacional e o regional, de um lado, e o mundial, do outro, não é de modo algum uma via de mão única. Ao contrário, trata-se de uma equação dinâmica.

Na verdade, a América do Sul - e, dentro dela, especialmente nossos dois países - avançou

nestes últimos vinte anos em sintonia com as grandes transformações ocorridas no mundo. Nossos países são, na atualidade, radicalmente distintos do que eram há vinte anos. E é difícil separar, na Argentina e no Brasil de hoje, o que foi resultado de condicionantes externas e o que nasceu de movimentos internos de mudança.

Desde o início dos anos noventa, estudiosos e observadores das relações internacionais têm produzido um enorme volume de análises sobre o sentido e o alcance das transformações ocorridas a partir do final da Guerra Fria e do desaparecimento da União Soviética. Não se justifica, por conseguinte, que eu aqui me estenda sobre a natureza dessas mudanças.

Atenho-me a um aspecto central: o de que deixamos de viver em um mundo dividido entre modelos políticos e sócio-econômicos opostos, em permanente confronto estratégico e ideológico, e ingressamos em um período no qual a democracia e a economia de mercado, se ainda não se tornaram propriamente realidades concretas universais, representam hoje valores que de alguma maneira servem de parâmetro a todas as nações.

Ao mesmo tempo, apesar desta maior convergência nas esferas política e econômica, de uma tendência maior à aproximação e ao diálogo entre

as nações com base em valores em grande parte compartilhados, persistem enormes distâncias nas condições objetivas de vida das coletividades e dos indivíduos dentro delas.

Vivemos num mundo em que se aprofundam as desigualdades de fato, em que a fome e a miséria absoluta continuam a exigir uma mobilização de vontades e meios que até hoje não aconteceu.

Mesmo os países mais adiantados enfrentam graves problemas na área social, seja na forma de elevados índices de desemprego, seja de crescentes disparidades na distribuição da riqueza e da recompensa pelo trabalho.

Não há, portanto, para nenhum país, razões para otimismo precipitado. Mesmo as sociedades mais prósperas mostram-se preocupadas e inseguras em relação ao futuro.

A convergência de valores e as maiores possibilidades de comunicação e aproximação entre os povos não geram por si só um mundo mais harmonioso. E, embora as tendências prevaletentes efetivamente apontem para uma comunidade internacional mais integrada, de sociedades cada vez mais abertas umas às outras, os problemas e incertezas que a todos nós afetam trazem o risco do retorno ao nacionalismo, ao protecionismo, à desconfiança, ao confronto.

Não devemos, em suma, nos orientar por uma leitura exageradamente favorável do quadro global e do que ele representa para nós, nem assumir uma postura negativa, que só enxerga ameaças, perdas e danos.

O meio internacional é uma realidade complexa e cambiante, que precisa ser tratada como tal, sem os simplismos ou automatismos que a moldura estreita da Guerra Fria nos impunha.

Refiro-me, principalmente, ao paradigma do conflito Leste-Oeste, no qual todas as questões acabavam, de uma maneira ou de outra, por serem enquadradas na lógica mais ampla da ordem bipolar. Naquele universo maniqueísta, quase tudo se dividia em a favor ou contra um dos dois blocos, ou uma das duas ideologias em competição.

E havia ainda, além dessa divisão entre Leste e Oeste, o diferendo Norte-Sul, que opunha países desenvolvidos e em desenvolvimento, sobretudo nas discussões multilaterais de temas econômicos. Também nesse campo, em dado momento, chegou-se a um nível de radicalismo e incompreensão, de parte a parte, que acabava por levar também a reducionismos excessivos.

Na era em que vivemos, infelizmente, em certas ocasiões, nota-se uma certa nostalgia dessas fórmulas, segundo as quais alguns observadores e comentaristas insistem em apontar conflitos e alianças, alinhamentos e desalinhamentos, convergências e divergências, do mesmo tipo que identificavam nos tempos da Guerra Fria, ou, ainda mais remotamente, nos velhos jogos de balança de poder.

Entre nós, tanto no Brasil como na Argentina, não são raras as manifestações desse gênero de visão reveladora de um certo saudosismo de tempos em que talvez fosse mais fácil compreender e sobretudo descrever o comportamento dos países no cenário internacional.

É claro que o desaparecimento do conflito Leste-Oeste e da linha divisória diplomática entre Norte e Sul não tornou o mundo muito mais homogêneo.

Continua a haver países ricos e países pobres; continua a haver regimes democráticos e regimes autoritários ou totalitários mesmo; continuam a existir grandes diferenças até entre modelos que se definem como pertencentes a uma mesma família, como ocorre com as chamadas economias de mercado – entre as quais os analistas costumam indicar diversas variedades, como a anglo-saxã, a européia e as asiáticas.

Além dessa diversidade de experiências políticas, econômicas e sociais, deve-se ainda registrar a multiplicação dos atores que participam, com peso cada vez maior da vida internacional, como organizações não governamentais, movimentos e partidos políticos, empresas nacionais e transnacionais, instituições financeiras, meios de comunicação de massa, acadêmicos e técnicos,

produtores culturais e artistas.

Vivemos, portanto, numa era marcada por uma crescente homogeneidade no plano dos valores e das políticas correspondentes e estes valores.

Vivemos, por outro lado, em um mundo que não somente manteve um elevadíssimo grau de heterogeneidade, seja em termos de desenvolvimento e bem-estar material, seja em termos culturais, mas também somou a essa heterogeneidade uma multiplicação cada vez maior do número dos agentes que integram a esfera internacional.

Nenhum país pode imaginar projetar-se externamente, de forma proveitosa para as respectivas sociedades, se o fizer com base em alinhamentos automáticos ou oposições sistemáticas de inspiração ideológica, geopolítica ou de corte pretensamente nacionalista.

A propósito, faria alguns comentários sobre a política externa brasileira. Para tanto, apontaria três aspectos de nossa atuação diplomática.

O aspecto dominante é, como sempre foi, a confiabilidade, apoiada, por sua vez, em três pilares.

Em primeiro lugar, em um comportamento que obedece aos princípios pelos quais historicamente nos batemos, tais como a não-intervenção em assuntos internos, a solução pacífica das controvérsias. A própria convivência harmoniosa com nossos dez vizinhos, com os quais mantemos fronteiras pacificamente delimitadas há cem anos, é atestado vivo dessa tradição.

Outro pilar essencial é o da capacidade que tivemos de manter estabilidade e coerência de procedimento e de posições ao longo do tempo. E, sobretudo, que tenhamos conseguido conciliar essa coerência com a disposição de nos renovarmos permanentemente, à luz das transformações ocorridas internamente e também das mudanças no contexto mundial.

Por fim, o terceiro pilar de nossa confiabilidade reside justamente no fato de que nossa ação externa se pauta cada vez mais pelos valores que hoje mobilizam a comunidade internacional, como os da democracia, dos direitos humanos, em todas as suas

dimensões, da preservação do meio ambiente e da não-proliferação. São valores que não importamos artificialmente para o nosso país, mas que antes correspondem às aspirações maiores de nossa sociedade, ao que queremos para nós mesmos e para o conjunto da humanidade.

No que se refere aos direitos humanos e às liberdades democráticas, o Brasil tem-se batido por sua observância em todo o mundo e, com ênfase especial, em nosso continente.

Quanto à não-proliferação, Brasil e Argentina demos um exemplo ao mundo, um exemplo que vem sendo objeto, especialmente nas últimas semanas, depois dos testes nucleares conduzidos pela Índia e pelo Paquistão, de numerosas manifestações de reconhecimento e admiração.

Não é por acaso que o Chanceler Di Tella e eu acabamos de regressar de Londres, onde estivemos a convite dos países do Grupo dos Oito para debater a situação criada por aqueles testes. Como se sabe, o caminho seguido por nossos dois países para eliminar, definitivamente, qualquer risco de corrida nuclear entre nós tem sido apontado como modelo que a Índia e o Paquistão poderiam adotar no encaminhamento de sua disputa.

A esse respeito, também por uma questão de coerência, devo insistir aqui que a responsabilidade pela não-proliferação não deve recair apenas sobre os países não nucleares ou 'quase nucleares'. As nações que já possuem há várias décadas esses artefatos de destruição em massa têm, elas sim, a responsabilidade central de avançar com segurança e determinação para o desarmamento integral e completo.

Com essa nota sobre a dimensão da confiabilidade, faço uma ponte para um segundo aspecto de nossa política externa, que eu chamaria de crítica.

Se países como o Brasil e a Argentina pautam seu comportamento internacional pelas normas e valores prevalecentes, isto nos confere autoridade ainda maior para cobrar de todos os nossos parceiros uma atuação igualmente compatível com tais

diretrizes.

Minha afirmação não se circunscreve a temas como o dos direitos humanos e da não proliferação, em que muitas vezes os interesses específicos afetam a coerência e universalidade das posições, e estende-se a outros campos.

Entre eles, ressaltaria o das negociações econômico-comerciais. Tal como voltou a fazer o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando das recentes celebrações dos 50 anos do GATT, o Brasil tem insistido vigorosamente em que a liberalização das transações internacionais não se pode restringir àqueles terrenos em que os países mais adiantados – e, portanto, mais influentes nos processos decisórios – se sintam seguros para competir em condições vantajosas.

A relutância das nações desenvolvidas em abrir seus mercados aos produtos que as economias em desenvolvimento produzem de forma competitiva ameaça a própria legitimidade política do sistema multilateral de comércio.

Como podem os países mais ricos do mundo insistir em proteger atividades nas quais comprovadamente são ineficientes, argumentando a necessidade de preservar o modo de vida de determinados segmentos de suas comunidades nacionais, ao mesmo tempo em que cobram das nações menos adiantadas que abram seus mercados independentemente dos sacrifícios que tal abertura possa impor a parcelas significativas de nossas sociedades?

Em nosso continente, na condução das negociações para a criação da futura Área de Livre Comércio das Américas, como se pode esperar que nos disponhamos a avançar com rapidez na direção de providências concretas quando ainda não está claro se a contrapartida de um novo esforço de abertura e liberalização de nossos mercados será uma efetiva ampliação de nosso acesso ao mercado norte-americano?

A reforçar nossa posição, temos aqui no Mercosul o exemplo de um processo equilibrado de liberalização, uma força positiva com resultados

espetaculares, como se comprova objetivamente pelas estatísticas de comércio.

Depois de tratar das dimensões da confiança e da crítica, chego ao último ponto, a autonomia, que eu definiria como a capacidade – neste caso, a capacidade de um determinado governo – de atuar no meio internacional com margem de escolha e manobra suficiente para seguir os caminhos delineados pela vontade da nação que representa.

Essa capacidade, que não se confunde com pretensões de auto-suficiência ou autonomia absoluta, pois nem mesmo a mais poderosa e próspera das potências pode acalantar essa aspiração, depende em grande parte da confiabilidade – e eu agregaria, para o Brasil e para a Argentina, a credibilidade que decorre do sucesso que alcançamos em nossas economias nacionais e no Mercosul.

A autonomia depende também da dimensão crítica. Uma dimensão natural para países como os nossos, capazes de olhar criticamente para suas próprias realidades, de modo transparente e objetivo, e de mobilizar-se para alterar essas realidades.

Para o Brasil, onde o desenvolvimento e a mudança são os objetivos maiores, é compreensível que desejemos ter no mundo não um papel conservador e sim um papel transformador. É preciso que países como Argentina e Brasil tenham um componente de utopia, para usar uma expressão freqüentemente empregada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, por oposição a um conformismo paralisador, em sua atuação externa.

A conformação de nossa “aliança estratégica” bilateral tem justamente este elemento de utopia, de uma visão de um futuro melhor para nossos povos. E é partir desta aliança que seremos capazes de exercer uma liderança moderna, não-hegemônica, em todo o nosso entorno sul-americano. O que se busca com a aliança é um poder de barganha acrescido para podermos participar da definição do marco regulatório mundial que vigorará no futuro.

Não podemos nos furtar a esta responsabilidade. Tanto a confiabilidade que conquistamos, como o reconhecimento da

legitimidade e da procedência da visão transformadora que temos, nos trazem como missão o dever moral e a necessidade política de uma atuação

cada vez mais coordenada, relevante, influente e proveitosa no cenário internacional.

Muito obrigado.

Almoço comemorativo do Dia do Diplomata

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em almoço comemorativo do Dia do Diplomata. Palácio Itamaraty, Brasília, 17 de junho de 1998

É sempre um especial prazer, para mim, participar da celebração do Dia do Diplomata. Muito já se falou, e com justa razão, sobre a tradição de excelência do Itamaraty, que eu próprio conheci de perto como Ministro das Relações Exteriores. É essa tradição que celebramos no dia de hoje.

E celebramos com boa razão, porque nos tempos atuais, a ação diplomática do Brasil, enraizada nessa tradição de respeitabilidade e fortalecida pelas importantes transformações ocorridas em nosso País, tem encontrado êxitos significativos, que se traduzem em uma afirmação sem precedentes do Brasil no cenário mundial.

A liderança exercida pelo Ministro Luiz Felipe Lampreia na execução sempre fiel de nossas diretrizes de política externa tem sido fundamental para isso. Quero manifestar, mais uma vez, o meu reconhecimento ao Ministro Lampreia pelo excelente trabalho que vem realizando à frente do Itamaraty.

Senhoras e senhores,

Todo país é sempre, ao mesmo tempo, potencialidade e realização. Todo país se avalia e é avaliado internacionalmente em função desses dois aspectos: o que se pode esperar para o futuro e o que já se é hoje. O Brasil não é exceção a isso.

Fomos, contudo, durante muito tempo, um país cujas realizações eram percebidas - por nós

mesmos e por nossos parceiros no exterior - como estando muito aquém de nosso potencial. Durante muito tempo, fomos o “país do futuro”.

Durante muito tempo, nossa ação externa sofreu os constrangimentos impostos pelas dificuldades que experimentávamos, internamente, para traduzir o nosso potencial como nação em realidades tangíveis.

Hoje, tudo isso está mudando. Deixamos de estar “deitados em berço esplêndido”. Já não somos meramente o “país do futuro”. O nosso futuro já começou. Já não precisamos ser julgados apenas pelo potencial imenso de nosso país.

Podemos e queremos ser julgados pelos resultados concretos que estamos alcançando em questões cruciais para o nosso desenvolvimento, para o aprimoramento de nossa sociedade e para a perspectiva de nossa inserção na economia internacional.

Fomos capazes de restabelecer, com alicerces sólidos, o sistema democrático. Nossa democracia demonstrou sua vitalidade, enfrentando sem ruptura institucional problemas difíceis, como o afastamento de um Presidente da República. Hoje, nossa democracia é chamada a responder ao desafio das reformas constitucionais necessárias para a aceleração do processo de desenvolvimento. E isso está ocorrendo, não sem esforço, não sem atrasos,

mas com a solidez e a legitimidade que resultam do jogo democrático.

A democracia levou-nos, como conseqüência natural, a uma atitude mais aberta, mais racional, em temas que hoje são de grande importância no plano internacional, como os direitos humanos, as questões sociais, o meio ambiente.

É um capítulo fechado de nossa história o período em que os direitos dos brasileiros pareciam receber maior atenção no exterior do que no Brasil.

Com a consolidação da democracia, tornou-se óbvio o que nunca devia ter deixado de sê-lo: que ninguém mais que os próprios brasileiros tem interesse em assegurar os seus direitos e prerrogativas de cidadania; que ninguém mais do que os próprios brasileiros tem interesse em proteger o nosso meio ambiente ou em garantir o uso pacífico da nossa energia nuclear. O fato de que estas são demandas genuínas da sociedade brasileira resulta em uma ampliação importante da credibilidade do Brasil no plano internacional.

Mas o avanço da democracia estaria limitado ao reino das “grandes expectativas” se não tivéssemos sido capazes de nos reorganizar também no plano econômico. E fomos. Com a estabilidade do Real, a sociedade brasileira reencontrou a sua vocação de crescimento econômico sustentado e de busca de padrões mais elevados de justiça social.

Durante décadas, a imagem do Brasil no exterior esteve associada à idéia de que tínhamos uma das taxas de inflação mais elevadas do mundo. Qualquer esforço diplomático de longo prazo esbarrava na dificuldade de convencer nossos parceiros de que podíamos fazer planos com uma autêntica perspectiva de futuro - o que não era fácil quando nós mesmos trabalhávamos com horizontes de tempo cuja exigüidade era proporcional à dimensão do processo inflacionário. O Real transformou radicalmente tudo isso, resgatando a dimensão do longo prazo. E isso também é fundamental para a diplomacia.

Além disso, desde o início dos anos 90, o Brasil abriu sua economia. Reduzimos nossas tarifas,

eliminamos barreiras não-tarifárias, aprofundamos o processo de integração com nossos vizinhos - com prioridade para o Mercosul e tendo no horizonte a integração sul-americana. Suprimimos disposições legais que estabeleciam discriminações contra empresas estrangeiras. Flexibilizamos monopólios.

O significado disso é que passou a ser muito mais concreta e tangível, para nossos interlocutores no plano internacional, a realidade do nosso mercado, que deixou de ser mera potencialidade abstrata. Na década que antecede a celebração de nossos 500 anos, o mundo redescobriu o Brasil. O aumento do volume de nosso comércio exterior e dos investimentos estrangeiros no Brasil nos últimos anos é testemunho eloqüente disso.

Essa situação trouxe para nós muitas vantagens. E também novos desafios. Um dos mais importantes consiste em que o Brasil passa a estar obrigado a enfrentar de forma mais autêntica a questão contemporânea da competitividade.

Ao mesmo tempo, passou a assumir importância ainda maior, do ponto de vista do interesse nacional, a tarefa de assegurar que os produtos brasileiros tenham acesso desimpedido e não-discriminatório aos principais mercados do mundo, em especial nos países mais desenvolvidos.

Abrimos o nosso mercado de forma significativa e é importante que isso encontre a necessária contrapartida no que se refere às nossas exportações. Há, ainda, muito a fazer a esse respeito.

Vamos continuar a aprofundar nossa atuação no âmbito do sistema multilateral de comércio e o diálogo com nossos principais parceiros comerciais para promover oportunidades de competição leal e aberta para nossas exportações. Isso é fundamental para gerar empregos e para fortalecer as nossas relações internacionais.

O crescimento das exportações brasileiras nos últimos meses mostra o dinamismo de nosso setor exportador e a capacidade, já amplamente demonstrada pelo Brasil, de responder aos desafios da competitividade. Com a vantagem de que renunciamos aos sucedâneos espúrios da

competitividade, baseados na prática de desvalorizações artificiais da moeda ou no mascaramento da ineficiência através de reajustes periódicos de preços.

No ambiente de estabilidade e de crescente inserção do Brasil no sistema internacional, estamos conquistando a verdadeira competitividade. E esta só tem um caminho: o de produzir mais, melhor e mais barato, com uma força de trabalho cada vez mais preparada e equipamentos cada vez mais modernos. Nesse caminho continuaremos e a ação diplomática do Brasil deve continuar a refletir essa orientação, como já o vem fazendo.

Senhoras e senhores,

Mencionei até agora a importância das mudanças de nossa relação com a economia mundial. Mas as realizações que alcançamos nos últimos anos abriram para o Brasil um novo espaço de atuação diplomática também no plano político.

Nos contatos com Chefes de Estado e de Governo de outros países, encontro invariavelmente respeito e interesse pelas posições do Brasil nos temas da agenda internacional.

As conversas que mantive com o Presidente Clinton recentemente, assim como as que venho mantendo com outras lideranças mundiais, têm-me revelado, sem exceção, o quanto o Brasil é cada vez mais uma voz relevante no cenário internacional.

Sei que o Ministro Lampreia tem colhido sempre essa mesma impressão, e sua recente visita a Londres foi um claro exemplo disso. Temos hoje maior espaço de atuação do que tínhamos no passado.

E esse espaço ampliado de atuação é o que nos tem permitido alcançar resultados importantes em nossa política externa.

Resultados como a consolidação do Mercosul;

os passos importantes na integração comercial e física com nossos vizinhos na América do Sul; o bom encaminhamento de nossos interesses no contexto da integração hemisférica e das pré-negociações sobre a ALCA; o fortalecimento de nossa contribuição para a paz, a segurança e a democracia em nossa própria região; e de maneira geral o reforço do prestígio internacional do Brasil.

É, portanto, muito positivo o balanço, neste meu quarto ano de Governo, de nossa ação diplomática e da consecução dos objetivos da política externa.

Durante esses três anos e meio, fui com frequência ao exterior para promover esses objetivos e para reforçar a imagem desse novo Brasil. Essas viagens cumpriram um papel importante em nossa ação diplomática e sempre encontrei uma receptividade extraordinária às mensagens que levei a nossos interlocutores estrangeiros.

No entanto, por maior que fossem os meus dotes de retórica ou a minha capacidade de convencimento, nenhuma diplomacia presidencial teria êxito se não estivesse ancorada na credibilidade que só se obtém com os fatos incontestáveis, com as realidades indubitáveis, como são as de nossa democracia, de nossa estabilidade econômica e a do reencontro do Brasil com a sua trajetória de desenvolvimento e de crescente justiça social.

É nesse espírito - o de uma diplomacia que sabe renovar a sua tradição de excelência, colocando-a a serviço de um processo de transformações - que convido os presentes a que me acompanhem em um brinde à grandeza da Casa de Rio Branco, ao compromisso desta Casa com o interesse do Brasil e à contribuição que saberá continuar a prestar ao destino histórico do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Cerimônia de Assinatura da Medida Provisória de Criação do Conselho Nacional Antidrogas

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Assinatura da Medida Provisória de Criação do Conselho Nacional Antidrogas e da Secretaria Nacional Antidrogas e Assinatura do Decreto de Regulamentação. Palácio da Alvorada, Brasília, 19 de junho de 1998

Senhores Ministros,
Senhores altos funcionários,
Senhoras e senhores,

Vou assinar hoje, como havia prometido no discurso que fiz na Assembléia Geral da ONU que tratou da questão das drogas, uma medida provisória que vai criar a Secretaria Nacional Antidrogas, assim como o Conselho Nacional Antidrogas.

Ambos estarão vinculados, diretamente, à Presidência da República, através da Casa Militar. E estarão, nesse sentido, sofrendo, portanto, uma elevação de hierarquia. E a razão é muito simples: é que, cada vez mais, o mundo todo se preocupa com a questão das drogas e, cada vez mais, esse problema das drogas ultrapassa os âmbitos antigos.

As próprias questões de segurança pública, que são questões constitucionalmente atinentes aos governos estaduais, se relacionam crescentemente com as drogas, com o tráfico de drogas e com o contrabando. Portanto, isso requer uma articulação em nível federativo. E também, crescentemente, existe uma ligação entre a questão das drogas e o crime de colarinho branco e lavagem de dinheiro, que são crimes transfronteiriços que requerem, portanto, uma ação entre Estados nacionais.

Isso não quer dizer que, com a criação desses

novos instrumentos de combate à droga, nós estejamos tirando atribuições de outros órgãos nem fazendo reparos - pelo contrário - à atuação desses outros órgãos. O Ministério da Justiça e a Polícia Federal, assim como todos os demais órgãos que têm lidado com a questão de drogas, mantêm as suas funções constitucionais. Não se trata, portanto, de esvaziar uma função para criar outra. Trata-se de complementar, pela articulação, funções que já existem e dar-lhes uma hierarquia, em nível de Presidência da República, dado o alcance desse tipo de prática e de crime.

Além do mais, o Brasil, hoje, inteirinho, está preocupado com a questão das drogas: as mães de família, os mais jovens, drogas na escola, violência ligada à droga, contrabando de armas. Enfim, uma série muito grande de crimes, e crimes que envolvem - repito - questões financeiras, de lavagem de dinheiro. Tudo isso, hoje, forma um todo. É uma preocupação grande da sociedade brasileira, como o é da sociedade nos diversos países do mundo contemporâneo.

E, portanto, é preciso que haja, também, um sinal muito claro da preocupação do Presidente da República, da instituição da Presidência, para que nós possamos agir articuladamente. Sempre

estivemos articulados mas, agora, com essa nova hierarquização.

Os senhores sabem - aqui há Ministros, por exemplo, o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas - que uma parte desse combate está localizado, precisamente, no Estado-Maior. O Ministro da Educação, porque a educação, a questão da prevenção são tão importantes quanto a repressão. Não se resolve a questão as drogas somente com repressão, há a prevenção.

Aqui há representantes do Ministério da

Saúde, do Itamaraty, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, para que possamos ter o sentimento efetivo de que, juntamente, especialmente, com o Ministério da Justiça, que é onde mais existe, digamos, atribuição constitucional para o combate às drogas, existe hoje, portanto, todo esse conjunto articulado, e o governo quer dar relevo à ação antidrogas.

Sendo assim, eu pediria que pudesse passar à assinatura do ato. Estamos, portanto, criando um sistema nacional antidrogas: uma medida provisória, uma mensagem e um decreto.

Cerimônia de Comemoração dos 90 Anos de Imigração Japonesa

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Comemoração dos 90 Anos de Imigração Japonesa. Centro Agrícola de Rolândia-PR, 20 de junho de 1998

Senhor Governador do Estado do Paraná,
Jaime Lerner,
Dona Fany Lerner,
Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros
do Japão, Keizo Obuchi, e senhora, Suzuko Obuchi,
Senhores parlamentares,
Senhor Prefeito de Rolândia,
Senhores prefeitos,
Senhoras,
Senhores,

E, sobretudo, este povo imenso que aqui está, estes jovens, os mais velhos, que estão aí, sentados, Povo deste Paraná, tão querido de todos os brasileiros,

Há três anos, nós estivemos aqui para celebrar o primeiro século da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão.

Hoje, mais uma vez, estamos aqui, para marcar o início de uma data muito significativa para todos nós, que é o nonagésimo aniversário da vinda dos primeiros imigrantes do Japão para o Brasil.

No dia 18 de junho de 1908, 791 pioneiros japoneses vieram, no Kasato Maru, para apostar aqui, nestas terras, para eles desconhecidas, então. E, desde aquela época até hoje, crescentemente, tem servido ao Brasil. São brasileiros, são gente amiga, gente trabalhadora, gente estudiosa, um dos alicerces do futuro do nosso país.

E, hoje, aqui entre nós, ainda a senhora Tomi

Nakagawa, uma daquelas pioneiras, aqui se encontra, marcando a longevidade dos japoneses, marcando o carinho que os brasileiros devotam a ela, ao homenageá-la nesta festa, marcando, para todos nós, descendentes de japoneses ou não, filhos de imigrantes ou não, que este país não seria o que é hoje se não houvesse gente como a dona Tomi, que se lançou mar afora para chegar às nossas terras. E, aqui, sentiu-se como em sua casa e trabalhou para que essa casa fosse cada vez melhor e para que cada vez mais essa casa abrigasse mais gente, descendentes de japoneses ou não.

Em 1978, quando o então Príncipe Imperial do Japão visitou o Brasil, viviam entre nós 700 mil japoneses e descendentes. Hoje, é o dobro. Quase um milhão e meio de japoneses e descendentes. E vão ser mais e mais, com uma diferença: hoje, vivem no Japão 200 mil brasileiros. E um milhão e meio aqui e 200 mil lá são uma ponte imensa que atravessa o oceano e liga, de forma indelével, firme, o Brasil com o Japão.

Hoje, ao ouvir as palavras do Ministro do Exterior do Japão - e agradeço as palavras -, ao ouvir as palavras do Deputado Ueno e, sobretudo, as palavras sentidas do Governador Jaime Lerner, ao dizer que, como filho de imigrantes, se sentia orgulhoso de ser o Governador do Paraná e de viver em um estado e em um país onde convivem etnias e culturas. Eu sinto, cada vez com mais força, que o

Brasil é grande porque tem vocês, que vieram do mundo inteiro, para encontrar nesta terra, com todo trabalho e carinho, uma possibilidade de vivermos em paz, harmoniosamente, avançando sempre, com generosidade, sem ódio, com muita confiança em nós próprios e amando o Brasil, porque amamos as nossas famílias, amamos o nosso trabalho, amamos o nosso esforço.

Eu não nasci nestas terras do Paraná. Mas, já que todos têm uma pontinha de Paraná, devo dizer também que aos japoneses nos une o fato de minha mulher, a Ruth, ter escrito sua tese de doutoramento sobre a família japonesa. E, isso, lá se vão 30 anos. E também posso dizer, com o orgulho de brasileiro, que meu pai nasceu aqui perto, em Curitiba, no século passado. E, portanto, governador, não é só o senhor que tem o coração pulsando pelo Paraná. Nós, todos

os brasileiros, nos sentimos um pouquinho paranaenses. E, como disse o governador, um pouquinho japoneses também.

E é por isso, porque nos sentimos todos tão à vontade nessa parte da imigração, porque sabemos que Brasil e Japão e, sobretudo, brasileiros de quaisquer raças e origens, vamos continuar trabalhando juntos. Eu não poderia me furtar, não tendo a capacidade que teve o governador, de falar em japonês, nem o Ministro do Exterior japonês de falar em português, dizer, pelo menos, banzai Rolândia, banzai Maringá, banzai Cornélio Procopio, Ipora, Umuarama, Paranavaí, Londrina, Curitiba, Açaí, Icurai, Floresta. Banzai o Paraná inteiro.

É a minha última palavra e de emoção para vocês todos: muito obrigado a vocês. Arigatô!

Cerimônia de Abertura do Seminário Internacional de Modelos e Políticas de Desenvolvimento

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Abertura do Seminário Internacional de Modelos e Políticas de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1998

Senhor Governador Marcello Alencar,
Senhores Ministros Paulo Renato e José Serra, da Educação e da Saúde,
Ministro Edward Amadeo, do Trabalho,
Senhor Prefeito Luiz Paulo Conde,
Dr. Iglesias, que é nosso querido Presidente do BID,
Presidente André Lara Resende,
Dr. José Antônio Campo,
Professor Luciano Martins,
Minha querida amiga Maria Luiza Solare,
Senhoras e senhores,

Não é habitual que o Presidente da República participe de seminários, mormente quando é um seminário de caráter técnico, como este. A minha presença, aqui, se deve, em primeiro lugar, ao profundo reconhecimento e amizade que quero expressar por alguém que teve uma presença marcante na vida brasileira e latino-americana, que foi Aníbal Pinto.

Acho que todos os que conhecemos Aníbal de perto sabemos o que significou a presença de Aníbal Pinto, não só na CEPAL e aqui no Brasil, mas mesmo em um panorama mais amplo. Na sua fase da revista Panorama Econômico, na Espanha, Aníbal foi também a pessoa que conseguiu, realmente, influenciar e chamar a atenção para a intelectualidade portuguesa e espanhola sobre uma série de temas que estavam sendo debatidos aqui,

na América Latina, e fez o enlace entre os dois continentes.

De modo que sobram razões para que se justifique a minha presença aqui, além da importância, em si, do seminário. Mas quero deixar bem claro que o impulso inicial meu - e eu creio, como disse o Iglesias também, da maioria de nós aqui presentes - é de prestar um tributo a Aníbal Pinto.

As razões para esse tributo ao Dr. Iglesias já disse, de forma direta e clara. Eu queria, se é possível ainda, acrescentar algo. Primeiro, do ponto de vista pessoal e, depois, do ponto de vista intelectual.

Do ponto de vista pessoal, os que tiveram a possibilidade, o prazer de conviver com o Aníbal sabem que ele foi, acima de tudo, um motivador. E, para ser motivador, Aníbal era uma pessoa que não se limitava às idéias da moda. Nenhum intelectual íntegro deve sujeitar-se à moda. É preciso que as pessoas tenham a coragem íntima para avançar, quando é necessário. Aníbal avançou sempre.

Aníbal sempre foi, ao mesmo tempo, uma pessoa profundamente enraizada, enraizada no pensamento da CEPAL e enraizada no seu amor ao Chile, no seu amor à América Latina e, ao mesmo tempo, crítico. Mas não foi crítico para devastar. Podia, eventualmente, aqui e ali, ter uma atitude mais irônica. Mas não era isso que o caracterizava. Ele foi crítico para motivar, para fazer avançar. E isto é raro, é uma qualidade rara, no meio intelectual. Um homem

que, sendo crítico, sendo, ao mesmo tempo, ligado a um conjunto de idéias, utilizava a sua capacidade imensa para motivar os outros.

Além disso - e só para dizer - na convivência pessoal, poucas pessoas despertavam a satisfação com a sua presença, como Aníbal Pinto. Em qualquer situação. Em várias, as mais distintas situações, Aníbal imantava, com a sua presença, com a sua simplicidade e sempre com a sua generosidade. Era um homem que, realmente, o tempo todo estava a motivar.

E tinha uma outra característica, que vem junto com essa capacidade motivadora: Aníbal prestava atenção às gerações mais jovens. Nunca foi um homem que se tivesse limitado a sua geração e nem aceitou pedestal. Isso é muito importante também. E acho que um intelectual verdadeiro não se coloca no pedestal: se expõe, discute, se abre. Aníbal não aceitava o pedestal. Era maestro, nós assim o chamávamos, muito freqüentemente, mas ele não assumia a posição de alguém que ensinava. Ele assumia a posição de um companheiro com alguma experiência, que encorajava. Então, creio que são características pessoais que merecem ser, hoje, recordadas.

Mas do ponto de vista intelectual também. Eu acho que não só nos seus trabalhos sobre o Chile - o Chile com uma economia difícil - como, também, no seu famoso artigo sobre a concentração do progresso técnico e dos seus frutos, na América Latina, Aníbal teve uma influência muito grande no pensamento de mais de uma geração.

E teve essa influência chamando, também, atenção para aspectos que, na época, não eram suficientemente considerados. Por exemplo, me recordo até da minha própria perplexidade - imaginem quem vai dizer isso, hoje, é o Presidente do Brasil -, porque o Aníbal Pinto se preocupava muito com a Previdência Social e, a todo instante, nos chamava a atenção para a viabilidade ou não dos esquemas de financiamento da Previdência. Isso, nos anos 60.

Confesso que, naquele momento, nos pareceu um pouco, a mim, um pouco distante das nossas

preocupações, todas elas estruturais e muito pouco conjunturais. O Aníbal já estava chamando a atenção para alguns problemas dessa natureza. E, por conseqüência, não se tinha estiolado num pensamento meramente da teoria econômica. Era alguém que via a economia política como uma economia privada, política. E, por conseqüência, que tinha uma forte preocupação, não só social, como também sob a direção a dar-se a essa economia.

Quantas vezes conversamos sobre a questão do Estado na América Latina, quantas vezes o Aníbal dizia que ele era um “ferro carrilero”, no sentido de que ele era um desses guardadores de estrada de ferro, ele guardava certas tradições de América Latina, entre elas a CEPAL que era, realmente, mais do que uma instituição não só, digamos, de estudo, mas de coordenação política. Era emblemática, era um emblema.

E ele aderiu às idéias cepalinas com esses propósitos. E não aderiu, repito, como alguém que não continua pensando. Continuou pensando, continuou criticando, mas ele usava como emblema. E, certamente, todas as suas reflexões aqui mencionadas, que vem de Prebisch, centro e periferia, encontravam sempre, no Aníbal, um eco enorme e uma enorme, também, vontade crítica de mostrar que tudo que se tentava inovar. Ele chamava a atenção e dizia: olha, isso já foi dito. No fundo, centro e periferia explicam isto aí.

Ele tinha muita implicância com a dependência. E eu também, com aquela versão, que era a versão dominante que hoje atribuem a mim. E os que me conhecem sabem que não foi minha. Ele falava, utilizei isso muitas vezes, de Frankenstein. E quando ele falava de Frankenstein, ele se dirigia a uma pessoa física que tinha duas versões da teoria da dependência, e por quem o Aníbal não tinha um particular apreço, porque era um iconoclasta - e era uma pessoa que eu respeitava - mas era iconoclasta e que na sua maneira de subir, com a melhor maneira de subir para quem quer subir depressa, e atacar quem esta por cima. Então criticavam os ícones da época e um deles foi Aníbal Pinto.

E depois esse mesmo autor, que falou tanto de dependência - Aníbal tinha uma grande implicância com a questão da dependência. Nós conversamos infinitas vezes sobre a matéria e eu não tinha discordância nisso porque, na verdade, eu pensava de outra maneira, o que hoje se chama de dependência. E ele também, acho, pensava de outra maneira. Não que estivéssemos de acordo, ponto por ponto, que nunca foi assim. Nem era do espírito dele, nem é do meu. Mas, certamente, todas as vezes que pude conversar com o Aníbal, ele foi inovador, foi incitador, como disse aqui. Pois bem. E nada mais justo do que prestarmos essa homenagem a Aníbal Pinto, no contexto de um seminário que vai discutir globalização, modelos de políticas de desenvolvimento hoje.

Eu gostaria imensamente que tivesse sido possível que Aníbal estivesse participando dessa nova etapa de discussão porque ele, certamente, teria uma visão aberta sobre os problemas que são desafiadores do mundo de hoje. E saberia fazer, recolocar os temas, mantendo a matriz mas sem se apegar a formulas, sem se apegar a dogmas, porque não era próprio do seu espírito estar vinculado aos dogmas, senão ao processo de criatividade, a busca do que está emergindo, do que é novo.

Não vou ter oportunidade, infelizmente, para mim, de assistir aos debates que vão se travar aqui, sobre essa questão das políticas e modelos de desenvolvimento. Só tive oportunidade de ler um trabalho, que foi o único que me chegou, do nosso amigo Emeric, que aqui está, e me pareceu extremamente interessante, exatamente porque também não é um trabalho definido numa forma rotineira. Tenta e trata de colocar um horizonte um pouco mais adiante sobre a questão das políticas e modelos de desenvolvimento nos dias atuais.

Acho que a reflexão sobre esse tema, inspirada pelo mesmo espírito de inconformismo que era presente na obra de Aníbal Pinto, creio que pode ser renovadora do pensamento, tanto da economia, quando das ciências sociais. Por que? Porque eu acredito que, ao invés de nós ficarmos nas dicotomias,

repetindo Emeric, que paralisam o pensamento privado e público, privado e estatal, perdão, globalização ou autarquia, tragédia urbana ou superação dos problemas urbanos. Ao invés de ficarmos nessas dicotomias que estiolam o pensamento, porque fixam parâmetros que não correspondem ao fluxo da vida, melhor será que nós pensemos de uma maneira mais criativa no que está acontecendo. E, certamente, o desafio para o próximo século é o desafio de uma economia que, ao se globalizar, ao invés de ampliar as áreas de certeza, cria riscos. E esses riscos, queiramos ou não, vão ser vividos diferentemente pelas várias sociedades nacionais. E aí me reportaria ao que nós discutimos tantas vezes na CEPAL, nos anos 60, sobre o fato de que as estruturas dão um certo marco. Mas elas não se repetem. A atualização, a repetição das estruturas dependem de processos sociais, de movimentos político-sociais. E, ao repetir, mudam.

Talvez pudesse fazer uma cópia do que eu mesmo escrevi, há alguns anos, quando estava em Cambridge, sobre a CEPAL. Escrevi um artigo chamado "A Originalidade da Cópia", em que dizia que, basicamente, o pensamento da CEPAL era encontrar as raízes dele, anteriores. Mas, ao copiar, se criou.

Aqui não é a mesma coisa, mas repito isso. As estruturas globalizantes, ao se refazerem, a cada dia, em cada situação, mudam. E quem não captar esse movimento, quem ficar apenas repetindo o que está determinado pelas estruturas, não apreende o fluxo da realidade nem é capaz de ter políticas. Vai, apenas, ou fica em uma explosão negativista, contra, ou num conformismo absoluto, também, inconseqüente. Pelo contrário, o que é preciso é ter o discernimento de ver que alternativas há, como se constroem essas alternativas e, portanto, de fazer política.

Não tenho possibilidade de me estender longamente, para não tolher o tempo dos outros - mas diria que o desafio do próximo século deixa de ser o desafio da economia, passa a ser o desafio da sociedade. Nós temos que reinventar a sociedade.

E, ao reinventar a sociedade, se é verdade que a base estrutural e econômica está dada - e está dada por um período que vai ser duradouro, porque houve uma transformação profunda na forma de produzir - se isso está dado, não está dado da maneira pela qual as sociedades vão reelaborar essa mesma base produtiva e, portanto, vão ter alternativas.

Nós temos que reinventar a sociedade. Nós temos que ver o que fazer com o trabalho, com o emprego, o que fazer com a tecnologia. Essas conseqüências, que o Aníbal anteviu, na concentração dos frutos do progresso técnico, estão aí, à vista, de uma maneira global. Como reagir a isso? Que instituições criar para isso?

E, ao reinventar a sociedade, há que reinventar a forma de distribuir o poder. E o poder, hoje, não se distribui só localmente, se distribui internacionalmente. E há uma descompensação entre o poder institucionalizado, que se distribui dentro do país, que são o Estado, os partidos, etc. - sem falar em outro assunto, que é a crise dos partidos - e, por outro lado, a inexistência de formas legitimadoras do poder, em nível global.

Então, ao reinventar a sociedade, como a sociedade, hoje, é uma sociedade humana, da Humanidade, não e só a sociedade local, nós vamos ter que pensar, no decorrer do próximo século, as instituições ordenadoras desse novo mundo.

Então, digamos, o horizonte que se abre para os economistas, para os cientistas políticos e os sociólogos, e imenso, de imaginação, de criatividade, de visão mais além. Eu costumo dizer: de uma utopia viável. O mundo não vive sem utopia. Não vive, sem que projete alguma coisa.

E creio que esse é o momento em que Aníbal Pinto faz uma falta enorme. Porque ele nos ajudaria

a projetar alguma coisa, consistente, sem negar, sem querer quebrar máquinas, como em outra época da história do capitalismo, sem querer quebrar as máquinas, mas sem imaginar que a máquina vai esmagar o homem ou que as formas modernas de produção não dão margem, mais, a formas de sociabilidade capazes de contemplar um certo tipo de progresso, que não seja só material, mas que seja espiritual e que seja de distribuição de recursos na sociedade.

Creio que esse é o nosso desafio. Desafio que é duro de ser realizado, tanto intelectualmente e, mais ainda, na prática, mas que requer um pensamento vivo, livre, um pensamento que permita, realmente, divisar, no meio de tantas conformidades e de tantas limitações, divisar, também, um imenso horizonte de possibilidades. E acho que o século que se aproxima, ao invés do que muitos pensam, venha a ser um século de uma tremenda catástrofe e da exclusão - certamente há exclusão, não sei se maior ou menor do que foi no passado, que foi muito grande, também, certamente há exclusão, mas não é essa a questão. A questão é de como se imagina uma forma de sociabilidade capaz de, sem quebrar máquinas, simbolicamente, permitir que haja progresso. Se é que a expressão não soa muito ao século XVIII e ao século XIX. Mas, de qualquer maneira, que não haja concentração dos frutos do progresso técnico e que se possa, realmente, divisar, utopicamente que seja, uma sociedade mais justa, mais democrática e melhor para ser vivida por todos nós.

Aníbal nos ajudaria muito a pensar, sem rancores e sem dogmas, o mundo do futuro.

Muito obrigado.

Cerimônia de Assinatura de Atos Relativos ao Ministério do Meio Ambiente

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Assinatura de Atos Relativos ao Ministério do Meio Ambiente. Navegantes-SC, 26 de junho de 1998

Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Dr. Paulo Afonso Vieira,

Senhor Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha,

Senhor Senador Casildo Maldaner,

Senhor Senador Esperidião Amin,

Senhores parlamentares,

Senhores ex-Governadores de Santa Catarina, Jorge Bornhausen e Antônio Carlos Konder Reis,

Senhores prefeitos,

Demais autoridades presentes,

Senhoras e senhores,

Mais uma vez, pisando nesta terra boa de Santa Catarina, iniciando aqui, por Navegantes - e sendo já recebido por essa manifestação tão simpática por parte do prefeito e pela acolhida dos senhores aqui, neste aeroporto - minhas primeiras palavras são de reconhecimento a este estado, a este povo generoso, trabalhador, que tanto tem ajudado o Brasil.

O novo do Brasil, eu diria, está simbolizado por esses envelopes que estão nas mãos dos prefeitos. O novo no Brasil não é o fato de que nós estamos fazendo obras grandes. Estamos. Estamos fazendo obras importantes.

Agora mesmo, eu vim de Osório, no Rio Grande do Sul, onde fomos dar início às obras de

duplicação da BR-101. Aqui, em Santa Catarina, nós vamos verificar, daqui a pouco, a existência de um túnel e o avanço das obras desta estrada. Estamos fazendo. Não há estado do Brasil que não tenha uma marca de alguma obra importante feita pelo governo federal, sempre que possível, em cooperação com o governo estadual e com as Prefeituras, e sempre orientando todo os nossos esforços e o nosso trabalho na direção de reestruturar o Brasil. Jamais por função apenas de um pedido, por mais justo que ele seja. Sempre dentro de um embasamento, de uma visão de um novo Brasil, que se articula e tem eixos de desenvolvimento, ao invés de, meramente, pólos de desenvolvimento. Eixos que estão se adensando. Nós estamos assistindo aos portos, que estão avançando, às estradas, às fontes de energia e por aí vai. Aqui mesmo, em Navegantes, há um exemplo vivo desse esforço novo, de um porto que, hoje, é exemplo, pela sua atividade, pela capacidade que teve de se renovar.

Mas o que significa mesmo uma mudança no Brasil é o fato de existir a ação local, é o fato de existir em um município quem trabalhe, uma população que vigia o trabalho, um prefeito entrosado e o fato de nós estarmos, hoje, firmando esses convênios é muito importante. Nós estamos firmando convênios em uma quantidade jamais havida no Brasil. Eu não saberia dizer quantos foram firmados

em Santa Catarina.

Recentemente, fui ao Pará. O Ministro Padilha estava comigo lá. E, até para a nossa surpresa, o número de convênios firmados, durante esses três anos e meio de governo, foi de 1.800. 1.800 convênios. Santa Catarina, diz o Ministro - eu não tenho porque duvidar da palavra dele - supera isso, seguramente.

Este é o novo no Brasil. O novo é que nós, hoje, já não temos, simplesmente, Brasília comandando ou pensando que comanda e o resto do Brasil assistindo a um espetáculo que não entendia muito bem porque isso e porque não aquilo. Hoje, há entrosamento. Esse entrosamento requer um ambiente de harmonia, de democracia, de compreensão das dificuldades, da tentativa de convergência de esforços. E, nessa convergência de esforços, a ação dos prefeitos é fundamental.

Dificuldades, nós sabemos que há. Há muitas. Há muitas na sociedade, com o emprego, com o desenvolvimento. Queremos crescer mais depressa. Estamos lutando para baixar as taxas de juros. Estamos lutando para criar programas novos, que ofereçam mais empregos à população. Sabemos que tudo isso é necessário, mas a confiança que nós mantemos no Brasil deriva do fato de que essa sociedade despertou. Nós, hoje, vivemos em um país cuja sociedade está muito mais aberta. Ela é mais reivindicante, mas ela também é mais capaz de se organizar e de atuar de uma forma coerente e consistente.

Há pouco, lá, no rio Grande do Sul, eu dizia que nós podíamos pensar em uma espécie de novo contrato para a nossa sociedade. Contrato esse que não é apenas uma relação do Estado com o povo em geral ou do Estado com o município e com os estados locais - da União com os estados locais. Contrato que tem a ver com o modo de pensar o país. Nós estamos criando - e precisamos criar com mais consciência - uma nova sociedade, um Estado reformado - e eu me empenho pela reforma do Estado. Toda gente sabe que eu tenho lutado pelas reformas. É porque elas são condição para que nós

tenhamos uma nova sociedade. Daí, o meu empenho e a minha luta pela manutenção da estabilidade do Real - e aqui muitos são testemunhas disso. Tomei medidas duríssimas no ano passado, que custaram muito ao povo e a mim, como Presidente. Tudo isso é necessário porque, sem uma moeda firme, não há possibilidade de um Estado renovado, nem há possibilidade de previsão, nem de ação coordenada.

Mas nada disso substitui o essencial. O essencial é uma nova sociedade. E é para esse desafio que nós estamos nos preparando para o novo milênio. No novo milênio, nós temos que viver numa nova sociedade, na qual não apenas exista essa articulação, que está se formando, dentro do aparelho administrativo e político, entre União, Estados e Municípios, mas exista, também, uma consciência muito viva da própria sociedade, da necessidade de ela ser mais solidária, de ela se integrar, de ela entender mais os problemas e as dificuldades e vice-versa, dos governos entenderem melhor os problemas e as dificuldades do povo e que tudo isso esteja cimentado pela cidadania e pela noção da dignidade de cada pessoa, a dignidade do cidadão.

Se hoje nós estamos, aqui, concedendo pequenos auxílios, para que os prefeitos possam atuar, nas suas regiões, é pensando na pessoa humana, no cidadão que vai usufruir do benefício. É um benefício grande e importante porque fundamenta, mas não é sensível à pessoa. O que é sensível à pessoa é o pequeno, é aquilo que ela sente no dia-a-dia.

Então, eu espero que os senhores prefeitos, e eu tenho certeza, que o governador aquiesce as minhas palavras, e também a liderança toda aqui presente, nós esperamos que esses recursos sejam apenas um estímulo e um incentivo, para que nós continuemos nesse caminho de refazer o Brasil, com uma sociedade melhor, mais justa, mais democrática, no qual o povo se sinta, como se sente, cada vez mais, orgulhoso do país que tem. E, embora reconhecendo as dificuldades, também confiante de que elas serão superadas.

Agradeço muito a todos. Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Ata de Retificação do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, entre os Governos dos Estados Partes do Mercosul e o Governo da República da Bolívia. Montevidéu, 9 de janeiro de 1998

Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos dos Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Chile. Montevidéu, 23 de janeiro de 1998

Vigésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre Brasil e Uruguai. Montevidéu, 11 de fevereiro de 1998

Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços - GATS. Genebra, 27 de fevereiro de 1998

Emenda ao Anexo I e dois Novos Anexos VIII e IX à Convenção de Basiléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotados na IV Reunião da Conferência das Partes. Kuching, Malásia, 27 de fevereiro de 1998

Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Promoção de Comércio nº 4, Sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Montevidéu, 5 de março de 1998

Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Montevidéu, 5 de março de 1998

Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Montevidéu, 5 de março de 1998

Ata de Retificação do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Promoção de Comércio nº 4, sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Montevidéu, 16 de março de 1998

Declaração Constitutiva do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa. Lisboa, 21 de março de 1998

Protocolo de Privilégios e Imunidades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Kingston, 27 de março de 1998

Ata de Retificação do Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Montevidéu, 13 de abril de 1998

Acordo de Alcance Parcial nº 11 ao Amparo do Artigo 14 do TM-80, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (Estados Partes do Mercosul) e Colômbia, Equador, Peru e Venezuela (Países-Membros da Comunidade Andina). Acordo Quadro para a Criação da Zona de Livre Comércio. Buenos Aires, 16 de abril de 1998

Acordo de Alcance Parcial nº 12 ao Amparo do Artigo 25 do TM-80, "Acordo-Quadro de Comércio e de Investimento", entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (Estados Partes do

MERCOSUL) e Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Santiago, 18 de abril de 1998

Convenção Emendada da Organização Internacional de Telecomunicações Móveis por Satélite (INMARSAT) e Emenda ao Acordo Operacional daquela Organização, ambos de 03.09.76. Londres, 24 de abril de 1998

Emendas aos artigos 24 e 25 da Organização Mundial de Saúde. Genebra, 16 de maio de 1998

Convenção de Tampere para Fornecimento de Recursos de Telecomunicações para Minimização de Desastres e para Operações de Socorro. Tampere, Finlândia, 18 de junho de 1998

Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 25, entre o Brasil e o Peru. Montevidéu, 24 de junho de 1998

Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 27, entre o Brasil e a Venezuela. Montevidéu, 25 de junho de 1998

Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº 10 (Protocolo de Adequação), entre o Brasil e a Colômbia. Montevidéu, 25 de junho de 1998

Décimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº 11, entre o Brasil e o Equador. Montevidéu, 25 de junho de 1998

Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos dos Estados Partes do MERCOSUL e o Governo da República do Chile. Montevidéu, 25 de junho de 1998

Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos dos Estados Partes do MERCOSUL e o Governo da República do Chile. Montevidéu, 25 de junho de 1998

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Notas para a exposição do Senhor Presidente da República na sessão plenária intitulada “Complementing the market economy”, no “World Economic Forum” (tradução para o português do original em inglês). Davos, Suíça, 31 de janeiro de 1998

1. Introdução: definir os termos da discussão

- A consciência do impacto da globalização sobre as economias nacionais tem levado a uma renovação do debate sobre as questões da justiça social, do desemprego e da exclusão. Tem salientado a necessidade de entender o modo de funcionamento dos mercados - tanto no plano nacional como no internacional - e de compreender as razões pelas quais eles, às vezes, não funcionam satisfatoriamente.

- Nas discussões na imprensa e nos debates políticos, o problema é freqüentemente apresentado como uma busca de “culpados”. Este não é o enfoque mais útil. É muito importante que façamos o esforço de esclarecer os diferentes elementos do problema.

- Em particular, é necessário distinguir entre dois aspectos da questão da “complementação da economia de mercado”:

a) De um ponto de vista estritamente econômico. Aqui, os responsáveis por decisões públicas são chamados a responder à questão: que tipo de regulamentação é recomendável, em cada situação particular, para assegurar que os mercados funcionem de forma apropriada? Dou ênfase à expressão “em cada situação particular”, porque, circunstâncias específicas.

b) De um ponto de vista mais político. Aqui, os responsáveis por decisões públicas devem enfrentar a questão de saber se os mercados - independentemente de sua eficiência em termos meramente econômicos - podem proporcionar os instrumentos adequados para alcançar os objetivos comuns estabelecidos em uma sociedade democrática. Nesse plano, a questão já não é de eficiência, mas de valores.

- Se essa distinção soa acadêmica aos senhores, sugiro que vale a pena reconsiderá-la. De fato, ela é essencial para evitar tanto a “ideologização” de discussões econômicas quanto a “tecnocratização” de discussões sobre valores.

- É supérfluo lembrar que, em situações concretas, as coisas tendem a se misturar. Os Presidentes têm consciência muito nítida desse fato. Em minha experiência, contudo, essa distinção tem-se revelado extremamente útil para ajudar-me a entender o que está realmente em jogo em cada caso específico.

2. O lado econômico da questão

- O mercado, como um mecanismo “perfeitamente” competitivo, responsável pela maximização da eficiência na produção e na distribuição, é um “tipo ideal”, uma construção teórica que pode ter utilidade na teoria econômica. Mas seria um erro grave, para qualquer homem público, acreditar que essa idéia possa encontrar uma correspondência “perfeita” na realidade.

- Com efeito, uma parte da própria teoria econômica é dedicada ao estudo das circunstâncias nas quais o mercado deixa de realizar aquilo que dele

se esperaria: a boa organização da economia.

- Um exemplo claro, e relevante nos tempos atuais, são os mercados financeiros, que têm uma longa história de crises. Ninguém, em sã consciência, questionaria a necessidade de regulamentação para prevenir ou, ao menos, minimizar o impacto dessas crises. Os problemas recentes na Ásia trouxeram à primeira linha de consideração - entre outras coisas - a questão da regulamentação bancária e dos problemas que tendem a se manifestar quando os padrões de regulamentação ficam aquém do que é necessário.

- É claro que uma preocupação central para os responsáveis pela regulamentação deve ser, como se diz, a de evitar de “jogar a criança fora com a água do banho”: devem cuidar para que as normas adotadas façam o mercado funcionar de forma mais eficiente e para que, ao fazerem isso, não sufoquem os complexos e sensíveis mecanismos de mercado que são essenciais para estabelecer os incentivos certos e para transmitir a informação necessária para investidores e consumidores em suas decisões livres. Se queremos ter os “ovos de ouro”, devemos alimentar e cuidar bem da “galinha”, e não matá-la.

- Mas, como já disse, essa é uma discussão técnica e eu a deixo para os economistas. Quero mencionar, apenas, que no Brasil, como a maioria de vocês deve ter conhecimento, temos nos esforçado para deslocar o foco da intervenção do Estado na economia da produção para a regulamentação. Assim, estamos eliminando restrições ao investimento privado e áreas como a do petróleo, energia, telecomunicações, transporte - áreas antes designadas como exclusivas do Estado, ou de predominância do Estado - estão se abrindo para a iniciativa de empresários brasileiros ou estrangeiros.

- Ao fazer isso, estamos também aperfeiçoando o quadro normativo em áreas cruciais da economia, com a adoção de leis avançadas e o estabelecimento de novas agências reguladoras, que se baseiam na transparência e na forte participação dos diferentes setores da sociedade e estão, assim,

em melhores condições para prover diretrizes ao mercado sem os subprodutos costumeiros do clientelismo ou do fisiologismo.

- Um comentário breve sobre a necessidade de “complementação da economia de mercado” no plano internacional. A globalização da economia, inclusive no que se refere à produção e aos fluxos financeiros, engendrou uma nova situação, com novos desafios. As estruturas internacionais de regulamentação estão claramente atrasadas com relação às tendências do mercado. As respostas às novas questões não são, de forma alguma, óbvias, e certamente não serão encontradas em esquemas simplistas. Mas as recentes turbulências de mercado demonstraram nitidamente a necessidade de mecanismos criativos que possam, ao mesmo tempo, preservar as vantagens de um mercado globalizado e prevenir ou minimizar crises.

3. O lado político ou social da questão

- Aqui, o assunto já não é técnico, mas político. Envolve a dimensão dos valores. E, em nosso tempo, a questão ética mais premente é a da justiça social.

- Este é, talvez, um desafio maior e mais difícil. As sociedades democráticas não podem, e não devem, ignorar os problemas sociais. No Brasil, como nos demais países latino-americanos, há uma consciência mais aguda dos problemas da pobreza, da exclusão social, do desemprego e da necessidade de chegar a um padrão mais equilibrado de distribuição da renda. Essa exigência deve ser preenchida, porque ela é fundamental para a preservação do tecido social.

- A globalização tornou esse desafio ainda mais urgente.

- Seria um erro grave acreditar que a definição dos caminhos futuros de uma sociedade pudesse ser deixada a cargo das forças de mercado. O mercado envolve-se extensamente com os valores de troca, mas tem pouco a dizer sobre os valores éticos. Isso não deve ser visto como um “defeito”. Simplesmente, não é da natureza do mercado fazer

isso. Responder a esse desafio é a função da democracia: a construção de uma esfera autenticamente pública, na qual os cidadãos livres discutam abertamente sobre valores e objetivos, com vistas à definição do que deva ser considerado como o interesse público.

- Isso nos leva a reconhecer a necessidade de uma versão renovada dos ideais social-democráticos. Um Estado preocupado com o bem-estar de seus cidadãos não é, de forma alguma, uma má idéia. Na realidade, é uma idéia indispensável. Mas já não pode existir nas linhas de esquemas “populistas” e ultrapassados.

- A esse respeito, a experiência recente do Brasil tem sido interessante. O “Plano Real” e os progressos na área da reforma do Estado alteraram significativamente a agenda. Três pontos podem ser destacados:

a) É inútil engajar-se em programas voltados para a redistribuição da renda quando tais programas são contraproducentes. A ação do Governo no campo social deve ser coerente com os objetivos da estabilidade econômica e o crescimento econômico. De outra forma, o que o Governo dá com uma mão

ele retira com a outra, através do “imposto inflacionário”, que afeta precisamente os setores mais vulneráveis.

b) Para ser eficaz, o Estado deve operar em uma moldura de transparência e responsabilidade, deve estar sob o controle estrito dos que são, precisamente, o alvo de suas ações. O controle das ações do Governo pelos cidadãos é essencial para garantir que em cada Real gasto na área de seguridade social, educação, saúde, etc., nenhum centavo será desperdiçado em mediações burocráticas desnecessárias ou, o que é pior, desviado para outras destinações.

c) O “público” não é, necessariamente, sinônimo de “Estado”. Devemos ser cuidadosos para evitar de pensar em termos de “ou o mercado ou o Estado”. Há um amplo espectro de oportunidades para a ação social entre esses dois pólos extremos. Há espaço para parcerias novas e criativas, para iniciativas de solidariedade no âmbito da sociedade, que respondam a necessidades públicas - às vezes com mais eficiência do que o próprio Estado - , mesmo não sendo “públicas” no sentido tradicional do termo.

“Brasil: opção pela ONU”.

Artido do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal do Brasil e no Estado de S. Paulo, 4 de março de 1998

Desde o final da Guerra Fria, tornou-se lugar-comum, dizer que o mundo vive um período de transição. Na realidade, as pessoas têm uma tendência compreensível a valorizar o período de que são contemporâneas. Afinal, não deixa de ser estimulante imaginar que a História irá registrar como decisivos acontecimentos a que assistimos, ou dos quais participamos de alguma maneira.

Há instantes, no entanto, sobre cuja importância se pode falar com maior grau de objetividade. Entre eles figuram aqueles nos quais as transformações em curso - as mesmas que induzem o sentimento de estarmos diante de um período de transição - são postas à prova. A atual crise em torno do Iraque é claramente um desses momentos. É evidente a relevância intrínseca do esforço da comunidade das nações para evitar a produção, armazenagem e eventual emprego por aquele país de armas de destruição em massa, que constituem grave ameaça à paz internacional e à vida de centenas ou milhares de seres humanos. Além dessa faceta mais concreta do problema, há também implicações de natureza mais abrangente, pois os desdobramentos das últimas semanas podem ajudar a responder, ainda que parcialmente, a perguntas fundamentais: quanto mudou a ordem internacional no chamado pós-guerra Fria; como mudou; e em que direção continuará ou não a mudar?

A resposta a essas indagações não é algo que devemos aguardar passivamente. Ao contrário, essa

resposta está sendo construída ininterruptamente pela comunidade internacional, em especial quando se vê confrontada com desafios como o da presente crise iraquiana.

Na essência, trata-se de determinar até que ponto estamos mesmo transitando da velha ordem do conflito Leste-Oeste para outra em que as regras e resoluções adotadas coletivamente pela comunidade das nações se fazem cumprir, em que os organismos internacionais, a norma multilateral, é capaz de prevalecer sobre o uso desimpedido e unilateral dos recursos de poder, seja na área político-militar, seja no campo econômico, em particular no comércio internacional.

Nesse ponto residem elementos básicos da posição adotada pelo Brasil no caso em questão: primeiro, a condenação ao Iraque pelo descumprimento das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, especificamente, neste caso, no que se refere à verificação da completa destruição de arsenais nucleares, químicos e biológicos; segundo, a defesa do acesso pleno e desimpedido pelos inspetores da ONU a todos os locais sobre os quais possam pairar dúvidas; terceiro, o empenho no sentido de que se explorem até o limite máximo todas as possibilidades para o encaminhamento diplomático de uma solução pacífica; quarto, a nossa determinação e insistência em que todo o processo seja conduzido no âmbito do Conselho de Segurança, de acordo com os termos da Carta das Nações Unidas e das resoluções pertinentes, inclusive se, havendo falhado todos os meios diplomáticos, for necessário o recurso à força. Vale lembrar que, em sua condição de membro não-permanente do Conselho, desde 1º de janeiro o Brasil

tem participado ativamente das deliberações relativas à crise, seguindo a posição que acabo de descrever.

É preciso compreender que as posições diplomáticas do Brasil não são construídas isoladamente, caso a caso, no calor dos acontecimentos. Elas resultam da combinação de princípios que orientam historicamente nossa política externa, princípios que, por sua vez, correspondem a valores e interesses. No caso da situação objeto deste artigo, estão em jogo princípios que consideramos essenciais. Primeiramente, e acima de tudo, trata-se de instância em que a comunidade das nações busca obter de um de seus membros, o Iraque, o pleno cumprimento de decisões internacionais, mais precisamente de resoluções do Conselho de Segurança, cuja observância é obrigatória para os países signatários da Carta das Nações Unidas (e o Iraque é um deles).

O Brasil e a imensa maioria das nações desejam e têm interesse em um mundo no qual as normas da convivência internacional sejam obedecidas. Isto é especialmente claro nas questões vinculadas à segurança, mas deve valer igualmente para as outras áreas do relacionamento entre os países. Não pode haver complacência com comportamentos de desafio insistente à comunidade internacional.

Além disso, a crise atual representa não apenas um teste à capacidade da comunidade internacional de fazer cumprir suas determinações, mas também uma prova à nossa capacidade de fazê-lo segundo as normas do direito internacional e, salvo que se tenham esgotado todas as possibilidades para tanto, por meios pacíficos.

Por princípio, por sua tradição de convivência externa pacífica e de apego ao direito internacional, e pelo interesse de um país que sempre se bateu por uma ordem mundial em que a diplomacia e a negociação prevaleçam, o Brasil saúda as perspectivas que se vêm consolidando nos últimos dias - especialmente desde a missão de bons ofícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan - para a superação da crise pelos caminhos da

diplomacia, caminhos nos quais temos orgulho de haver persistido sempre.

“O Euro e a Moeda Única do Mercosul”

Artido do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no Gazeta Mercantil, 6 de abril de 1998

O projeto de uma Europa unida, mais forte economicamente e livre de conflitos como os que a minaram durante a primeira metade do século, passará a uma etapa de fundamental importância com a introdução do Euro como moeda comum, a partir de 1999. Ao culminar um processo de integração já quase cinquentenário, a união monetária trará, para além de suas conseqüências imediatas entre os países europeus, mudanças de grande alcance tanto para a economia quanto para a política internacional, com reflexos inevitáveis, e em grande medida positivos, para o Brasil.

A mais abrangente, e talvez a menos ponderável, das conseqüências decorrentes do Euro dirá respeito ao equilíbrio de poder no sistema internacional. O êxito da moeda comum significará maior unidade entre os países comunitários e, conseqüentemente, maior projeção da União Européia como potência política e econômica. Muitos identificam na Europa de hoje uma potência de atuação internacional aquém de suas possibilidades: a uma enorme disponibilidade de recursos de poder no continente como um todo não corresponde uma capacidade proporcional de mobilizá-los em favor de políticas comuns, o que se explica pelas dificuldades naturais de coordenação entre países com histórias e identidades distintas. O Euro, que implica significativa cessão de soberania nacional na gestão econômica do Estado e, portanto, uma das mais ousadas tarefas de coordenação entre países, tenderá a fortalecer a unidade européia, ao torná-la mais madura para políticas comuns, inclusive para uma política externa única. A conseqüência prática da maior projeção européia poderá ser, assim, um progressivo reequilíbrio de forças no sistema internacional, no sentido da desconcentração do

poder mundial e da redução do espaço para o exercício do unilateralismo.

Do ponto de vista estritamente econômico, a implantação da nova moeda também terá efeitos muito expressivos. Para o comércio exterior, por exemplo, e isto se aplica diretamente ao Brasil, o Euro deverá permitir uma redução dos custos das transações. A unificação efetiva do mercado europeu tornará mais rápido o transbordo de mercadorias em todos os países aderentes ao Euro e naqueles que o utilizarem como moeda de referência (a Europa Central, as zonas bálticas e mediterrâneas e mesmo escandinavas e britânicas).

Os efeitos tenderão a ser mais impressionantes na área de investimentos. As empresas e os bancos europeus poderão fortalecer-se nos mercados globais e dispor de maior volume de recursos – a soma das poupanças nacionais e das pequenas sobras marginais, antes atomizadas em mercados segmentados – para aplicações de risco nas economias intra e extra-européias. A Europa tenderá a liberar somas maiores de dinheiro, numa única denominação, o que lhe poderá permitir retomar a posição privilegiada que mantinha no século XIX como principal exportador líquido de capitais para os países emergentes.

Também nos mercados financeiros, uma fonte uniforme de créditos produzirá maior volume de recursos do que a soma dos mercados financeiros nacionais. Os custos de captação tenderão a ser reduzidos, bem como, no caso dos empréstimos com combinação de moedas, os encargos adicionais derivados da mobilização de diferentes denominações. A concorrência da oferta poderá também reduzir as taxas de juros e eventualmente os prêmios de risco.

A introdução do Euro também poderá criar a oportunidade de se realizar a reforma do sistema financeiro internacional, necessária desde o desmantelamento dos fundamentos de Bretton Woods em 1971. Não apenas se terá de rever a composição dos chamados “Direitos Especiais de Saque” do FMI - hoje baseada num “coquetel” das

cinco principais moedas, das quais duas, e talvez três, desaparecerão - como as novas paridades implicarão igualmente uma redistribuição do poder no “board” das instituições internacionais, mesmo porque o futuro Banco Central Europeu deverá assumir um mandato amplo de representação européia, antes dividido entre os países comunitários.

Para o Brasil e seus parceiros no Mercosul em particular, o sucesso do Euro estimulará o debate sobre a unificação monetária na região. Como no caso da União Européia, o objetivo do mercado comum traçado pelos países do Mercosul aponta para uma crescente convergência de políticas econômicas, que não pode excluir a utilização de um meio circulante único. Para parceiros que almejam integrar mercados de bens, serviços e fatores de produção e, gradualmente, coordenar a gestão de suas economias, a unidade da moeda é instrumento valioso para o aumento da competitividade e da eficiência na alocação de recursos.

Os benefícios de uma moeda única do Mercosul não seriam, no entanto, apenas de ordem econômica, mas também políticos. Todo o processo de integração do Mercosul sempre teve duplo alcance: ao mesmo tempo em que se integravam mercados, aproximavam-se os governos e as sociedades dos quatro países. Além da meta do desenvolvimento, há um sentido político de busca da paz e da cooperação a orientar a integração econômica. A moeda comum tenderia a reforçar esta unidade, ao contribuir para a convergência de políticas públicas e ao desenvolver ainda mais os vínculos entre as sociedades. A moeda é muito mais do que um objeto de troca; compõe a própria identidade de uma população. Uma moeda do Mercosul seria, portanto, um elemento fundamental na promoção de uma comunidade de valores entre brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios.

A união monetária não pode ser, no entanto, um alvo imediato, a ser alcançado a todo custo e a qualquer preço, o que necessariamente engendraria o risco de tentativas fracassadas e a frustração de um objetivo político de transcendental importância para

o nosso mercado comum. A grandeza da tarefa exige realismo e moderação no ritmo e na maneira de executá-la. A União Européia, por exemplo, percorreu um longo caminho de harmonização cambial - que compreendeu a serpente monetária de começos dos anos 70 e o Sistema Monetário Europeu, vigente desde então - até estipular em Maastricht, em 1992, a meta da moeda única a ser introduzida em 1999.

Para o Mercosul, duas condições são indispensáveis para caminharmos em direção à moeda única: a primeira é passarmos, com gradualismo e respeitando as peculiaridades das quatro economias, do estágio atual de concentração da agenda em temas comerciais para uma fase de progressiva harmonização de políticas econômicas, como a política tributária, a de mercado de capitais e outras; a segunda condição é ganharmos experiência na coordenação entre os países em matéria cambial, um dos fundamentos do bem-sucedido exemplo europeu.

Nesse sentido, serão organizados, tanto no Brasil quanto na Argentina, seminários para aprofundar os estudos do tema em todos os seus aspectos, exercício em que é indispensável a participação de empresários, trabalhadores, comunidade acadêmica, imprensa e Congresso Nacional. O Governo da Argentina, na condição de Presidência Pro Tempore do Mercosul, prevê realizar em abril um primeiro encontro sobre o assunto, e o Itamaraty, por meio da Fundação Alexandre de Gusmão, também deverá realizar um seminário sobre a moeda comum, no segundo semestre.

Certamente, o Mercosul, com o benefício do exemplo e da avaliação dos obstáculos enfrentados pelos europeus, necessitará de menos tempo para chegar a uma moeda única, à semelhança da criação de nossa união aduaneira, que nasceu de gestação bem menos longa do que a européia. O que importa é que, como tudo o que já se fez no Mercosul, o projeto da união monetária deve resultar da combinação entre o objetivo maior do desenvolvimento dos quatro países e da vontade

política de aproximar as quatro sociedades, em favor da prosperidade e da paz na região.

“Brasil e Índia: Liderança em Desenvolvimento”
Artido do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no Estado de São Paulo, 3 de maio de 1998

O Governo brasileiro reconheceu a Índia logo após a sua independência, em 15 de agosto de 1947. As relações diplomáticas, estabelecidas já em 6 de abril de 1948, estão completando, assim, seu cinqüentenário. Às vésperas da chegada ao Brasil do Presidente Narayanan, que nos visita de 3 a 9 de maio, é oportuno que se faça uma avaliação das nossas relações ao longo dessas cinco décadas.

Em 1968, firmaram-se os primeiros acordos com a Índia durante a visita da Primeira-Ministra Indira Ghandi a nosso país. Naquele mesmo ano, o Chanceler Magalhães Pinto foi a Nova Delhi, quando visitou aquele país em caráter bilateral e representou o Brasil a II Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD. No entanto, as relações entre o Brasil e a Índia perderam impulso gradualmente, como resultado de vários fatores, inclusive do modelo de industrialização por substituição de importações então vigente nos dois países. Brasil e Índia, geograficamente distantes e culturalmente diferentes, percebiam-se como competidores no mercado internacional e não viam maior incentivo em superar as barreiras então existentes para uma maior aproximação.

No plano multilateral, entretanto, a condição compartilhada de grande país em desenvolvimento e o empenho comum em ampliar espaços de atuação na cena internacional, entre outros fatores, levaram a que Brasil e Índia adotassem, muitas vezes de maneira espontânea, posições convergentes ou similares.

O Brasil olhava com interesse também os admiráveis avanços tecnológicos da Índia. Em 1985, assinamos o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, que ainda hoje é a moldura para programas bilaterais de cooperação em pesquisas

em áreas como agricultura, clima, ciências do mar, supercondutividade, energias renováveis, novos materiais, entre outras.

A crescente interdependência econômica no plano mundial criou novos desafios para ambos os países e revelou a importância de uma maior participação nos fluxos comerciais e financeiros internacionais. Brasil e Índia iniciaram seus respectivos processos de liberalização econômica quase simultaneamente, no início dos anos 90. A partir de então, tornaram-se mais claros o grande potencial de mercado nos dois países, as perspectivas de maior aproximação em tecnologia de ponta, o interesse na análise de experiências recíprocas em matéria de transformação do papel do Estado e da preservação do meio ambiente, bem como em outros campos em que a cooperação bilateral poderia ser eficaz e mutuamente benéfica.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tinha presente esse quadro quando visitou oficialmente a Índia, em janeiro de 1996, e participou como convidado de honra das celebrações do Dia da República indiano. Um Presidente brasileiro reciprocava finalmente a visita de Indira Ghandi ao Brasil e demonstrava a determinação política de fortalecer os laços bilaterais. Os documentos assinados durante a visita presidencial revelaram o empenho dos dois Governos em criar novas avenidas de cooperação e em envolver os agentes econômicos de ambos os lados no esforço de dinamizar o comércio bilateral.

Apesar desses avanços, as relações comerciais permanecem ainda aquém de seu potencial. O resultado da balança comercial bilateral do ano passado - US\$ 394,17 milhões - está flagrantemente abaixo da capacidade de ambas as economias e pede um esforço especial do empresariado dos dois lados em detectar as oportunidades criadas no Brasil e na Índia com a abertura econômica.

É natural que países como Brasil e Índia sejam chamados a assumir papéis cada vez mais relevantes no cenário mundial. A emergência de novos pólos, a

ampliação e diversificação das correntes de comércio, a internacionalização do conhecimento e da tecnologia criam nichos de oportunidades neste final de século que devemos estar prontos a explorar. Geram, por outro lado, conflitos que a homogeneidade imposta pela "globalização" não tem conseguido resolver: a mudança do perfil e dos padrões de comportamento das sociedades e a crise das identidades nacionais são o reverso da mesma moeda, a que não escapam os povos brasileiro e indiano.

Para enfrentar esses desafios, Brasil e Índia contam com democracias consolidadas, agendas grandemente coincidentes e uma visão ética das relações internacionais que fez da parceria entre os dois países um imperativo de suas políticas externas. A visita do Presidente Narayanan será a ocasião para reafirmar essa vocação de amizade entre o Brasil e a Índia.

"O País e os desafios da OMC"

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 17 de maio de 1998

Realiza-se em Genebra, a partir de amanhã, a 2ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse encontro tem significado especial por dois motivos. Em primeiro lugar, comemora-se este ano o cinquentenário da assinatura do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que é a origem do atual sistema de regras do comércio mundial. Em segundo lugar, os ministros reunidos em Genebra deverão avaliar o desempenho da OMC desde sua criação, em 1995, e decidir sobre a agenda de trabalhos da organização nos próximos anos, isto é, como prepará-la para os desafios do novo século.

O Brasil, um dos 23 signatários originais do GATT, estará representado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. O comparecimento do presidente da República à cerimônia demonstra a firmeza e determinação com que o governo brasileiro apóia o sistema multilateral de comércio, ou seja, as regras e

os instrumentos que regulam o comércio entre mais de 130 países. Para uma potência média como nós, cujos interesses comerciais são tão diversificados, seja em termos da imensa variedade e do grau de elaboração dos produtos que exportamos, seja em termos do destino de nossas exportações e da origem das importações, um sistema de regras estáveis e respeitadas por todos é a melhor segurança de que esses interesses estão sendo atendidos.

A avaliação a ser feita pela conferência ministerial deverá ser cautelosamente otimista. A cautela justifica-se pelo fato de diversos acordos de comércio negociados durante a Rodada Uruguai serem extremamente inovadores, prevendo medidas que muitos governos estão adotando e utilizando de forma ainda tímida ou pouco adequada. Justifica-se igualmente pela pouca disposição, por parte de alguns de nossos grandes parceiros comerciais, de avançar decididamente na liberalização do comércio de produtos tradicionais como têxteis, calçados e produtos agrícolas em geral, que são intensivos em mão-de-obra e de particular interesse para países em desenvolvimento.

Também se justifica, no entanto, algum otimismo na avaliação da OMC. Sendo o Brasil um dos principais usuários do mecanismo de solução de controvérsias da organização, não podemos deixar de saudar o grande progresso representado pela resolução, sem sobressaltos, de contendas comerciais entre Estados soberanos, com pleno respeito às regras e às decisões da coletividade dos membros da OMC. Esse mecanismo tem permitido, por exemplo, que países pequenos sejam vencedores de disputas comerciais contra grandes potências econômicas e - o que é ainda mais positivo - que tais decisões sejam respeitadas e executadas dentro dos prazos previstos nos acordos da OMC. Tampouco se pode deixar de reconhecer que a transição do GATT - um pequeno acordo de poucas regras e muitas exceções - para a OMC - um volumoso conjunto de muitas regras e poucas exceções - foi feito de modo tranquilo e que a organização, hoje com pouco mais de três anos, tem funcionado com sucesso.

Além de avaliar o desempenho da OMC, os ministros deverão discutir e instruir seus representantes sobre os trabalhos futuros no âmbito da organização. É bem verdade que uma parte dos trabalhos futuros já está definida: trata-se da renegociação de alguns acordos, previamente acertada e incluída no próprio texto dos resultados da Rodada Uruguai. Deverão ser retomadas, por exemplo, negociações sobre o comércio internacional de produtos agrícolas, incluindo tarifas de importação, subsídios à produção e à exportação.

Nessas negociações sobre agricultura reside um dos principais desafios da OMC, nos próximos anos. Serão necessárias coragem e determinação, de toda a comunidade internacional para reduzir as barreiras que impedem a livre comercialização desses produtos, gerando imensos desequilíbrios no comércio internacional. Para países como o Brasil, que têm uma agricultura eficiente e com grandes possibilidades de expansão, é inconcebível que mais de US\$ 160 bilhões sejam gastos anualmente por países desenvolvidos em subsídios, impedindo que os produtos agrícolas sejam submetidos às mesmas regras válidas para o comércio internacional de produtos industriais.

Para que essas negociações avancem, o Brasil estaria disposto a estudar a ampliação dos temas de negociação previamente acordados, auxiliando na montagem de um conjunto equilibrado de itens na agenda para o futuro. O lançamento de novas negociações abrangentes (que vêm sendo chamadas de Rodada do Milênio), contudo, deve necessariamente atender a algumas condições:

Não pode interferir no processo negociador já acordado para agricultura; não pode permitir a escolha de setores específicos de interesse de alguns países, excluindo outros; não pode ocorrer antes de concluído o programa de implementação dos acordos da Rodada Uruguai.

Essas condições visam, primordialmente, a preservar o equilíbrio dos direitos e obrigações previamente acordados.

Outro desafio para o futuro da OMC será incrementar o conhecimento de suas regras por uma parcela cada vez maior da sociedade. As regras e os

mecanismos da OMC são hoje conhecidos primordialmente por alguns poucos funcionários governamentais e acadêmicos, além dos empresários e executivos diretamente afetados. É compreensível, portanto, que muitas vezes a percepção que o público tem da organização seja parcial ou distorcida. Um conjunto de regras que acabam por interferir no preço dos produtos à disposição do consumidor deveria ser amplamente conhecido, se não pelos próprios consumidores, ao menos pelos profissionais de comércio exterior e lideranças empresariais e sindicais, além dos meios de comunicação.

Os temas de comércio e meio ambiente e de comércio e padrões trabalhistas são freqüentemente mencionados como itens prioritários de uma agenda futura para a OMC. A organização já trata, na verdade, das relações entre comércio e meio ambiente: um Comitê de Comércio e Meio Ambiente - que teve a honra de presidir, no seu primeiro ano de trabalho - vem discutindo o assunto de maneira aprofundada, com ativa participação do Brasil. Também a questão dos padrões trabalhistas já foi equacionada com decisão adotada em Cingapura, em dezembro de 1996, na primeira reunião ministerial da OMC, sobre primazia da Organização Internacional do Trabalho na discussão desse tema.

A tendência de formação de blocos econômicos e a proliferação de regimes preferenciais de comércio apresentam outro desafio à OMC. No que se refere aos blocos econômicos, temos zelado para que o Mercosul se estabeleça e se consolide em perfeita consonância com as regras da organização. Esse mesmo zelo deveria estar presente nos acordos preferenciais de comércio. Os membros da OMC devem assegurar-se de que esses acordos - aí incluído o Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC) - sejam implementados de forma não-discriminatória e não se tornem instrumentos para extrair vantagens e obrigações de seus beneficiários.

O principal desafio da OMC, contudo, é promover a integração dos países em desenvolvimento - tanto as economias emergentes quanto as de menor desenvolvimento relativo - nos

fluxos internacionais de comércio de forma que lhes permita alcançar os objetivos de estabilização e crescimento econômico, num mundo globalizado que muitas vezes apresenta graves riscos e obriga a ajustamentos com profundas conseqüências sociais. A crise que abalou as finanças internacionais no final do ano passado e as medidas de ajustamento interno necessárias à sua contenção são apenas um exemplo recente desses riscos e suas conseqüências. Os países membros da OMC terão de fazer especial esforço, a partir de agora e nos próximos anos, para corrigir assimetrias e promover o desenvolvimento econômico de forma equânime. O Brasil deve estar preparado, como um dos mais ativos membros da organização, para enfrentar esse desafio.

“O Brasil diz não à proliferação”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no jornal O Globo. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1998

O Governo brasileiro lamenta profundamente os testes nucleares conduzidos pela Índia nos dias 12 e 13 de maio. A decisão de realizá-los constitui fato da maior gravidade, pois ameaça frontalmente o regime internacional de não-proliferação, que é um dos pilares fundamentais da paz e da segurança internacionais.

A iniciativa da Índia, país com o qual mantemos relações importantes que nos interessa ampliar, como se reafirmou há poucos dias quando da visita do Presidente Narayanan ao Brasil, é contrária à tendência internacional no sentido da moratória permanente de testes nucleares. Em 1996, tive a honra de assinar, em nome do Governo brasileiro, o tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares - mais conhecido pela sigla em inglês CTBT - que já foi firmado por praticamente toda a comunidade internacional. O tratado foi aprovado pela Câmara dos Deputados e está agora sob consideração do Senado.

O Brasil faz um apelo para que a Índia adira ao CTBT e não volte a realizar novas explosões

nucleares. A manutenção da paz internacional depende do comportamento do conjunto da comunidade das nações e imperativo, por conseguinte, que todos atuem de acordo com essa responsabilidade, especialmente países de peso como a Índia.

Nos dias de hoje, a posse de armas atômicas agrega pouco ou nada mesmo em termos da influência e prestígio nacional. A lógica que levou à formação de enormes estoques de armas nucleares durante a Guerra Fria não mais se sustenta. Tanto assim que todos os países que detêm esse tipo de armamento estão em vias de reduzir seus arsenais. Passado mais de meio século desde que foram usadas em Hiroshima e Nagasaki, ganha cada vez mais corpo a idéia de que nada justifica o emprego ou mesmo a existência das armas nucleares.

As explosões realizadas pela Índia tornam ainda mais urgentes e necessárias medidas efetivas que levam ao desarmamento nuclear.

À não-proliferação deve somar-se, portanto, um compromisso internacional com a destruição de todas as armas nucleares existentes, a exemplo do que já se alcançou em relação a outras modalidades de armas de destruição em massa, isto é, as armas químicas e biológicas. Esse é um objetivo pelo qual o Brasil tem trabalhado com determinação nos foros multilaterais. Estamos convencidos de que somente um mundo livre de armas nucleares poderá de fato derrubar o raciocínio - que inspire os defensores da proliferação - segundo o qual "se uns têm, por que eu não posso ter?". Essa é a mesma lógica irracional que em tantos momentos trágicos da História e, mais recentemente, no chamado conflito Leste-Oeste, levou a fúteis e perigosas corridas armamentistas.

O Brasil, de forma voluntária e consciente, renunciou à possibilidade de possuir armas nucleares. Um dos pontos altos da Constituição de 1988 é justamente o princípio de que a energia nuclear será utilizada exclusivamente para fins pacíficos. De lá para cá, assumimos um conjunto de compromissos internacionais pelos quais garantimos que não faremos a bomba atômica. E é bom que se deixe bem claro:

não faremos porque não queremos e não temos o menor interesse nisso. Seria inadmissível e imoral que mobilizássemos recursos humanos, financeiros e tecnológicos para algo que de maneira alguma iria contribuir para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. As armas nucleares não servem em nada à superação definitiva das condições de pobreza extrema em que ainda vive boa parte da Humanidade. Se isto vale para o Brasil, vale também para o resto do mundo, em especial para os países em desenvolvimento.

Felizmente, um dos motivos de respeito pelo Brasil no cenário internacional é o fato de que jamais caímos na tentação de desviar a atenção de problemas internos por meio da mobilização da opinião pública em torno de supostas ameaças externas. Um exemplo marcante de como se pode substituir a lógica estéril da confrontação pela racionalidade fertilizadora da cooperação é a evolução recente das relações entre o Brasil e a Argentina.

No final da década de 70, a questão do aproveitamento das águas do Rio Paraná geraram um clima de tensão entre os dois países. Em 1979, ocorreu a primeira grande virada em direção à convergência, com a assinatura do tratado que compatibilizou as usinas de Itaipu e Corpus. Mas o salto decisivo veio com a adoção de medidas de criação de confiança na área nuclear.

O primeiro grande avanço foi a Declaração de Política Nuclear assinada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, em novembro de 1985, em Foz do Iguaçu, que sinalizou a ambas as sociedades o espírito pacífico que deveria prevalecer na área nuclear, a partir daquele momento. Adotamos então, passo a passo, medidas cada vez mais tranquilizadoras para pôr fim a qualquer intento de construir armas de destruição em massa. Em novembro de 1990, firmamos a Declaração de Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina; em julho de 1991, criamos a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - a ABACC - e, em dezembro do mesmo

ano, celebramos o Acordo Quadripartite Brasil – Argentina ABCC - Agência Internacional de Energia Atômica. Mais recentemente, tanto o Brasil como a Argentina subscreveram o Tratado de Não Proliferação Nuclear - o TNP - num esforço de afirmação adicional de transparência mútua e perante a comunidade das nações.

A grande lição que aprendemos foi a de que sempre é possível divergir quando há confiança. No entanto, é inviável convergir quando existe desconfiança. A confiança é o antecedente necessário

e indispensável para o entendimento e a aproximação. Índia e Paquistão seguramente poderiam inspirar-se nesse exemplo extraordinário de racionalidade que o Brasil e a Argentina deram ao mundo nessas últimas décadas.

O tempo e os enormes recursos desperdiçados com a aquisição de tecnologia de destruição em massa podem ser mais bem aproveitados para o impulso de convergência de interesses e valores, e, em última instância, para o bem estar da Humanidade.

ENTREVISTA

Entrevista do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia - "Cuba não está disposta ao diálogo". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 07/06/1998

CLÁUDIA ANTUNES

Quem acompanhou as recentes declarações do governo brasileiro favoráveis à reintegração de Cuba nos organismos interamericanos se surpreendeu com o tom crítico em relação à ilha do discurso feito pelo Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, na Assembléia da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Caracas, semana passada. Lampreia, que voltava de sua primeira visita oficial a Havana, disse que para ser reintegrada à OEA, de onde foi expulsa em 1962, "é indispensável que Cuba se disponha a dialogar sobre os temas que figuram no Compromisso de Santiago com a Democracia Representativa, de 1991". Em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, o ministro negou que tenha havido qualquer mudança na posição brasileira sobre o assunto, mas mostrou que ficou decepcionado com a visita à ilha. "Não encontrei nenhuma disposição de diálogo sobre a questão dos direitos humanos, por exemplo", disse Lampreia. Com os Estados Unidos, afirmou o ministro, as relações vão muito bem: "Conversei longamente em Caracas com a Secretária de Estado Madeleine Albright e verificamos que há uma redução sensível das áreas de diferença." Lampreia viajou ontem para Nova Iorque, onde acompanhará o presidente Fernando Henrique Cardoso na reunião da ONU sobre o combate ao narcotráfico, que começa amanhã.

CA - No início de abril, o senhor deu entrevista ao JB dizendo que o Brasil defendia a

reintegração de Cuba na "família americana das nações". Mas na Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Caracas, semana passada, o senhor foi mais duro em relação às condições que Havana teria que cumprir para ser readmitida na organização, da qual foi expulsa em 1962. A posição brasileira mudou?

Ministro - A posição brasileira não mudou, absolutamente. Ela é fruto de uma declaração feita em Santiago que constitui a chamada "cláusula democrática" e prevê justamente o predomínio da democracia como valor central para se pertencer à OEA. O que aconteceu, sim, foi que eu fui a Cuba, fiz um gesto politicamente expressivo, inclusive porque fui lá com um postura amigável, justamente para trabalhar no sentido da reintegração cubana. Infelizmente não encontrei nenhuma disposição de diálogo sobre a questão dos direitos humanos, por exemplo, que eu suscitei basicamente e que é uma questão central na política do governo brasileiro.

CA - De qualquer maneira, o Brasil nunca tinha posto tanta ênfase nesta questão...

Ministro - Isso não é verdade. Nas entrevistas que eu dei antes da viagem está lá claríssima esta preocupação.

CA - O que o senhor viu ou ouviu em Cuba que o deixou tão descrente?

Ministro - Uma completa falta de disposição de diálogo. Nós propusemos, por exemplo, uma declaração específica sobre direitos humanos, nós propusemos um mecanismo semelhante ao que estabelecemos com a China, de missões recíprocas que viajam ao outro país, conversam com as autoridades, examinam a legislação. José Gregori (Secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça) fez isso na China, os chineses vieram aqui.

Mas os cubanos não quiseram, inclusive abaixaram a prioridade deste tema. Não quiseram conversar sobre o assunto e ainda se consideraram ofendidos porque eu vi o Presidente Nacional da Comissão de Direitos Humanos (o opositor Elizardo Sánchez).

CA - Este encontro estava previsto na sua agenda?

Ministro - Previsto e avisado com uma semana de antecedência.

CA - É verdade que o presidente Fidel Castro deixou de ir à recepção na Embaixada por causa disso?

Ministro - Não haveria razão para que ele fosse à Embaixada. Mas ele deixou de me receber, coisa que ele faz freqüentemente com visitantes oficiais estrangeiros. Eu não havia solicitado nenhum audiência, mas me tinham dito que seria recebido por ele.

CA - As conversações sobre direitos humanos estavam previstas antes da visita?

Ministro - Claro, estava sendo conversado. Nós propusemos com muita antecedência e eles não quiseram aceitar. Foram muito inflexíveis neste ponto.

CA - Com quem o senhor se encontrou lá?

Ministro - Com o Vice-Presidente Carlos Lage, com o presidente da Assembléia Nacional, Ricardo Alarcón, com o Ministro das Relações Exteriores, Roberto Robaina. Foi uma visita produtiva, de modo geral, na relação bilateral. Não saí de lá insatisfeito, não. Há excelente perspectiva de fazermos uma série de coisas, como o envio de alimentos para Cuba, comprarmos de lá medicamentos e vacinas. A Petrobras está ajudando Cuba a encontrar petróleo. Coisas que têm o seu valor e estão caminhando.

CA - Mas o Brasil está mais perto agora da posição dos Estados Unidos e da Argentina?

Ministro - O Brasil tem uma posição própria, que é muito serena, e continuará achando que é importante que Cuba se reintegre e fazendo o possível para isso. Mas não posso deixar de tomar nota do fato de que há da parte deles uma grande rigidez, que atrapalha o clima geral para essa

reintegração.

CA - O que lhe disse o Vice-Presidente Carlos Lage sobre isso?

Ministro - Conversamos com toda clareza e ele disse que os cubanos vêem essa questão do ponto de vista da confrontação com os Estados Unidos, do que eles vêem como risco para a segurança de Cuba. A colocação deles é essa.

CA - O senhor não acha que se a "cláusula democrática" fosse aplicada rigidamente outros países poderiam ser atingidos? O Peru, por exemplo, é uma democracia?

Ministro - Evidente que é. O Presidente Fujimori foi eleito pelo povo. Não podemos entrar em outros valores que não sejam as eleições livres, diretas e secretas. No caso do Paraguai, por exemplo, era absolutamente essencial que se realizassem no prazo constitucional eleições livres, secretas e abertas. O Brasil insistiu fortemente nisso.

CA - Existe a impressão de que o Departamento de Estado americano tem dificuldade em entender a pretensão brasileira de diversificar suas relações comerciais. Quem o senhor considera que, dentro da diplomacia dos Estados Unidos, melhor entende o Brasil?

Ministro - Quando veio ao Brasil em outubro, o Presidente Clinton disse que achava nossa opção pelo Mercosul perfeitamente válida e aceitável.

CA - Mas eles resistiram um pouco.

Ministro - Talvez na burocracia, na academia, houvesse uma percepção equivocada do que era o Mercosul, mas isso já foi completamente afastado. Certamente o Presidente Clinton compreende que o Brasil é um país grande demais para ficar apenas com uma aposta internacional.

CA - Na visita de Clinton, ficou combinado que os Estados Unidos estudariam a questão das barreiras não-tarifárias impostas aos produtos brasileiros. Houve algum progresso?

Ministro - Houve progressos importantes. O primeiro foi na área de patentes, porque o Brasil foi excluído, em 30 de abril, da lista de observação, em qualquer categoria, da Lei 201, que é punitiva e

envolve sanções comerciais. Depois, houve uma revisão do método de cálculo das taxas *antidumping* sobre os produtos siderúrgicos brasileiros, que daqui para a frente vai certamente diminuir as taxas existentes e impedir que sejam novamente impostas taxas abusivas e excessivas.

CA - Nas exportações agrícolas, houve progresso?

Ministro - Não. A agenda continua presente. Há discussões tanto bilaterais quanto nos contextos da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e da OMC. Mas há muitos *lobbies* envolvidos, uma legislação muito precisa, batalhas legais. É o maior mercado do mundo e todo mundo tem que disputar.

CA - Recentemente, em Lisboa, o presidente Fernando Henrique disse que não ia brigar com a Argentina por causa da ampliação do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil não faz questão da cadeira permanente?

Ministro - O presidente disse que não é prioritário, ainda mais porque a questão não está se colocando. Agora, então, com as explosões nucleares da Índia e do Paquistão, ficou ainda mais afastada do que já estava. Então não vale a pena ficar se indispondo com nosso aliado mais estratégico e próximo, por causa de uma situação inteiramente hipotética neste momento.

CA - O senhor acha que vale a pena ser membro permanente do Conselho de Segurança se não houver poder de veto, como têm hoje as cinco potências nucleares reconhecidas (EUA, Rússia, China, França e Grã-Bretanha)?

Ministro - O Conselho de Segurança é um órgão de grande peso, porque é o órgão das Nações Unidas que tem poder mandatário sobre questões de paz e de segurança.

CA - Considera-se que nunca as relações entre o Brasil e os Estados Unidos estiveram tão boas. O senhor concorda com isso?

Ministro - É difícil dizer, porque historicamente é uma relação que tem passado por altos e baixos. Diria que neste momento elas estão muito bem e a prova disso é que o Presidente Clinton

convida o presidente Fernando Henrique para passar um fim de semana em Camp David, coisa que ele só fez com o Primeiro-Ministro inglês. Terça-feira, em Caracas, eu tive um almoço de trabalho com a Secretária de Estado Madeleine Albright, conversamos longamente sobre todos os temas e verificamos que há uma redução sensível das áreas de diferença e quando há diferenças elas são tomadas com naturalidade e respeito. As divergências centrais que havia se situavam mais na área de segurança, nuclear e de mísseis, e em alguns temas econômicos fundamentais, como lei de patentes, reserva de mercado da informática. Todas foram superadas.

CA - Será que haverá também aproximação na questão do narcotráfico? Há algum tempo os Estados Unidos defendem a participação dos militares no combate ao tráfico de drogas.

Ministro - Não. O Brasil tem uma doutrina muito clara a este respeito, o governo dá altíssima prioridade ao combate ao narcotráfico, o presidente vai expressá-la fortemente na reunião da ONU sobre o tema, segunda-feira, mas não considera que as Forças Armadas devam ter um envolvimento direto neste combate.

CA - A ONU fez um plano muito ambicioso para a erradicação de cultivos ilegais nos próximos 10 anos, no valor de 4 bilhões de dólares. Como Fernando Henrique vai se posicionar sobre este plano?

Ministro - O Presidente não vai discutir especificamente o plano. Ele falará em primeiro lugar sobre a postura brasileira. E em segundo lugar, que é uma vertente importante na nossa posição, é a busca de um esquema integrado de cooperação no continente, que não envolva ações unilaterais como a certificação (dada anualmente pelo governo americano), mas que seja um trabalho solidário e que enfoque o problema de todos os seus ângulos, da demanda, da oferta, do transporte.

CA - Depois de realizar os seus testes nucleares, a Índia vem defendendo uma renegociação para a eliminação de todas as armas atômicas, incluindo as das potências reconhecidas. Qual a

posição brasileira sobre isso?

Ministro - Somos a favor da eliminação de todas as armas nucleares, sem dúvida nenhuma. É nossa posição há 40 anos. Mas também condenamos fortemente os testes tanto indianos quanto paquistaneses. Consideramos que, além de criar uma situação de ameaça à paz e à segurança, e de ser um passo forte e lamentável no sentido da proliferação de armas nucleares, é uma canalização de recursos lamentável, porque retira meios de combate ao subdesenvolvimento e à miséria.

CA - O senhor acha que a implantação do euro, ano que vem, será boa para o MERCOSUL?

Ministro - Com certeza. À medida em que ele for bem sucedido, e eu não tenho nenhuma dúvida

disso, criará uma segunda moeda de reserva e contribuirá para a estabilidade dos mercados financeiros. Evidentemente facilitará também todo o relacionamento econômico com os países da Europa.

CA - O Brasil realmente propôs ao Equador e ao Peru a criação do parque binacional na zona fronteiriça em disputa, como estava no documento distribuído por engano semana passada?

Ministro - Essa não foi uma proposta brasileira. É uma das alternativas que estão sendo discutidas. Não foi invenção brasileira.

CA - Mas a distribuição do documento pode ter atrasado o acordo entre os dois países?

Ministro - Espero que não. Mas a situação ainda é delicada.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América Latina

7, 11, 12, 13, 18, 52, 76, 97, 98

B

Banco Mundial 25, 26, 27, 77

BrazilTradeNet 29, 30

Burocracia 67, 120

C

Comércio

8, 12, 14, 18, 21, 22, 23, 30, 39, 45, 53, 58, 67, 68, 69, 73, 76, 82, 86, 90, 95, 103, 104, 109, 111, 113, 114, 115, 121

Conselho Argentino para as Relações Internacionais 83

Conselho Nacional Antidrogas 93

Cuba 75, 76, 119, 120

Cúpula das Américas 21

D

Davos 105

Democracia

11, 12, 19, 21, 23, 24, 31, 35, 37, 39, 53, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 75, 83, 85, 89, 90, 91, 107, 119, 120

Desenvolvimento

12, 17, 19, 20, 22, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 45, 47, 54, 56, 58, 67, 68, 69, 71, 72, 84, 86, 89, 91, 99, 101, 102, 111, 112, 115, 116

Dia do Diplomata 89

Direitos Humanos

35, 52, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 65,

75, 85, 86, 90, 119, 120

Drogas 54, 81, 82, 93, 94, 121

E

Economia brasileira 7, 8, 11, 13, 67

Euro 110, 111, 122

G

GATT 67, 68, 86, 113, 114

H

Havana 75, 119

I

Imigração Japonesa 96

Interaction Council 31, 35

Itália 17, 18

J

Japão 58, 95, 96

M

Marcha Global Contra o Trabalho Infantil 65

Meio Ambiente

12, 22, 25, 26, 28, 45, 52, 53, 56, 57, 68, 72, 77, 78, 85, 90, 101, 113, 115

Moeda Única do Mercosul 6, 110

N

Nações Unidas

5, 18, 29, 76, 81, 109, 110, 112, 121

Nordeste 43, 77, 78

Nova York 81

O

OMC

29, 54, 55, 57, 58, 68, 69, 73, 113, 114, 121

ONU 18, 58, 93

Organização da Aviação Civil Internacional

49

P

Peru 24, 46, 57, 103, 104, 120, 122

Política Externa do Brasil 51

Programa Nacional de Direitos Humanos 61

Pesquisa Agrícola 71

R

República Tcheca 39, 40

Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio 21

Rio de Janeiro

18, 24, 31, 39, 49, 50, 51, 57, 73, 97, 115, 119

Roberto Robaina 75, 120

Romano Prodi 17

S

Santiago do Chile 23

São José da Costa Rica 21

Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros 19

Secretaria Nacional Antidrogas 82, 93

Seminário Internacional de Modelos e Políticas 97

Sistema Multilateral de Comércio

18, 67, 68, 69, 86, 90, 113

Suíça 7, 105

T

Trabalho Infantil 54, 65

V

Venezuela 45, 46, 103, 104

W

World Forum Economic 7, 105

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 82, 1º semestre de 1998

Ano 25

Capa /projeto gráfico

Editoração eletrônica

Formato

Mancha

Tipologia

Papel

Número de páginas

Tiragem

Impressão / Acabamento

Hilton Ferreira da Silva

Hilton Ferreira da Silva / Diego Lins dos Santos

20 x 26 cm

15,5 x 21,5 cm

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

126

500 exemplares

Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação

